



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0847/08	DATA: 05/06/2008
INÍCIO: 10h06min	TÉRMINO: 14h43min	DURAÇÃO: 04h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h29min	PÁGINAS: 105	QUARTOS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURÍCIO KUEHNE – Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.
CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE – Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.
ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA – Assessor do General Cândido Vargas de Freire.
ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS – Secretário de Estado de Justiça do Espírito Santo.
WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI – Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.
ZAQUEU BARBOSA – Secretário-Adjunto de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.
WILSON SALLES DAMÁZIO – Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN.
EDILSON DE BRITO – Superintendente do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás.
JAIR RAMOS BRAGA – Secretário de Estado de Justiça do Paraná.
CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO – Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro.
BENEDITO DONIZETI MARQUES – Diretor-Técnico do Centro de Segurança do Departamento de Inteligência e Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo.
MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA – Superintendente de Articulação Institucional de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.
MAGSAYSAY DA SILVA FEITOSA – Superintendente do Sistema Prisional do Estado do Piauí.

SUMÁRIO: Debate sobre a gestão do sistema carcerário estadual.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

Nós queremos convidar para estar conosco aqui na Mesa o Dr. Maurício Kuehne, Diretor do DEPEN. Nós queremos agradecer a presença dos... Hoje são só Srs. Secretários, não é? Na sessão passada, havia Sras. e Srs. Secretários. Gostaria de agradecer a presença dos Srs. Secretários e substitutos que estão conosco aqui.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 22 de agosto do ano passado para fazer um diagnóstico sobre o sistema carcerário brasileiro. Estamos praticamente durante 9 meses trabalhando. Visitamos 19 Estados do País, mais de 80 unidades prisionais. E nós estamos chegando à reta final do trabalho da Comissão.

A expectativa da CPI é realmente trazer para o debate político um assunto que era sempre tratado na página policial; incluir na agenda política dos Governos Estaduais e do Governo Federal e do Congresso Nacional o tema Sistema Penitenciário, que hoje, gerido e administrado pelos Governos dos Estados, pelos Secretários, pelos Diretores, com muitos problemas, com muitos obstáculos, problemas diversos — nós entendemos —, problemas na área da legislação, problemas financeiros, problemas sociais. Por que não dizer que o sistema prisional passou, hoje, a ser um problema social? Porque a sociedade não quer presídio; quer os bandidos presos, mas não quer que se construam presídios nos seus Estados. Querem os infratores...

A CPI tem feito esse trabalho. E, durante os nossos 9 meses de trabalho, em visita feitas em alguns Estados, nós nos deparamos com algumas cenas que realmente nos chocaram, muito embora nós já tivéssemos noção do que poderíamos encontrar nas visitas que iríamos fazer nesse período. Nós encontramos também algumas experiências boas em alguns Estados, mas percebemos que nem essas experiências boas conseguem ser padrão em todo o Estado. Muitas vezes a falta de financiamento do sistema, de recursos, de orçamento. Nós temos convicção de que a sociedade que tem aversão a presos, e isso facilita aqueles gestores que



não querem investir no sistema prisional, porque eles sabem que eles não estão investindo em uma área que a sociedade acha que é prioridade.

Nós estamos convencidos, a CPI está convencida de que investir no sistema carcerário — não é, Dr. Maurício? — não é dar regalia para presos; investir no sistema carcerário é garantir a segurança da própria população, porque hoje a maior parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias do Brasil. E nós sabemos que, apesar de termos uma única Lei de Execução Penal, em âmbito nacional, mas cada Estado tem a liberdade para aplicá-la, e cada diretor de presídio governa o presídio do seu jeito no Brasil. As normas dos presídios não são normas de Estado, elas são de acordo com o conhecimento que cada diretor tem e qual o critério que ele vai adotar para administrar o seu presídio.

E nós estamos trazendo a debate também esse assunto com os Srs. Secretários. Hoje, o DEPEN tem um PDP, que é o Plano de Diretor Penitenciário, que nós esperamos que seja uma ferramenta bem utilizada pelos Estados e pelo DEPEN, para implementar as medidas necessárias, para que nós possamos ter um sistema carcerário que cumpra com as suas funções no nosso País.

Antes de passar a palavra para alguns Secretários, vamos passar um VT que retrata um pouco a história dos presídios do Brasil. Esse VT é com imagens escolhidas pela CPI nas visitas realizadas em alguns Estados.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa aí é uma realidade que nós encontramos. Algumas cenas, as mais fortes, nós nem usamos no vídeo. As cenas de violência, mesmo dentro dos presídios, nós evitamos colocar neste VT. Então, essa é uma amostra da realidade dos presídios brasileiros.

A CPI, o objetivo dos nossos trabalhos, nós já dissemos, não é defender nem empresa nem governo nenhum; o objetivo nosso é defender um sistema que funcione. É por isso que nós estamos trazendo esse assunto para o debate nacional, para o debate do Congresso Nacional, dos Governos dos Estados.

Nós percebemos, nas nossas visitas, Dr. Maurício, a dependência que alguns Estados têm em relação a investimento no setor carcerário. Em alguns Estados, os recursos destinados para investimento, por exemplo, no ano de 2008 é zero. Para investimento, zero! Visitamos um Estado recentemente em que, para comprar um



computador para fazer o cadastro dos visitantes, estava dependendo de um convênio com o DEPEN. *“Ah, tem um convênio para ser aprovado, para informatizar aqui.”* Tem coisas que nós sabemos que não precisa.

E os Estados, hoje, têm uma dependência muito grande do Governo Federal. O Governo Federal dá demonstrações de que tem interesse em investir, e isso parece que já está dando sinais claros de que realmente está acontecendo. Mas o que nós queremos chamar a atenção, além do Governo Federal, é dos Governos Estaduais: há necessidade de investir no sistema carcerário. Eu tenho certeza de que, se os Governadores dos Estados, quem sabe até se assistissem a um VT destes ou visitassem um presídio, um que fosse, no Estado, quando voltasse iria chamar o Secretário de Planejamento e iria mandar liberar mais recursos para o Secretário de Justiça.

Nós sabemos também a luta de vocês: ter de ficar batendo à porta do Secretário de Planejamento pedindo recursos, e a falta de sensibilidade não os permite liberar os recursos destinados para as PACS. Nosso objetivo é colaborar com a luta também dos Secretários de Estados de Justiça, dos Secretários de Estado, com os diretores de presídios, que têm que administrar problemas que, muitas vezes, aparentemente nem teriam solução.

Eu quero contar uma experiência aqui do Presídio Urso Branco, de Rondônia. Fomos visitar o Presídio Urso Branco, em Rondônia, e fomos esperando encontrar um caos, pela fama do presídio. Nós chegamos ao Presídio, onde tinha até uma superlotação, não era tão grande, mas eu percebi o trabalho do diretor. Ele conseguiu separar até ala de fumantes dentro do presídio. Mesmo com o pouco espaço que tinha, mas com a boa vontade dele e com esforço, ele separou ala de fumantes e não fumantes. É um caos conviver dentro de uma cela com 50 pessoas onde cabem 5, e o cara fumar o dia todo ali dentro. Lá ele tinha ala separada para fumantes, para os presos da Lei Maria da Penha, para os primários; separava os presos pelos grupos que têm lá, do Panda e do Urso Branco, que se forem misturados também dá problema. Nós percebemos que, com todas as dificuldades, com todos os problemas, mas pela boa vontade do diretor — aí depende da boa vontade do diretor —, ele conseguiu fazer essas separações, dentro do presídio, dos



presos reincidentes e daqueles que já estavam condenados por outros crimes, como assalto a banco e tráfico. Fez a separação, mesmo com o pouco espaço que tem.

Então, é por isso que nós defendemos que um dos problemas que nós percebemos é que a Lei de Execução Penal é única, cada Estado aplica do seu jeito, cada diretor de presídio governa o presídio do seu modo, do seu modo! Isso tem causado um transtorno e um desequilíbrio muito grande dentro do sistema carcerário brasileiro.

Eu vou conceder a palavra ao Dr. Maurício Kuehne por um período de 5 minutos para fazer uma saudação. Logo em seguida, vamos começar os nossos trabalhos conversando com cada Estado sobre as ações que estão sendo implementadas para o cumprimento do cronograma de metas do PDP, que, segundo informações do DEPEN, todos os Estados do Brasil hoje são signatários.

O Dr. Maurício tem a palavra.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - Deputado Fraga, Presidente da CPI, eminentes Deputados, Srs. Secretários de Estado, minhas senhoras e meus senhores, eu pedi a palavra ao Deputado Fraga para estender meus cumprimentos, os cumprimentos do Ministério da Justiça, do Departamento Penitenciário Nacional, aos eminentes Secretários que se encontram aqui presentes no dia hoje. Na audiência de terça-feira, devido a outros compromissos institucionais, não pude me fazer presente, escusei-me perante a CPI, mas aqui o Departamento Penitenciário Nacional esteve representado por toda sua equipe, pelo Dr. Wilson Salles Damázio, que é o Diretor do Sistema Penitenciário Federal, e o Diretor substituto do Departamento Penitenciário Nacional. No dia de ontem, eu completei, à frente do Departamento Penitenciário Nacional, 2 anos e 8 meses. Nós conseguimos forjar, nesse espaço de tempo, esses planos diretores, que foram levados a cada uma das unidades da Federação. Cada um dos senhores é testemunha, em particular, ou seu antecessor, em relação a um trabalho que toda equipe do Departamento Penitenciário Nacional — aqui o *staff* está reunido, inclusive para subsidiá-los em eventuais informações que porventura sejam questionados e possam não tê-las, desde os recursos que teriam sido repassados ao longo da existência do Fundo Penitenciário Nacional, o qual, diga-se, não é a tábua de salvação do sistema penitenciário brasileiro. O Dr. Cristiano tem todas as particularidades a respeito do FUNPEN, mas eu poderia



sinteticamente lhes dizer que este Fundo Penitenciário Nacional, criado em 1994, há 14 anos, com 13 anos de efetiva arrecadação, ainda não ameahou, ao longo deste decênio e mais 3 anos, 2 bilhões de reais, que seriam insuficientes. Todos os recursos ameahados nesses 13 anos, repito, seriam insuficientes para resolver o problema hoje existente, em termos de Brasil, apenas do déficit carcerário. Então, a União, com esses recursos que vem ameahando, subsidia, naquilo que lhe seja possível, as unidades federadas, de conformidade com os projetos que lhe sejam apresentados. A questão penitenciária tem-se acentuado, e tem-se dito cada vez mais, com ênfase a partir de agora, que ela é uma responsabilidade primeira da Unidade Federada. A União age de forma supletiva. Então, ou se destacam mais recursos no âmbito federal ou se aumente o percentual previsto na lei que instituiu o Fundo Penitenciário Nacional, para que naturalmente se possam dar às Unidades Federadas os recursos de que elas necessitam. Dentro desse plano diretor, cada um dos senhores puderam observar todo um trabalho de uma equipe que veio a se constituir nas 22 metas que estão preconizadas, a serem percorridas. É um caminho que foi traçado no sentido de propiciar, de se dar o alicerce e a sustentação necessária para que gradativamente possamos minimizar os problemas cruciais, cuja mostra aqui foi dada, claro que com a pontuação em relação aos seus aspectos mais críticos. O eminente Deputado Fraga e os eminentes Deputados da CPI sabem perfeitamente das experiências exitosas, dos bons trabalhos que são realizados em algumas Unidades da Federação. Todavia, num contexto geral, lamentavelmente, nós temos que dizer que o quadro é triste. O quadro é triste quando os senhores podem, dentro desse contexto geral, observar, por exemplo, e hoje eu lhes posso dizer, que, dos 440 mil presos — já não são mais os 422 mil —, o crescimento que tivemos de dezembro até o fechamento do mês de abril já ultrapassa a casa dos 440 mil presos, apenas um percentual, que não atinge 20%, desempenha atividades laborativas. O trabalho é obrigatório, segundo a Lei de Execução Penal, não forçado, mas o que se tem observado, eu não diria que seja uma resistência única e exclusivamente dos governos, mas uma resistência também da própria sociedade no sentido de propiciar condições para o exercício da laborterapia dentro dos estabelecimentos penais. Diga-se o mesmo em relação às atividades educacionais, em que o percentual daqueles que estudam ou, de uma forma ou de outra, se



alfabetizam ou se profissionalizam, senhores, infelizmente, também não atinge a cifra de 20% no panorama nacional. Então, é um quadro para o qual o Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional têm envidado todos os esforços no sentido de que possamos traçar um caminho que seja seguro, mas alicerçado em ações como estas que os senhores tomaram conhecimento, em ações como aqui eu exemplifico, dentre as 22 constantes, uma apenas para não lhes tomar tempo, que é a questão da escola penitenciária. O Dr. Ângelo, que foi diretor do Departamento Penitenciário, sabe disso e da luta que foi travada e mantida. Quando eu assumi, há 2 anos e 8 meses, o Departamento Penitenciário Nacional, só tínhamos instaladas no Brasil 5 escolas penitenciárias. Hoje, digo com gáudio e orgulho e para a satisfação de todo o Brasil, que os 27 Estados estão comprometidos com a escola de gestão penitenciária. Isto irá permitir que nós tenhamos elementos hábeis a trabalhar com a massa prisional, porque as prisões ainda têm funcionado, e, por algum tempo, lamentavelmente, irão funcionar como um fator altamente criminógeno. Não vejo o secretário Mallmann aqui, do Rio Grande do Sul, mas invocaria o seu testemunho, em que, pelas pesquisas que realiza, de todas as incidências penais no Estado do Rio Grande do Sul, mais de 90% são praticadas por aqueles que estiveram ligados ou são egressos do sistema prisional. Isso demonstra o quê? A nossa incompetência. Isso demonstra a nossa inoperância no sentido de que estamos devolvendo à sociedade, em piores condições, aqueles homens que recebemos para que pudessem, a essa sociedade ser devolvidos em melhores condições. Então, esse quadro hoje que se reverta. O caminho é longo, o caminho é árduo; o alicerce, queremos crer, por esse plano diretor, está sendo propiciado. Sendo o caminho longo, é necessário que nós venhamos a dar o primeiro passo, porque é a melhor maneira de se vencer o caminho, por mais longo que ele possa ser. O Departamento Penitenciário Nacional, senhores secretários, aqui se encontra representado para subsidiá-los em eventuais informações a respeito de assuntos que lhes serão questionados no sentido de que não venhamos no amanhã a reverter o quadro, mas, no amanhã, possamos dizer que estamos lutando para minimizar essa triste situação que hoje se projeta para a Nação brasileira. Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Maurício. Queremos registrar também a presença do Dr. Damázio e convidá-lo para estar conosco aqui, na Mesa.

Vamos conceder a palavra, neste momento, ao Secretário do Distrito Federal, General Cândido Vargas de Freire. Secretário, o Distrito Federal também é signatário do Plano Diretor do DEPEN. Quais são as ações que o Estado já está implementando para o cumprimento do cronograma? Quais as dificuldades que o Estado possivelmente esteja encontrando, caso haja, para a implementação e qual sua opinião sobre o PDP e quais as sugestões que o Distrito Federal tem a dar ao Brasil que possam contribuir para que tenhamos um sistema prisional justo e que cumpra com suas funções?

O senhor tem o tempo de 10 minutos. Pode ficar à vontade.

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - Sr. Presidente, é uma satisfação enorme representar o Governo do Distrito Federal aqui, na Câmara Federal, nesta CPI. Eu represento neste momento o Governador José Roberto Arruda, através da Secretaria de Segurança. Eu desejo esclarecer que nós não temos nem 1 mês de gestão na Secretaria de Segurança com sistema presidiário, penitenciário. Antigamente estava com a Secretaria de Justiça, embora a experiência anterior, de Governos anteriores, fosse sempre com a Secretaria de Segurança. Eu tenho alguma experiência em segurança pública, que adquiri no Ceará, mas também o sistema penitenciário não era meu, era da Secretaria de Justiça. Aqui, tenho acompanhado, junto com o Secretário de Justiça anteriormente, e agora pessoalmente... Eu desejo que o senhor entenda a minha participação. É preferível que quem conhece lhes fale, que é o Subsecretário da Secretaria para Assuntos Penitenciário, Dr. Anderson, que é Subsecretário desde 1º de janeiro de 2007, mas desejo dizer que eu tenho... A minha impressão, a minha visão, calejada já, de 74 anos de idade, 47 de Exército e 11 anos de vida pública, me permite olhar para o sistema penitenciário do Distrito Federal com os olhos totalmente diferentes dos que eu olho para a Nação. Em termos de Nação brasileira, pelo que eu conheço — sou gaúcho, lá da terra que o senhor citou há pouco, do Secretário do Rio Grande do Sul —, e conheço todos os sistemas penitenciários do Brasil, particularmente o do Nordeste; o sistema penitenciário do Distrito Federal, para mim, está no caminho



certo. Sabemos que temos muita coisa a fazer, mas estamos fazendo muito. Temos uma excelente administração de policiais civis, que conhecem a sua missão, que são dedicados. Ainda lamentamos algumas falhas, que estamos tentando corrigir, como seja de policiais militares e bombeiros ainda como agentes. Não é missão para eles, mas o Governo já abriu concurso, já fez o concurso. Estamos agora nas tratativas finais. Temos outros problemas a serem resolvidos, mas desejo destacar que o apoio incondicional do DEPEN tem sido fantástico no Distrito Federal. O Diretor do DEPEN, que está à sua esquerda aí, é uma pessoa com alta sensibilidade para o problema, nunca nos negou nada. Temos trabalhado juntos e nós tentamos responder aos anseios do DEPEN. Já respondemos todos os questionários, fizemos o nosso plano, estabelecemos as nossas metas, e estamos sendo atendidos. Eu peço que o Dr. Anderson responda agora às especificações, às coisas mais delicadas a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Dr. Anderson.

Nós já poderíamos começar, Dr. Anderson,. qual é o investimento, os recursos destinados para investimento no sistema penitenciário do Governo do Distrito Federal para o ano de 2008?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Bom dia, senhores. Bom dia, Presidente. Os recursos do Governo do Distrito Federal para investimento este ano de 2008 no sistema penitenciário, na realidade custeio e investimento, giram em torno de 24 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas investimentos.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Investimentos girarão em torno de 4 milhões de reais. A gente tem... São vários investimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São recursos próprios.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Recursos próprios do Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quanto que o Governo do Distrito Federal está recebendo do FUNPEN para investimento, neste mesmo ano?



O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Neste mesmo ano, recursos do FUNPEN vão girar em torno de 16 milhões de reais. O Distrito Federal é um signatário do Plano Diretor Penitenciário, junto ao Departamento Penitenciário Nacional, no qual foram traçadas 22 metas, Presidente. Eu gostaria aqui de mencionar meta por meta, se for possível, o mais rápido possível até, por causa dos outros Secretários. Vou mencionar as principais. Num plano geral, as metas que foram traçadas pelo Governo do Distrito Federal junto ao Departamento Penitenciário Nacional estão sendo atendidas. Tem algumas metas que ainda efetivamente não foram atendidas, mas já temos projetos para atendimento, como, por exemplo, o patronato. Conselhos da Comunidade, Corregedoria, Conselhos Disciplinares, Comissão Técnica de Classificação, Estatuto e Regimento, Assistência Jurídica, Defensoria Pública, penas alternativas, criação de carreiras próprias, ampliação do quadro funcional, Escola de Administração Penitenciária, assistência à saúde, educação, profissionalização, bibliotecas nos estabelecimentos prisionais, informatização, por meio do INFOPEN, ampliação do número de vagas. É bom frisar que essas metas todas estão sendo atendidas pelo Governo do Distrito Federal, bem como aparelhamento e reaparelhamento, e um tratamento diferenciado para a mulher presa e a mulher egressa. São projetos visando à recuperação desse tipo de internos nossos. Então, gostaria de frisar que as metas que foram traçadas com o DEPEN estão sendo cumpridas. Com certeza, não conseguimos cumprir todas de uma vez só, mas todas... as que não foram cumpridas ainda estão já com projeto no sentido de cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o custo médio de um preso no Distrito Federal?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - No Distrito Federal, um preso do sexo masculino tem o custo médio de 1.700 reais, e o preso feminino, 2.100 reais, isso levando em conta o salário do nosso agente penitenciário, que é Policial Civil, que a inicial é de 7.300 reais. É bom frisar que esse nosso Policial é custeado, é organizado e mantido com recursos da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, mesmo sendo recursos da União, ele entra no valor do custeio...



O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Ele entra no custeio do preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... do preso.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Nós incluímos no custeio do preso e fica em 1.700 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos agentes hoje tem o Distrito Federal?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Hoje, agentes penitenciários, efetivamente contratados, cargos efetivados, 635 agentes penitenciários no sistema penitenciário, num quadro de vagas de 800 agentes penitenciários. Só que a gente tem um reforço de 200 militares, entre Policiais Militares e Bombeiros Militares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto celulares foram apreendidos no sistema prisional do Distrito Federal no ano passado ou este ano até esta data?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - A gente apreende uma média de 2 celulares por mês tentando ingressar no sistema penitenciário. Gostaria de frisar isso aqui: a gente não tem notícia de apreensão de celulares no interior do estabelecimento. Sempre tentando ingressar com visitantes, tanto celulares, como... só para o senhor ter uma idéia, ano passado, tivemos 127 flagrantes de tentativa de entrada com drogas no sistema penitenciário do DF. A gente faz uma média aí de 8 flagrantes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E dentro da unidade?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - ... mensalmente só com a tentativa de ingresso. Dentro da unidade, não temos notícia de encontro de aparelhos celulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem drogas?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Drogas, sim. Eventualmente, fazemos algumas apreensões de drogas, mas a grande quantidade que a gente consegue localizar é justamente com o visitante tentando ingressar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Todas as unidades têm aparelhos detectores de metais?



O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Aparelhos detectores de metais portáteis. Agora, aparelhos fixos, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O trabalho é feito pelos próprios agentes?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Os próprios agentes penitenciários que fazem as revistas. É feita uma revista corporal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existe monitoramento eletrônico de câmeras de vídeo nos presídios?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Não, não. Todas as unidades também não. Têm algumas unidades... As mais novas já têm um certo sistema de monitoramento. Não é totalmente na unidade, mas inclusive a gente já está com projetos junto até o Departamento Penitenciário Nacional para aquisição desse tipo de equipamento e aquisição também com recursos do próprio Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem algum agente que responde a processo administrativo por falhas ou irregularidades cometidas, facilitando a entrada de drogas ou celulares dentro do sistema?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Não. Atualmente não temos nenhum, porque não temos notícia. Só para o senhor ter idéia, a gente teve um caso de um servidor que foi demitido esta semana, mas por problemas havidos fora da unidade prisional. Os nossos agentes... a grande maioria que responde qualquer procedimento disciplinar são ilícitos ou faltas cometidas no seio da sua família ou fora do trabalho, na realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existe algum déficit de vaga dentro do sistema prisional do Distrito Federal?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Existe. Nós temos hoje 7.690 internos e temos uma quantidade de 6.200 vagas. Temos aí um déficit de 1.500 vagas aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - As informações a que nós tivemos acesso dizem que existem alguns pavilhões, se não me engano na Papuda, que não estão ativados...



O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Isso. Nós tivemos 2 pavilhões na Penitenciária do Distrito Federal II que teriam capacidade para 800 internos. Eles não estão ativados por falta de pessoal para poder justamente administrá-los. Nós estamos com concurso em andamento para a carreira de Técnico Penitenciário para suprir 1.600 vagas. Já tivemos a primeira fase. Saiu o resultado agora, na semana passada. E agora, no mês de julho, já teremos a segunda fase desse concurso. A nossa expectativa é que até dezembro consigamos estar nomeando o primeiro grupo de 600 homens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E, resolvendo esse problema, resolve também o problema da falta de vagas?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Consegue imediatamente... A gente praticamente zera o déficit de vagas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a expectativa é que até dezembro zere o déficit de vagas no DF?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - É a nossa expectativa, senhor. Isso, a nossa expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês têm alguma sugestão, vocês queriam passar para a Comissão medidas que poderiam ser adotadas no Brasil para que nós tivéssemos eficiência dentro do sistema prisional?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - A gente tem um modelo de complexo de unidade prisional aqui no Distrito Federal que os senhores conheceram que, para a gente, é um modelo que está funcionando bastante. É uma unidade prisional com capacidade para 1.800 presos, mas divididos em 4 blocos distintos. São 4 blocos de 448 internos que não se comunicam entre eles. Se a gente tiver qualquer levante, qualquer motim, em uma dessas unidades, não repassa para as demais e é otimizado com uma única administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os diretores de presídio...

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - E a qualificação do nosso agente penitenciário, que é constante. Fomos signatários da Escola Penitenciária. Já começamos a funcionar. Inclusive a formação dos nossos técnicos penitenciários já será feita na Escola de Gestão Penitenciária nossa. Nós, inclusive,



fazemos bastante apoio à Justiça Federal no recolhimento de presos aqui oriundos da Polícia Federal e treinamento em outros Estados, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os diretores de presídios do sistema são cargos comissionados, são concursados?

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Não. No sistema penitenciário do DF, todos os servidores, praticamente todos os servidores, são policiais civis do Distrito Federal. Os diretores são delegados de polícia, diretores e vices, com exceção de 2, que são agentes penitenciários pertencentes à carreira policial civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K.

Nós agradecemos a participação...

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, só para um esclarecimento. Apesar de eu não pertencer a esta CPI, eu queria fazer apenas umas colocações aqui para clarear melhor a situação do sistema penitenciário aqui, do Distrito Federal.

Eu sei que o nosso Secretário, Cândido Vargas, conhece muito bem o sistema, apesar de ele estar a apenas 1 mês na coordenação do sistema. O Dr. Anderson também é um Delegado de Polícia que está lá desde o início, já com o sistema penitenciário, deslocado para a Secretaria de Justiça, que, eu acho, foi um erro aqui no Distrito Federal, que foi contornado agora pelo Governador, retornando o sistema penitenciário à Coordenação da Secretaria de Segurança Pública.

Cumprimento também o Dr. Cardoso, que é o nosso Subsecretário de Segurança Pública.

E o meu esclarecimento é basicamente para orientação da CPI. Aqui, no Distrito Federal, o sistema penitenciário é dirigido praticamente pela Polícia Civil do Distrito Federal, como bem o Secretário explicou. A Polícia Civil, o seu corpo docente está todo lá dentro, e os agentes penitenciários, com salário digno, mantêm esse sistema hoje funcionando de acordo como se deve manter um sistema penitenciário hoje, com dignidade, com profissionalismo e muita competência aqui, no Distrito Federal.



Então, esclarecendo isso, eu quero informar a V.Exa. que aqui, no Distrito Federal, apesar dessa circunstância que está acontecendo aqui hoje, o quadro é 800. Nós temos seiscentos e poucos realmente trabalhando hoje no sistema, que são agentes penitenciários. Mas acontece que tem um desvio de função onde está ocupando hoje a vaga de agente penitenciário policiais militares e servidores do Corpo de Bombeiros aqui, do Distrito Federal, totalmente em desvio de função.

O quadro do sistema penitenciário do Distrito Federal tem que ser aumentado. Ele é de apenas 800. É pouco para manter essa demanda de presos hoje do Distrito Federal. Então, hoje, nós temos muita dificuldade de aumentar esse quadro dentro do Governo do Presidente Lula. Temos uma dificuldade muito grande de aumentar uma coisa por uma recusa. Eles alegam que o salário do agente penitenciário aqui é alto e não têm condições de aumentar o quadro. Mas eu não concordo com isso não. O sistema penitenciário nosso é um modelo no País hoje graças principalmente ao salário que o policial tem hoje. Nós não temos rebeliões aqui. Não temos. Mas para sanar esse problema, nós criamos aqui — eu diria, para tapar buraco — uma carreira, que vai ser de Estado, dirigida diretamente pelo Governo Federal, saindo da esfera federal, o técnico penitenciário, que seria um auxiliar do agente penitenciário, que, apesar de não ser o ideal aqui, para o nosso sistema, esse técnico penitenciário vai suprir pelo menos a deficiência que tem o sistema hoje, e nós não concordamos. Mas só que esse concurso está sendo atacado pelo Ministério Público com uma ADIN. Tem uma ADIN contra a criação desses técnicos penitenciários que, eu acredito, pode dar problemas inclusive para o Distrito Federal.

Então, nós estamos passando por esse problema e acredito que, caso o Tribunal de Justiça entenda que realmente é ilegal a criação dessa nova carreira dentro do Distrito Federal, nós vamos ter que ampliar o quadro aqui, do Distrito Federal, e continuar gerindo o sistema penitenciário como se deve gerir, com profissionalismo e muita competência, como acontece hoje no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para lhe fazer uma pergunta, para não deixar dúvida. No Brasil todo, uma reclamação da Polícia Civil é que eles não são babás de presos, e que os policiais que deveriam estar



investigando estão cuidando de preso. Só para esclarecer, aqui no DF, o agente penitenciário pertence ao quadro da Polícia Civil, mas ele não é policial civil.

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - É um agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é policial...

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - Civil, mas é agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele só tem atribuição...

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - De agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De agente penitenciário.

Por exemplo, um agente penitenciário que pertence ao quadro da Polícia Civil é deslocado eventualmente para outras missões dentro da Polícia ou é só para agente?

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - Só para agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para deixar claro que é para não...

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - O grande desvio de função é do policial militar e do bombeiro, no momento, que nós temos que evitar de todas as formas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o agente que é policial civil só atua nos presídios?

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele não atua em outras funções dentro da Polícia, na investigação, diligência, nada?

O SR. CÂNDIDO VARGAS DE FREIRE - Não, categoricamente não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Alguém está com um celular perto do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem alguns celulares que, se ficarem perto do microfone, acabam dando interferência, então, é melhor colocar no bolso quem tem o celular em cima da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Busato, para passarmos para o próximo.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu não sei se foi formulada questão sobre o trabalho e o estudo no presídio.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Hoje, 34% de toda a nossa massa carcerária, Deputado, está trabalhando e/ou estudando. Na realidade, nós temos 22% trabalhando e 12% estudando. O estudo vai desde a alfabetização ao ensino fundamental e o ensino médio. O trabalho é realmente trabalho de capacitação dessa pessoa, formação com uma qualificação para ele. É bom frisar que aquele que já está no regime aberto, prisão domiciliar, se também for computado nesse quantitativo de trabalho, o nosso índice chega a quase 48% de toda a população carcerária.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Nós tivemos conhecimento de que há uma certa dificuldade — e eu gostaria que o senhor nos esclarecesse — no sentido de conseguir que professores ou professoras se desloquem até o presídio. A dificuldade estaria baseada no sentido da disponibilidade do Estado, a questão de salário, bonificação, etc.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Não, não, de forma alguma, Deputado. Os nossos professores são professores da Fundação Educacional, da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Eles têm uma gratificação de 2.400 reais, além do salário, por estarem ministrando aula no sistema penitenciário. O nosso professor, além do salário dele, da Secretaria de Educação, tem uma gratificação de 2.400 reais por estar ministrando aula no sistema penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Não tem de forma alguma dificuldade quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No DF, Dr. Anderson, existe o Conselho Disciplinar, estabelecido pelo...

O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Isso. Nós temos uma gerência de sindicâncias, vinculada diretamente à Subsecretaria do Sistema Penitenciário, que coordena esses conselhos disciplinares em cada um dos estabelecimentos prisionais. Existe, sim senhor, e bem estabelecido e funcionando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos, então, o Dr. Anderson e o General Cândido Vargas, representantes aqui do DF nesta discussão. Do Estado do Espírito Santo, o Dr. Ângelo Roncalli de Ramos vai ter oportunidade também de fazer a exposição sobre o sistema prisional capixaba, e algumas perguntas básicas que nós estamos fazendo é sobre qual é o montante dos recursos próprios do Estado para investimento no ano de 2008.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Deputado Neucimar Fraga, que é o Presidente da Comissão, Deputado do nosso Estado, do Espírito Santo, eu que lá estou e me considero capixaba, estou há pouco mais de 2 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Também me considero, porque, na verdade, eu sou é baiano.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Baiano. Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então...

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Então, são 2 baianos lá no Espírito Santo. Quero cumprimentar o Maurício Kuehne, meu companheiro lá do Departamento Penitenciário Nacional, o Dr. Damázio, o Deputado Busato, os companheiros Secretários, em especial os do Distrito Federal, onde eu trabalhei durante um tempo. Nós fizemos uma apresentação, mas, na realidade, nós não vamos fazê-la, não é Coronel, porque eu acho que o tempo não dá. Pelo tempo que o Deputado está determinando, não vai ser possível.

Eu gostaria de fazer algumas considerações. Primeiro, eu considero importante, Deputado, a criação desta CPI e acho que ao término dela deveria se criar uma comissão permanente nesta Casa, para tratar da questão prisional especificamente. A população carcerária está crescendo. O Maurício tem os dados: 440 mil presos e isso vai aumentar. A tendência é de crescimento. Então, eu acho que necessita desta Casa uma atenção especial, inclusive desvinculada da área de segurança pública. Eu acho que tem de ser tratada de forma separada, porque a segurança pública já tem milhões de problemas para resolver, e o sistema prisional não pode ser um apêndice da segurança pública.

Tem aqui o Cardoso, que foi diretor da penitenciária. Convivemos durante muito tempo, porque eu trabalhei 9 anos aqui na Penitenciária da Papuda. E eu digo



que fui um observador privilegiado. Eu acho que tudo o que eu aprendi sobre o sistema prisional eu aprendi aqui no Distrito Federal, convivendo com os agentes penitenciários e com os diretores, já que eu dirigia a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. Trabalhei lá 9 anos, 7 dos quais como Diretor-Executivo. Depois desse período de convivência, fui para o Ministério da Justiça e ocupei lá o cargo de Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, me aprofundi um pouco nesse conhecimento. Mas tudo o que eu aprendi foi lá, no sistema prisional do Distrito Federal.

E aí a minha primeira observação, que eu venho falando já há algum tempo. Qual é a maior dificuldade que se tem hoje no sistema prisional? Primeiro, nós temos que definir o que nós queremos do sistema prisional. Sistema prisional é para poder guardar preso ou para poder tratar preso? E aí, quando a gente fala nisso, eu estou falando, por exemplo... Eu vi o Deputado Laerte falando dos agentes penitenciários do Distrito Federal, que são policiais civis. Isso é uma anomalia, porque, na realidade, vários governos que passaram no Distrito Federal mantiveram essa situação por uma questão financeira, porque quem mantém a segurança pública do Distrito Federal é a União. Então, é muito tranquilo manter o sistema prisional vinculado à segurança pública, mantida pela União. Tentou-se uma separação, mas agora retornou. Mas nós sabemos que é uma anomalia, embora seja uma anomalia até boa. Por quê? O Distrito Federal tem hoje... Sem desmerecer aqui os outros Estados, o Paraná tem um bom sistema, São Paulo está aí trilhando, Rio de Janeiro, Mato Grosso, o próprio Espírito Santo, mas assertivamente o Distrito Federal é hoje o nosso melhor sistema prisional. Até porque, se nós formos verificar os eventos que lá não ocorrem de rebeliões e tal... Mas nós temos um outro lado. Se o sistema do Distrito Federal tem uma eficácia, uma eficiência em função de ter um corpo de servidores qualificados, e muito bem qualificados, para a questão da segurança, nós pecamos na área da recuperação do preso.

Então, Deputado, eu acho que a primeira coisa que esta Comissão tem que entender: quando se falar de sistema prisional, não se pode falar apenas da custódia, do agente penitenciário. O agente penitenciário é um dos profissionais que deve trabalhar numa unidade prisional. Nós temos, por exemplo, para tirar as polícias, a Polícia Militar, principalmente, de dentro das prisões... Porque hoje a



Polícia Militar faz, na maioria dos Estados, legalmente tem a obrigação de fazer a guarda de muralha. São Paulo deu exemplo criando a sua guarda de muralha. O Espírito Santo também está trilhando o mesmo caminho, criando a sua guarda de muralha, para que ela possa, então, ter profissionais específicos. Guarda de muralha, guarda armada; agente penitenciário interno, sem arma. E aí faltam os profissionais da chamada ressocialização, do tratamento penal: psicólogos, assistentes sociais, os médicos, os advogados, os terapeutas, os oficineiros, que precisa ter dentro da unidade prisional. Sem entender isso, o sistema prisional vai continuar... Eu já estou nessa área há 19 anos e sinto, lamentavelmente, uma certa tristeza de ver que isso não avança. Nós temos um discurso, o diagnóstico está pronto há mais de 20 anos, o sistema está crescendo, a realidade que foi mostrada aqui é de todos os Estados, inclusive do meu. Nós temos a humildade de dizer isso, embora... V.Exa. é do Estado do Espírito Santo e tem acompanhado o esforço do Governador Paulo Hartung em melhorar e mudar essa realidade no sistema prisional do Estado do Espírito Santo. Então, quando o senhor me perguntou dos investimentos, eu vou lhe dizer.

No ano passado, nós tivemos o orçamento total da Secretaria de Justiça: 142 milhões. Este ano, 177 milhões, dos quais nós estamos investindo 44 milhões em obras. Nós temos hoje 8 obras em execução no Estado do Espírito Santo, 8 novas unidades prisionais, uma delas financiada pelo Fundo Penitenciário Nacional. É claro que eu quero que o Damázio e o Maurício não entendam que essas 8 obras possam impedir novos financiamentos. E com certeza vai dar, porque tem aí no programa do PRONASCI 3 novas unidades. Mas nós temos, obviamente, um passivo grande.

Nós temos hoje, no Estado do Espírito Santo, 6.092 presos na Secretaria de Justiça e 2.863 presos na Segurança Pública. E há uma determinação do nosso Governador Paulo Hartung de, à medida que se for criando os centros de detenção provisória, nós possamos, então, absorver todos os presos da Segurança Pública, liberando a Polícia Civil e a Polícia Militar para as suas atividades-fins. Esse é um compromisso. Obviamente que são medidas de médio e longo prazos, porque trabalhar o sistema prisional não é fácil, porque você não pode fechar as portas.

O Ideal seria fechar as portas para poder arrumar a casa. Não dá para fechar as portas. Há um filmetezinho americano que faz propaganda de relações humanas



e da questão do trabalho. Ele mostra um avião voando e que tem de abastecer, consertar, trocar a tripulação e isso sem pousar, porque se pousar explode. Então, o sistema prisional é isto: é um avião que não pode pousar, porque se pousar vai explodir. Então, há essa necessidade.

É preciso que o DEPEN — e o Dr. Damázio e o Maurício têm feito um excelente trabalho — tenha nas suas análises o que é vaga boa, o que é vaga ruim. Porque quando a gente diz, por exemplo, que um Estado tem tantas vagas no sistema prisional, precisa saber se essas vagas são boas, se elas não estão quebradas, se onde cabem 4 não tem 10, não tem 15, não tem 20. Nós precisamos, Deputados, de uma discussão muito mais profunda.

Fontes de financiamento, por exemplo. O Governo Federal contribui com o Fundo Penitenciário Nacional, mas é preciso lembrar que esse recurso é muito pouco, não é Damázio? Pouco mais de 200 milhões por ano. Eu fui Diretor do DEPEN, eram 200 milhões e continuam 200 e poucos milhões por ano. Isso precisa mudar.

Nós tínhamos fontes que foram retiradas do Fundo Penitenciário Nacional — as custas processuais — para a reforma do Judiciário. Isso não poderia ter acontecido num sistema que está agonizando. Retirar recursos do Fundo foi um grande erro, na minha opinião. E nós precisamos complementar esses recursos do Fundo Penitenciário.

Eu acho que precisa mudar a forma de transferência de recursos, não ser por convênio. Eu acho que nós tínhamos de ter transferência fundo a fundo, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Penitenciário Estadual, e aí com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, para que esse recurso seja aplicado. Porque, hoje, depender de um convênio é algo extremamente complicado, que demanda tempo.

E enquanto nós estamos trabalhando para realizar convênio, pensando na burocracia, a população carcerária está crescendo. Só no nosso Estado, Deputado — passei esse dado para o Governador, e ele tomou um susto —, em 2 meses nós tivemos um acréscimo de presos no sistema prisional do Estado do Espírito Santo de 500 e poucos presos. Em 2 meses, população de uma unidade prisional para 500 presos.



Temos que buscar melhorar a arquitetura prisional. A arquitetura prisional que enxergue não a custódia somente, quer dizer, a custódia, a segurança e a recuperação do preso. Porque se essa arquitetura não facilitar, não vai acontecer. O Cardoso aqui é meu parceiro e ele lembra muito bem da dificuldade que a gente tinha, por exemplo, lá no CIR, que hoje mudou de nome, que é o centro de reintegração, recuperação e educação do... Como é que era? Centro de Internação e Reeducação.

Na minha época, tinha pouco mais de 1.200 presos, Anderson, e nós tínhamos uma batalha diária para levar os presos para as oficinas de trabalho, para as salas de aula. Por quê? Porque aquela arquitetura prisional não facilitava isso. Lá tinha 4 pavilhões. Para tirar um preso do Pavilhão 1, por exemplo, para levar para a sala de aula era impossível, porque ela fica externa. A sala de aula ficava... Então, movimentar 500, 600, 700, 800 presos dentro de uma penitenciária, com o número de agentes que se tem, é inviável. Então, a arquitetura prisional é tudo nesse processo de pensar o sistema prisional.

Eu acho que nós precisamos pensar de forma Brasil. Essa história de ter, por exemplo... Está na nossa Lei de Execução Penal, Deputado, vaga, cela para um preso. Isso é para os Estados Unidos, gente! Isso é para país rico, isso não é para país pobre! Qual Estado do Brasil tem cela para um preso? Deve haver, sim, celas individuais para alojar aqueles presos que tiverem problemas de comportamento. Eu me lembro muito bem quando foi construir a Penitenciária Federal. O projeto inicial era para 3. Na época, foi discutido, inclusive, com o Ministro. Mas, como a lei disse que era para 1, mudou-se o projeto. E quanto ficou esse projeto em termos de custo? Será que dá para repetir isso no Brasil inteiro? É o modelo ideal. O modelo ideal é o federal, o modelo ideal é aqui no Distrito Federal. Mas dá para fazer para 1? Não dá. Nós temos que pensar olhando para o Brasil. É uma realidade que não dá para poder aceitar e continuar dessa forma. Nós temos que mudar. Há necessidade de mudança legislativa com relação a isso. Acho também, Deputado... Foram muitas aqui as perguntas que me foram repassadas ontem, já no início da manhã. Mudança legislativa, vontade... V.Exa. colocou bem e eu já tinha até lhe dito isso que, se o assunto sistema prisional não fizer parte de uma agenda política federal, estadual e municipal, não vai haver mudança.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já que V.Sa. tocou no assunto municipal e nós estamos discutindo essa questão, porque hoje nós percebemos que é no Município que nasce o infrator, é no Município que nasce o delinqüente, é no Município que nasce o bandido, mas o Prefeito diz que segurança pública não é obrigação dele, é dever do Estado. Estamos discutindo na CPI a questão da municipalização de algumas penas, do envolvimento direto do Município, quem sabe até com a exigência de em cada comarca haver uma cadeia, porque, hoje, você pega um cidadão que brigou no forró, vai à delegacia da cidade e não tem, vai à delegacia do Município vizinho e quando chega lá dá uma rebelião e eles transferem para a capital e da capital ele fica perdido sem assistência jurídica, sem assistência da família, tem que assumir outros crimes e é um caos. Qual a opinião do senhor sobre essa possibilidade de nós envolvermos o Município realmente no cumprimento da pena?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De que forma poderia cumprir e dar essa soma?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - A Lei de Execução Penal já prevê que em cada comarca tem de ter pelo menos uma cadeia pública. Acho que essa é uma mudança que a CPI pode propor na lei. Não é apenas a cadeia que tem que estar na comarca, todos os estabelecimentos, porque o cumprimento da pena é jurisdicionalizado, é onde está o juiz. Não é isso, Maurício? Você que é dessa área, não é? É onde está o juiz. Ora, se o indivíduo comete o crime no Município de Lúna, no Espírito Santo, e o juiz julga lá, ele tem de cumprir pena lá. Até porque a transferência de um preso, quando ele é condenado a regime fechado, para os grandes centros, que é o que vem ocorrendo ao longo do tempo, porque as penitenciárias normalmente estão localizadas nos grandes centros, traz problemas mil. Primeiro, transferência das famílias para poder acompanhar o cumprimento da pena do preso junto ao seu preso. Então, sai do interior, vai para o grande centro. Vai para onde? Vai para as favelas, agravando mais ainda os problemas sociais. O retorno dessa família e desse preso para o interior não vai acontecer porque lá ele vai se especializar em outros tipos de crime e não vai voltar mais para o interior. Então, há uma... Acho que a lei, embora a Lei de Execução



Penal fale apenas da comarca, eu acho que ele tem que ali prever todos os estabelecimentos, não só a cadeia pública, porque aí há uma questão de interpretação de cada local, de cada legislador e de cada juiz, de promotor e da parte do Executivo.

Então, acho que, na Lei de Execução Penal, tem de haver a previsão, inclusive, como obrigatório, Deputado. Quando saí do Ministério, vi uma discussão sobre a questão das cidades e mandei um *e-mail* para o Ministro, na época, sugerindo o seguinte: na discussão dos Planos Diretores das cidades, inclua-se a previsão de estabelecimentos prisionais, para que se evite a resistência. Olha, o DEPEN está aí nos oferecendo, com recurso do PRONASCI, para o nosso Estado do Espírito Santo, 3 unidades. Não é, Maurício? Assinamos o compromisso. Cadê os terrenos? Cadê os terrenos? Conseguimos agora, Maurício, comprar um terreno. Não vou citar aqui a cidade, mas o Prefeito falou: *“Olha, eu não sou favorável à construção do presídio na minha cidade. Não quero presídio na minha cidade, mas também não vou impedir o Estado de fazer”*. E nós fomos lá e compramos o terreno, mas estamos tendo dificuldade para poder fazer o terreno feminino para a penitenciária feminina. Em outro também houve a doação e é precisa também se registrar. Eu vou até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, Dr. Ramos, queria aproveitar o conhecimento do senhor.

Nós temos uma discussão também interessante que é a questão da municipalização da pena. Hoje, nós temos os crimes federais, temos os crimes estaduais. Por que não podemos ter os crimes municipais?

Veja só. Você pegar um assaltante de banco e levar para um município para ele cumprir pena no presídio lá é uma coisa. Agora, têm alguns crimes — a Lei Maria da Penha ou tentativa de furto ou o cara que dirigir embriagado e outros crimes — que, às vezes, não são aplicadas as penas alternativas na própria comarca, e o cidadão acaba indo para o centro. Mas, se em cada município tivéssemos algumas penas de menores potenciais ofensivos... Nós temos até uma proposta da criação do Juizado de Instrução, que é outra questão que temos uma briga, aí, dos delegados com essa questão, do promotor, do Ministério Público, a questão do Juizado de Instrução, achando uma forma de dar celeridade ao julgamento, de a



peessoa ser punida mais rápido e ser punida, quem sabe, com uma pena alternativa e cumpri-la ali no próprio município, quando for um crime de menor potencial ofensivo. Então, você envolver ali um município nessa discussão.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - O envolvimento dos municípios nessa discussão é importantíssimo. Agora, acho difícil que os municípios possam custear isso. Se os governos dos Estados não têm recurso para isso, imaginem os municípios! Agora, que haja a municipalização de ter a presença da unidade prisional, que ali se cumpra a pena de todos os regimes que estão previstos na lei, da regionalização, que é o que a gente está fazendo. O Estado do Espírito Santo está fazendo a regionalização. Nós estamos construindo uma penitenciária em São Mateus, estamos construindo uma penitenciária em Cachoeiro, região noroeste e região sul, para poder justamente descentralizar esse sistema. Então, eu acho que levar para o município a discussão, municipalizar a execução penal naquele local, acho que é viável. Agora, financiar, querer que o município faça isso, talvez, isso seja complicado. Eu acho que isso seria um encargo a mais, não sei. Não conheço as contas dos municípios, quais municípios poderiam estar suportando isso, já que nós temos dificuldade a nível estadual de ter grandes recursos. Acho também, Deputado, que nós precisamos...

Na minha opinião, o problema prisional tem uma questão política de agenda política, de constar de agenda política, de vontade política de se fazer. Mas eu acho que tem muito mais do que isso: há um problema de gestão. Nós precisamos olhar para o sistema prisional. Ou nós olhamos com ódio ou nós olhamos com paixão. Nós temos que olhar com razão: planejar esse sistema a curto, a médio e a longo prazo dos investimentos que têm de se fazer; aplicar recurso em gestão — o que o Maurício coloca; criar escola penitenciária. Nós sabemos o quanto é difícil isto: um Estado ter uma escola penitenciária. Mas é preciso, primeiro, que cada Estado tenha seus servidores penitenciários. Nós falávamos muito lá, no DEPEN: *“Não vamos falar apenas do agente, vamos falar do servidor penitenciário como um todo, do agente penitenciário fazendo parte desse grupo e com muita importância”*. Porque se a gente não tiver esses profissionais que eu citei, dificilmente nós teremos tratamento penal, Deputado, dificilmente vai se fazer... ter aula, como colocou aqui o Deputado Busato, numa penitenciária superlotada, numa penitenciária em que o



servidor não entra porque tem medo de entrar, porque vai ser pego de refém. Então, acho que é esse modelo que a gente precisa discutir, e discutir com muita profundidade e com muita seriedade. Eu acho, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma outra pergunta, Dr. Roncalli. Outra dificuldade que nós estamos encontrando é a questão da educação dentro do sistema prisional. De quem o senhor acha que deveria ser a responsabilidade pelo investimento da educação dentro do sistema: da Secretaria de Educação, que tem recurso e tem profissionais, ou da Secretaria de Justiça, com os recursos minguados que ela tem?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Da Secretaria de Educação. A nossa Lei de Execução Penal prevê que é obrigatório o ensino ao preso. Não é isso, Maurício? Eu, quando era Diretor da FUNAP, um dia, fui ao Ministério da Educação pedir apoio ao Ministério da Educação. E o Ministério da Educação desconhecia o quê? A Lei de Execução Penal. Isso teria de constar, deveria constar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não só da Lei de Execução Penal, como era a parte de saúde, que também não entendia muito que era papel do SUS e que, hoje, graças a Deus, faz parte do SUS o atendimento à população carcerária. Então, acho que isso, essas políticas... como também na área do trabalho para o preso. Porque nós ficamos aqui, às vezes, cobrando dos gestores penitenciários, dos secretários e dos governantes o trabalho do preso. A lei diz que o preso condenado está obrigado ao trabalho. Deveríamos estar oferecendo trabalho para o preso, mas nós não criamos grandes facilidades para que isso ocorra. Não criamos facilidades para que isso ocorra! Não é? E nós não temos mecanismo de proteção daquele preso. Aqui, na Papuda, por exemplo, quantos presos passaram para o curso de formação profissional? Quantos presos são qualificados profissionalmente dentro da Papuda? E quantos presos conseguem emprego depois que saem? Aí eu venho falando há algum tempo: bastaria uma oportunidade — mais uma vez a gente está colocando —, uma pequena mudança na Lei de Execução Penal, uma pequena mudança, que é permitir que as empresas possam contratar o egresso penitenciário, aquele que está em livramento condicional, por um período de 1 ano, sem carteira assinada. Por quê? Porque essa mão-de-obra, quando ele sai do presídio, ele sai psicologicamente comprometido. Pode até ter uma qualificação.



E há aí uma questão de mercado. O mercado é de oferta de mão-de-obra e não de escassez de mão-de-obra. Então, o empresário, se ele não tiver essa possibilidade, não precisa criar incentivo fiscal nenhum, basta mudar a nossa Lei de Execução Penal, porque, hoje, a lei prevê que os presos condenados podem trabalhar em obras e serviços públicos — não é isso, Maurício? — sem encargos sociais. Quer dizer, tem a Previdência, que eu defendo. Acho que o preso tem que contribuir para a Previdência. Nós precisamos até mudar a alíquota, discutir isso, baixar a alíquota, mas tem que ter, porque ele não é um funcionário diferente. E eu me lembro disso no DEPEN. O DEPEN tem preso lá trabalhando. Eu me lembro de que um dia, trabalhando há 4, 5 anos, vira para mim: *“Mas, tudo bem. Eu estou aqui há 4, 5 anos, não contribuo para a Previdência, qual o meu futuro em termos de trabalho?”* *“Nenhum.”* Então, eu acho, Deputado, que são mudanças, às vezes, pequenas que a gente pode fazer com que, efetivamente, esse tema possa, a médio e a longo prazo, se modificar. Mas só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só a última pergunta, para eu concluir.

O Espírito Santo tem uma experiência na área de terceirização. Qual tem sido a experiência? É boa? Acha que esse é um modelo que pode ser espalhado pelo Brasil? Acatado pelo DEPEN? A experiência de terceirização tem funcionado? Tem dado resultados desejados?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Deputado, nós estamos experimentando a terceirização com a empresa privada, como também vamos, agora, iniciar uma experiência de terceirização, que são as APACs. Nós vamos ter uma APAC, que é administrada pela sociedade civil, lá em Cachoeiro de Itapemirim. Na realidade, nós temos experiência de terceirização na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos. Em alguns países há esse modelo. O Brasil não tem uma legislação própria. Aí começam os problemas. Não existindo legislação, alguns Estados que fizeram, que foi iniciado no Paraná, depois no Ceará, depois a Bahia, Amazonas, Santa Catarina e o Espírito Santo, se utilizam da Lei de Licitações para fazer essa contratação. Quer dizer, a ausência de uma legislação específica leva a muitas confusões e a muitos problemas. Eu sou favorável a que se teste isso, eu sou favorável a que se teste isso. Eu acho que o Brasil não pode virar as costas



para aquilo que está acontecendo em vários países. Tem... Eu digo assim — eu disse um dia desses, em um seminário que o Ministério fez —: quando o Governador Paulo Hartung decidiu, em 2004, terceirizar a Penitenciária de Colatina, ele sinalizou que ele está querendo gastar dinheiro no sistema prisional, porque ele faz um contrato, ele tem que pagar aquele contrato. E aquele contrato prevê assistência à saúde, trabalho, educação, a parte do controle interno da prisão. Então, ele está sinalizando que ele vai gastar recursos. Nós temos, hoje, 2 unidades terceirizadas e vamos, agora, licitar mais 2, embora não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E as empresas têm cumprido o contrato, literalmente?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Há problemas. Nós tivemos agora, recentemente, lá no Espírito Santo, a prisão de 4 funcionários — e é bom que se coloque isso. Quatro funcionários da empresa a partir de um trabalho de inteligência prisional, que tem que existir. Nosso colega Secretário sabe que serviço de inteligência prisional é necessário que se tenha. Porque nós temos uma regra nova nos presídios novos que nós estamos construindo no Espírito Santo, Deputado: é não permitir a entrada de absolutamente nada. O Estado fornece tudo para o preso. Não tem entrado nada. O que eu dizia? Se a gente achar algo dentro do presídio, foram os servidores que levaram. E, aí, em função de alguma coisa que se descobriu em revista, feita pela equipe da Secretaria, nós então passamos a um processo de investigação e chegamos aos funcionários da empresa que estavam fazendo a entrada de coisas ilícitas dentro do presídio. Foram presos, inclusive, estão presos, estão respondendo a processos. Isso também poderia ter ocorrido com o servidor efetivo. Isso também poderia ter ocorrido, porque nós também já tivemos prisão de servidores e de diretores do sistema prisional do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor defende — eu também acredito e defendo isso —, que a entrada... Fomos visitar o Presídio Aníbal Bruno uma vez, a CPI, chegamos no dia da visita. Cinco mil presos. Imaginem o que é 7, 8 mil pessoas numa visita no mesmo dia, cada um com 10, 15, 7, 20 quilos de alimentos, poucos agentes para controlar aquela fila, no sol quente, todo mundo com pressa! Um verdadeiro inferno! É praticamente impossível que um



agente tenha condições de fiscalizar a entrada de 5, 6, 7 mil pessoas num dia, cada um com alimento diferente: enlatado, sacola, comida, frango assado, bolo, banana. É uma coisa difícil de acreditar.

É importante nós fazermos esse debate aqui, porque nós estamos defendendo, na CPI, a uniformização de normas e procedimentos nos presídios brasileiros. O que pode e o que não pode dentro dos presídios tem que ser coisa de Estado, não pode ser da cabeça do diretor, até para que o diretor não sofra represália por parte de alguns detentos que são acostumados com algumas mordomias e facilidades em umas unidades. Quando são transferidos, encontram um diretor que pensa diferente, e acham que aquilo é uma perseguição do diretor contra ele ou contra aquela população.

Então, é importante essas opiniões para nós. Se os demais diretores e secretários puderem opinar a respeito desses assuntos, para nós é extremamente importante, porque nós queremos debater essa questão junto com os demais membros da CPI.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Deputado, eu acho que a regra deveria ser não entrar absolutamente nada nos presídios. Nada! Nem cigarro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Estado fornece tudo.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Tudo. O Estado tem de fornecer tudo.

O cigarro, havia até uma discussão, não é combate ao tabagismo. Eu acho que o cigarro é uma questão de segurança, porque, se tem cigarro, tem que ter fogo, tem que ter o isqueiro lá, o fósforo. Se tiver o fósforo ou o isqueiro, tem fogo. E também serve de moeda. Eu acho que não deveria.

O Distrito Federal tem uma experiência. Para o senhor ter uma idéia, a maioria dos presídios brasileiros não têm sequer um guarda-volumes na entrada do presídio. O Distrito Federal usava — e acredito que ainda usa — uma lista de coisas que são permitidas, mas elas não entram junto com a visita. Os visitantes entregam, e durante a semana se faz, então, a distribuição desse material. Pode ser algo a ser implementado, porque é humanamente impossível que um agente penitenciário faça a revista de 500, 600, 700, 800 pessoas, entrando numa unidade prisional, naquela



pressão que tem que entrar, o tempo curto que tem que se permanecer lá dentro. Isso é impossível. Pode-se colocar os aparelhos que quiserem. A regra tem que ser não entrar absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um outro problema também que nós detectamos é a questão da entrada das visitas nas celas.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Não deveria. Cela é para preso, cela é para preso. Eu até tenho, no Estado do Espírito Santo, uma discussão, venho sofrendo críticas. Por quê? Porque algumas comissões, as pastorais, elas querem entrar em qualquer lugar dentro do presídio. E nós não permitimos mais isso. Nós achamos que eles têm que entrar, é importante a presença das pastorais, está garantida na lei, mas a própria lei diz o seguinte: em local apropriado. Dentro de cela não é local apropriado para absolutamente nada, a não ser o próprio preso. Então, lá no Espírito Santo, nós estamos gradualmente, porque eu não posso falar que vou fazer isso na CASCUVV — Casa de Custódia de Vila Velha, ou em outros presídios que estão destruídos, porque isso é impossível. Mas nas novas, nós criamos o quê? Um pátio específico para que os visitantes possam entrar dentro da prisão, inclusive com um detalhe: as visitas não são revistadas corporalmente — tirar a roupa, agachar —, porque eu acho que quem tem que ser revistado é o preso. Quando você tem um pátio, um local apropriado para essa visita, quem tem que ser revistado é o preso, quando ele for para aquele local e quando ele retornar daquele local, e não os familiares dos presos, porque isso é um constrangimento; isso, na minha opinião, é ilegal, não se deveria fazer esse tipo de revista nos familiares dos presos. Mas nós não podemos dizer que vamos abandonar isso da noite para o dia, porque a maioria das nossas unidades no Brasil não têm esses espaços adequados. Então, precisa se buscar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que as novas unidades deveriam ser construídas nesse padrão?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Nesse padrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E com essas regras?

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Com essas regras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.



O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Bom, eu quero me colocar à disposição.

Queria fazer aqui, para não ser injusto, Deputado — eu falei dos Prefeitos, que normalmente não aceitam, a gente tem feito uma luta —, o Prefeito de São Mateus doou um terreno para a construção de 1 Centro de Detenção Provisória. O Prefeito de São Mateus doou um terreno para a construção de 1 Centro de Detenção Provisória. Nós vamos encaminhar o projeto para o Dr. Maurício, nos próximos dias, para a gente construir lá 1 Centro de Detenção Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós temos aqui uma PEC tramitando — já para os colegas Secretários, diretores também — que cria uma compensação financeira para os municípios que forem sede de unidades prisionais. Queria saber depois a opinião de vocês também sobre esse assunto. Nós temos regiões no Brasil que viraram realmente uma região de população carcerária, e esses municípios tiveram perdas com esses planos. E nós estamos estudando uma compensação financeira, dentro de uma PEC, para os municípios que sediarem unidades prisionais.

O SR. ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Há alguns Estados até que já têm isso. São Paulo, me parece, que aplica isso, o próprio Espírito Santo. Agora, na realidade, eu acho que quando o senhor fala da municipalização — e o senhor coloca isso muito bem —, nós precisamos municipalizar a discussão, a participação da população do município, das autoridades do município, das forças políticas do município para ter o presídio. Agora, isso está na lei, não é Maurício? É porque está implícita, que quando ela fala que os Estados têm que construir penitenciária, têm que construir em algum lugar. Tem que ser no município, embora o legislador apenas tenha fixado pelo menos 1 cadeia pública nas comarcas.

No Espírito Santo nós estamos terminando um projeto para aquelas pequenas cidades, Deputados. É uma unidade com capacidade para poucos mais de 200 presos. Ali vai ter a unidade para o preso provisório, a unidade para o preso de regime fechado e o semi-aberto. E para os do sexo masculino e feminino, fazendo aí a separação. É uma unidade barata. O salário dos agentes terceirizados... Então é algo que a gente está discutindo. Em vez de você... Porque a lei fala que eu tenho que ter 1 cadeia, 1 penitenciária, 1 colônia penal agrícola ou industrial e ainda tem o



patronato e a casa de albergado, que são pouquíssimas no País, que eu acho que inclusive não tem sentindo nenhum ter, porque tem que mudar a legislação para ter outros controles, porque os Estados não vão suportar isso. A realidade é essa. Quantos dos Estados que estão aqui têm condições de financiar investimentos na área prisional? Porque não é só construir. É construir, ter um modelo de gestão, ter pessoal. E isso é pelo resto da vida útil daquela unidade prisional.

Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos.

Nós vamos passar a palavra ao Secretário Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, que é Secretário de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

O Secretário pediu uma permissão para passar um VT de 4 minutos. Se alguns também tiveram um VT nesse mesmo tempo está liberado depois para passar aqui, na Comissão.

Nós vamos conceder a palavra então ao Secretário para passar o VT e fazer a explanação.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, e demais componentes da Mesa, Deputado Waldemir Moka, é uma satisfação estar aqui e poder falar sobre o sistema penitenciário e principalmente representando o Estado do Mato Grosso do Sul.

Antes de passar o vídeo, gostaria de dizer que eu concordo plenamente com o que o Dr. Roncalli falou no geral e vou acrescentar apenas umas coisinhas que ele esqueceu e que eu sei que ele deve ter pensado. Então, quando falou Ministério da Educação, Ministério da Saúde como encarregados e formuladores de política e execução dessas políticas também tem que incluir o Ministério da Saúde. Ele pensou. Trabalho, Educação e mais Saúde também. Saúde dentro dos presídios. Tem que haver o envolvimento do Ministério da Saúde e as Secretarias.

Com relação ainda à Comissão de Justiça. A CPI está plotando as melhores práticas de todo o sistema prisional brasileiro e as piores também. Então vai ter o diagnóstico de tudo. Quando a CPI — e essa é uma sugestão para a CPI — terminar, eu sugiro então que haja uma comissão para dar acompanhamento naquelas melhores práticas. E um acompanhamento também que tenha uma feição



nos Ministérios econômicos, porque o Ministério da Justiça tem grandes técnicos. Dr. Maurício, Dr. Damázio, as equipes todas são da melhor qualidade.

Então, a dificuldade deles para implementar as melhores práticas é a falta de recursos financeiros, e estes estão no Ministério do Planejamento e no Ministério da Fazenda. Então, tinha de haver uma ação nesses Ministérios.

Agora, voltando, então, especificamente a Mato Grosso do Sul, o senhor.... Foi exibido aqui um vídeo, onde se mostrou, na abertura, a pocilga da Colônia Penal Agrícola do Mato Grosso do Sul, e isso foi quando da visita da Comissão à colônia penal. Naquela ocasião, nós já estávamos trabalhando para enfrentar aquele problema, assim como estamos trabalhando há 1 ano e 5 meses para enfrentar todos os problemas do sistema penitenciário. O que falta é tempo. Para os problemas, nós sabemos, as soluções demandam tempo.

Vou começar, então, mostrando a ação da Meta nº 20, do Plano Diretor, que me foi pedido, assim como eu tenho todos os demais planos aqui — e eu já vou entregar à Comissão. Mas, então, o DVD, ele é, dentro da Meta nº 20, de ampliação e criação de vagas, em resposta à visita da Comissão no Estado do Mato Grosso do Sul. Por favor, o DVD.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Então, Sr. Presidente, essa faz parte... essa é uma antecipação do Plano Diretor da Ação nº 20, de criação de vagas. Nessa mesma área que foi adquirida pelo Governo do Estado, de 50 hectares, está previsto serem construídos um presídio para mulheres e um outro presídio para jovem adulto, de 18 a 24 anos, esses com recursos do Governo Federal.

Com relação ao Plano Diretor, ele é composto pelas 22 metas — e eu trago aqui os planos de cada uma das metas para entregar à Comissão. As 22 metas estão aqui. Também outros documentos que vão embasar o que eu falei estão aqui, e também vou apresentar à CPI.

Eu quero também enfatizar os investimentos feitos pelo Estado. O presídio semi-aberto que vai ser construído — e a licitação vai ser este mês ainda — tem uma previsão, um custo estimado de 7 milhões de reais. E outros investimentos já foram feitos, como na colônia penal, que é feito com mão-de-obra dos internos.



Também no interior do Estado, nós temos 37 presídios dentro do sistema penitenciário. Então, algumas dessas cadeias já foram reformadas, pequenas cadeias, pequenas penitenciárias, no interior do Estado.

Com relação àquela pergunta que o senhor fez da municipalização, há muitos municípios pequenos que não comportam financeiramente. Então, a nossa sugestão é que seja regionalizado, os Estados sejam divididos por regiões, e, nessas regiões, então, serem construídos presídios para abrigar os daquela região. E o sistema penitenciário nas Capitais, dentro de uma pergunta que foi colocada. As 22 metas, o cumprimento dessas 22 metas — e elas têm prazos de curto prazo, médio prazo e longo prazo... Foi criada uma comissão para o acompanhamento da execução dessas metas. Algumas dessas metas são até de atribuição do Poder Judiciário, e nós deveremos... estão a cargo do Presidente do Tribunal de Justiça. Então, nós temos de manter contato com o Presidente — já temos uma agenda com ele — para tratar desse compromisso que ele assumiu dentro do Plano Diretor, que é uma política maravilhosa feita pelo Dr. Maurício Kuehne e equipe, e que veio ao encontro do plano estratégico e do Plano Diretor que já estávamos fazendo no Mato Grosso do Sul desde janeiro de 2007. De modo que o Plano Diretor... Essa política do Dr. Maurício Kuehne veio cobrir o que vínhamos fazendo, e, por isso, tivemos essa facilidade de estar com todos os planejamentos aqui prontos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, qual o investimento do Governo do Estado para este ano e quanto o Governo do Estado está recebendo do FUNPEN para investimento também este ano?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - São 78 milhões, para o plano de 2008, incluído o custeio, investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto é para investimento?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Investimento, em torno de 15 milhões, incluindo a contrapartida do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas vagas serão abertas com esse investimento?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Mil vagas no semi-aberto, 650 no outro semi-aberto e, no interior, 300 vagas em cadeias pequenas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Duas mil vagas, então?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o déficit hoje do Mato Grosso do Sul?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Seis mil e oitocentas, mais ou menos. É variável, porque varia de acordo com a entrada e saída de presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, mas havendo um déficit de 6 mil, o Governo está prevendo investimento para cobrir o déficit de 2 mil para 2008, e para 2009/2010 prosseguem os investimentos para reduzir o déficit.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Prosseguem os investimentos — e, aí, não só investimentos do Estado, mas também nós esperamos investimentos do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Temos de deixar registrado também que no Mato Grosso do Sul, Dr. Maurício, nós percebemos que é um dos Estados que tem o maior número de presos por habitantes. É um Estado com cerca de 2 milhões e 200 mil habitantes e tem cerca de 11 mil presos, tem um grupo de 5 presos... Para cada grupo de mil habitantes, nós temos 5 presos no Mato Grosso do Sul. A média no Brasil é na faixa de 2 presos para cada grupo de mil habitantes. Eu fiquei surpreso, porque o Estado do Rio de Janeiro tem 22 mil presos, e os senhores têm 11 mil no Mato Grosso do Sul. O Rio de Janeiro tem quase 20 milhões de habitantes e tem 22 mil presos, 24 mil no sistema, e o Mato Grosso tem 11 mil. Eu fiquei surpreso, porque para um grupo de 2 milhões de habitantes haver cerca de 11 mil presos é o maior percentual de presos por habitantes que nós percebemos no Brasil.

Outro problema que nos preocupa no Mato Grosso, Secretário — e quero saber qual a providência a ser adotada — é a presença do PCC. Depois de São Paulo, é o Estado onde o PCC tem uma presença muito grande. Queremos até aproveitar e perguntar ao Dr. Damázio, que é diretor dos presídios federais, por que os presos mais perigosos do Brasil ou os presos que têm mais relação com o tráfico internacional estão lá na divisa, o que, é na verdade, uma área perigosa, como ali na divisa com o Paraguai, com a Bolívia. São presos que têm ramificações internacionais, e eles estão no presídio que fica na divisa, que ocasionou até aquela



operação de tentativa de resgate lá, acho que há uns 2 meses, que mostrou a eficiência do sistema.

Mas uma pergunta que nós queremos aproveitar para fazer também é por que esses presos que têm relação e ramificação internacional, têm uma relação direta com os traficantes desses países vizinhos, estão lá na divisa e não estão nos presídios mais distantes, é uma pergunta que eu queria também deixar para o Dr. Damázio. Quanto ao Mato grosso do Sul, na época em que nós fomos lá, inclusive foi veiculado ali, nós encontramos no presídio de segurança máxima do Estado, numa área de acesso das visitas, não é dentro da cela — dentro da cela até entenderíamos, mas é uma área para receber as visitas —, tinha uma placa do PCC: *“Nós, da família PCC, desejamos a todos um Feliz Natal e um Feliz Ano-Novo”*. E ficou de dezembro a março. Na época, nós indagamos aos agentes, e eles nos disseram que os diretores do presídio não permitiam a retirada porque eles não queriam comprar briga com o PCC. Quero saber se houve apuração, se foi retirada a placa e se procedimentos como esses... O que o Estado está fazendo para administrar essa questão da presença do PCC dentro dos presídios do Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Pois não. Eu preciso antes esclarecer o seguinte: em 2006, quando houve a destruição de 8 presídios no Mato Grosso do Sul, foi o PCC que fez, a mando do PCC de São Paulo. E isso enfraqueceu muito o sistema penitenciário do Estado, a ponto de destruir as principais penitenciárias, como aquela a que o senhor visitou e viu ali a informação, essa informação do PCC, a máxima. Com relação a esse fato, foi instaurada a sindicância, está em processo de defesa dos acusados, e então ela... após isso, nós então vamos... vai haver o relatório e a conclusão. Agora, durante as investigações, ficamos sabendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi tirada a placa?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Claro. Imediatamente. No dia seguinte foi retirada. Assim que tivemos conhecimento, foi retirada. Mas também nós ficamos sabendo que aquilo ali era um quadro natalino e que o PCC, nas vésperas, colocou... O PCC. Mas era um quadro que não tinha identificação de PCC, eles colocaram ali na véspera, alguns dias. Estava da época do Natal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O quê?



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Na véspera da chegada dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas a letra era da mesma... mesma letra, papel luminoso...

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Foi feita perícia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, porque os agentes disseram que estava lá desde dezembro, que eles não tiraram porque a direção do presídio dizia... Eles estavam impedidos pela direção, porque a direção dizia que não queria ter problema com o PCC. E era a mesma letra...

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - É. Eu não quero aqui, Sr. Deputado, antecipar a conclusão da sindicância, uma vez que está em princípio de defesa, ainda está na defesa. Mas, na conclusão vai ser determinada a autoria e responsabilizado quem tiver responsabilidade pelos fatos. Com relação ainda ao enfrentamento do PCC, nós criamos uma Superintendência de Inteligência na Secretaria de Justiça e uma Agência de Inteligência na AGEPEN, e esse trabalho de inteligência impediu que o PCC quebrasse novamente os presídios de Mato Grosso do Sul, conforme determinação do PCC de São Paulo, em 2007, e, agora, em 2008, em maio, quando eles tentaram novamente.

É de grande importância para nós a presença do presídio federal em Campo Grande e também em Catanduva, porque esses líderes negativos nós temos enviado para lá. E a maior população carcerária do sistema eu creio que é a nossa, que está nos presídios de Campo Grande e Catanduva, as lideranças. Nós temos listado, mais ou menos, a quantificação do PCC que atua nos presídios de Mato Grosso do Sul e, graças a isso, nós temos uma certa antecipação daquilo que eles pretendem fazer. Então, quando eles querem fazer alguma coisa, nós já, mais ou menos, sabemos o que é e adotamos a providência adequada. Então, o enfrentamento dessa situação é feito principalmente através dessa ferramenta da Superintendência de Inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um outro problema que nós identificamos na nossa visita lá, de denúncias que nós recebemos inclusive de alguns agentes, é que alguns presos do PCC que progrediram de regime, que foram para a prisão penal...



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... eles pegavam indigentes ou mendigos no centro da cidade e na rodoviária e pagavam, lá, uma taxa de 50, 100 reais para estes ficarem na colônia no lugar deles, para efeito de contagem, para eles praticarem crimes fora da colônia, depois voltavam. Ficavam 2, 3, dias e, como os agentes só contavam as cabeças, não identificavam os nomes, então, eles saíam, contratavam, pegavam um mendigo, um indigente, um bebum lá, davam 100 reais para estes ficarem lá na cadeia durante 2, 3 dias para eles puderem praticar os crimes e terem o salvo-conduto. Os senhores chegaram a investigar e comprovaram fatos como esse?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Esse fato aí e mais um elenco de fatos parecidos com esse foram constatados. Na época em que os senhores chegaram lá, nós já estávamos investigando, mas sigilosamente, tanto que aquele diretor que o senhor entrevistou foi preso, o antecessor dele também foi preso, todos os funcionários de lá foram presos — prisão temporária e prisão preventiva. Então, e por isso também, no dia que nós prendemos eles, nós transferimos todos aqueles vinculados ao PCC e os 300 presos para Dois Irmãos. Lá, Dois Irmãos, é uma cadeia de segurança, é uma penitenciária de segurança média e de regime fechado. E nós fizemos, conseguimos fazer um provimento junto ao Juiz de Execuções e transformamos um presídio semi-aberto, com trabalho intramuros, e colocamos todos esses internos lá em Dois Irmãos. Então, ficaram na colônia penal apenas 130 que trabalham na EMBRAPA, na Prefeitura e que têm carteira assinada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a prisão dos agentes foi em decorrência dessa prática aí?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Inclusive dessa prática aí. Inclusive, eles cobravam 750 reais por preso por mês, eles tinham um laranja que recebia essa propina. Enfim, tudo isso está comprovado dentro do inquérito policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos solicitar — a CPI — que o senhor envie para a Comissão, no prazo máximo de 7 dias, a cópia desses inquéritos, com a relação dos agentes e de todos os envolvidos, para que



nós possamos inclusive incluir essas peças do inquérito no relatório da CPI do Sistema Carcerário.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - O inquérito já foi relatado, ele já é ação penal pública, já está em fase de instrução, já está bem adiantado. Então, nós vamos mandar só essa parte do inquérito policial, porque o processo criminal já está bem adiantado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A cópia do inquérito...

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Aí, a parte policial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... e o boletim da ocorrência de cada fato, para que nós possamos incluir essas pessoas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se algum Deputado quer fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Eu quero fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Moka, nosso Secretário da Mesa Diretora da Câmara, que muito nos honra com a presença.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA - Meu caro Presidente Neucimar, eu iniciei aqui, 12 anos atrás, quando era Deputado Federal de primeiro mandato e me convenceram, como médico e professor, que eu deveria fazer parte da CPI do Narcotráfico. E eu, então, iniciei a minha carreira aqui. E, naquele momento, com Magno Malta, Moroni Torgan e o pessoal... Eu conheço relativamente também esse problema, porque na época já se identificavam essas dificuldades.

Mas estou aqui para dizer 2 coisas apenas e tão-somente: o Governador André Puccinelli, que já esteve por aqui, foi Deputado Federal, é um homem determinado, eu posso assegurar, e escolheu para Secretário de Segurança um dos melhores policiais deste País: o Dr. Wantuir Jacini, que foi Superintendente da Polícia Federal do Mato Grosso do Sul por longo tempo. É um policial que tem uma experiência muito grande, um homem que tem capacidade e autoridade moral para exatamente, em parceria com a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança, os policiais militares e civis do Mato Grosso do Sul, fazer o trabalho. É certo que neste momento o Mato Grosso do Sul tem muitas fragilidades, o Governador pegou o



Estado numa dificuldade muito grande financeira. Hoje, o Estado já está equilibrado financeiramente, e os recursos começam a aparecer. Recentemente, eu estive com o Governador entregando cerca de 200 viaturas — não é isso? — no Estado inteiro. E S.Exa. já determinou: este ano, são mil policiais que vão entrar em ação. Há, por parte do Governador, essa determinação.

Eu só queria chamar a atenção para o fato de que o Mato Grosso do Sul talvez devesse merecer atenção maior, exatamente da Secretaria da Justiça. E eu quero dizer por quê: nós temos uma fronteira seca com o Paraguai e com a Bolívia. E o Mato Grosso do Sul sempre será a porta de entrada tanto da maconha, como da cocaína, e isso faz com que também a nossa população carcerária seja aumentada, porque esses crimes acabam sendo cometidos. Inclusive os nossos jovens da fronteira freqüentemente são recrutados para fazer esse serviço, que é o tráfico pequeno.

E dizer, Deputado Neucimar, que são atuações como essa da CPI, de companheiros desta CPI, que vão fazer melhorar. E eu torço para que essa CPI, ao longo, depois de terminar, possa propor medidas que possam melhorar, e nós entendermos que aquele que vai ser encarcerado tem o direito também de se reencontrar e voltar para a sua atividade social e ser um cidadão que possa também contribuir com o desenvolvimento deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputado Moka.

O Deputado Geraldo Resende, que também é do Mato Grosso do Sul, quer fazer uma consideração.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu só queria reforçar aquilo que o Deputado Moka já disse. O Governador, tão logo foi eleito, nos chamou e disse claramente que ia buscar uma solução para uma das demandas maiores do Estado, que era a questão da segurança pública. Nós fizemos toda gestão aqui para poder buscar o Dr. Wantuir Jacini, que, além de ser Superintendente do Mato Grosso do Sul, já foi Superintendente de outras Unidades da Federação, exercitava um alto cargo na direção da Polícia Federal aqui em Brasília. E nós estivemos com o Ministro, com o Ministro da Justiça, solicitando — toda a bancada e o Governo do



Estado — que S.Exa. pudesse ceder o Dr. Wantuir lá para o Mato Grosso do Sul. Conseguimos esse intento. O Dr. Wantuir Jacini, e nós o temos acompanhado lá, tem feito um grande trabalho. Ainda na própria sexta-feira passada, esteve lá minha cidade, Dourados, onde se situam complexos penitenciários muito grandes e onde, inclusive, no ano passado, ou ano retrasado, houve uma rebelião, entregando várias viaturas para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, para o Departamento de Operações de Fronteira, que é uma polícia especial que existe no Mato Grosso do Sul, e que exerce um papel fundamental na segurança da fronteira.

E nós temos feito todo o esforço, junto com o Governador, que é aquilo que o Deputado Moka disse há pouco: um homem determinado, um homem de garra, um homem de fibra e que tem colocado como prioridade número um do seu Governo, uma das prioridades número um, a questão da resolução dos problemas de segurança pública. Então, é aquilo que o Deputado Moka disse há pouco aqui: nós da bancada do Mato Grosso do Sul, estamos empenhados em poder dar toda essa participação. E tenho certeza que esta CPI que V.Exa. comanda vai poder dizer, vai poder ter propostas concretas para podermos não só resolver a questão de segurança do País como um todo, mas, principalmente, lá do Mato Grosso do Sul, com todas essas peculiaridades que o nosso Estado tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Então, nós queremos agradecer a participação dos 2 Parlamentares. E nós confirmamos, Secretário: realmente, o Mato Grosso do Sul tem a maior população carcerária por número de habitantes do Brasil. Eu tinha essa impressão, e está confirmado aqui com os dados do DEPEN: há um grupo de cerca de 489 presos para cada grupo de 100 mil habitantes.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Só queria acrescentar isto: também temos uma grande população carcerária de crimes federais. Então, são presos que deveriam estar sob a responsabilidade da União, e o Estado colabora com a União no custeio... nós colaboramos com a União no custeio desses presos federais, porque fazemos fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E com base nesses dados já fizemos essas reivindicações. Queremos fazer novamente aqui, pedir ao DEPEN, ao Governo Federal, realmente, uma atenção especial para essa questão do Mato



Grosso do Sul, principalmente porque ali, além de estar crescendo, Dr. Damázio, hoje a população masculina, a presença das mulheres usadas como mulas e laranjas no tráfico tem crescido. Fizemos uma visita ao presídio feminino de Mato Grosso do Sul, e há presença de mulheres de outros Estados — inclusive encontrei várias do Espírito Santo, Dr. Ângelo — que vão para o Mato Grosso fazer o tráfico para os Estados do Sudeste e Nordeste e acabam sendo presas na divisa, e estão ocupando os presídios do Mato Grosso do Sul.

Então, com base nesse dado, que é o Estado que tem a maior população carcerária por número de habitantes do Brasil, tenho certeza de que se fizermos uma estatística, acho que mais de 60% dessa população carcerária são de outros Estados, não são do próprio Mato Grosso ... Queria pedir uma atenção especial do DEPEN para ajudar o Estado do Mato Grosso na solução somente na abertura de novas Varas ... Mato Grosso do Sul.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - (*Fora do microfone.*) Está levando bastante dinheiro ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Maurício está dizendo que o Estado está levando já bastante. Mas estou fazendo um apelo aqui em nome do Estado, Dr. Jacini, para que haja atenção especial, porque é uma coisa atípica. Quando nós pensamos em população carcerária, geralmente pensamos que São Paulo e Rio têm a maior população. Eu fiquei surpreso em saber que o Mato Grosso, com 2 milhões de habitantes, tem a metade da população carcerária do Rio de Janeiro. É um problema que tem crescido muito, porque a ação da Polícia Federal tem aumentado na prisão do narcotráfico, de narcotraficantes, de traficantes, e a tendência é que aumente a prisão, o número de presos ali no Estado do Mato Grosso ...

Fica aqui o nosso apelo ao DEPEN e ao Ministério da Justiça para que dêem uma atenção especial para esse fato, que eu não sei se já chamou a atenção do DEPEN ou do Ministério da Justiça, mas é um Estado que, pela sua posição geográfica, merece uma atenção diferenciada por causa do aumento das prisões, principalmente por parte do tráfico.

Lá, tínhamos o problema também da questão feminina, do presídio feminino. Como está sendo resolvido, Secretário?



O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Pois é... Essa questão do feminino... O DEPEN vai construir um presídio com recurso federal para 300 internas, aproximadamente 300.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas qual a população feminina hoje do Estado?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Novecentos e setenta e sete mulheres ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o déficit de vaga?

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - O déficit de vaga...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Feminino.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Feminino? Temos 570...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, mesmo com essa construção, nós vamos continuar ainda com um déficit de quase 300 vagas.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Sim, ainda vamos continuar com esse déficit, mas pretendemos construir um outro presídio feminino com recurso exclusivo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Agora, com relação ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir, 2 minutos.

O SR. WANTUIR FRANCISCO BRASIL JACINI - Perfeito, para concluir.

Vou pegar um gancho, já que o senhor falou das mulheres. Nós temos uma situação de anomalia nesse sistema de penas nessa política criminal nacional de encarceramento, porque veja só: na Lei de Entorpecentes... Há mulheres que muitas vezes são enganadas pelos namorados, pelos maridos, para virarem mulas. Na realidade, elas não têm aquela vontade do lucro, do dinheiro, da traficância. Então, a participação delas é menor. No entanto, o apenamento é igual, porque a lei não distingue. Nós temos uma lei que criminaliza várias condutas, até mesmo condutas que são administrativas, que são de índole administrativa. Como não há fiscalização administrativa para enfrentar aquela situação, então criminaliza. Assim temos ... O sistema, por exemplo, as questões ambientais são criminalizadas, porque não existe uma fiscalização administrativa. E isso contribui para inchar o sistema penitenciário. Então, teria de haver uma análise da lei adjetiva e subjetiva penal, no sentido de



diminuir a quantidade de crimes apenados com encarceramento, enfatizando as penas alternativas e tirando e descriminalizando aquelas irregularidades administrativas que existem o nosso Código de Processo Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Agradecemos, vamos ouvir agora o representante do Estado do Mato Grosso: Tenente-Coronel Zaqueu, tem a palavra também para... Eu queria iniciar também, da mesma forma, perguntando qual é o investimento do Estado de Mato Grosso com recursos próprios para o ano de 2008, e quanto que o Estado está recebendo do FUNPEN no ano de 2008.

O SR. ZAQUEU BARBOSA - Bom dia, Excelência, Deputado Neucimar, Presidente desta Comissão, primeiro, quero justificar aqui a ausência do Dr. Diógenes, nosso Secretário, que, por motivo de força maior, infelizmente, não pôde estar hoje aqui, estamos representando-o como Secretário-Adjunto de Justiça e gostaríamos de deixar aqui a nossa fala no sentido de corroborar com os companheiros que nos antecederam, nosso representante lá do Estado do Espírito Santo, bem como o representante do Mato Grosso do Sul, porque os problemas nossos são um pouquinho parecidos. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Aí eu falo com bastante propriedade, porque no Estado do Mato Grosso há um grupo especial de fronteira o qual a minha pessoa ajudou a instalar, e trabalhei lá por 4 anos aproximadamente. Nesse período em que estivemos lá, com uma fronteira seca com a Bolívia — aproximadamente 750 quilômetros de fronteira seca, tirando os 280, que são a parte alagada do Pantanal...

Quero dizer que o maior problema nosso hoje é justamente essas questões da grande área territorial — e acho interessantíssimo estarmos hoje aqui reunidos buscando uma resposta em termos de Brasil, é claro, obedecendo às particularidades de cada Estado. Só que não podemos nos ater apenas à criação de vagas, porque eu acredito e entendo que o sistema prisional é muito mais do que isso, porque já é uma cultura da nossa sociedade fazer um cerceamento, de preferência muito bem longe aos nossos olhos. A sociedade não quer enxergar essa parte dela invisível. E nós queremos cercear e queremos, nós, a sociedade como um todo — e isso é um comportamento, é claro que há as exceções —, mas a grande maioria da sociedade quer a maior distância possível dessa massa. Nós não



podemos apenas criar vagas, acho que o objetivo maior seria criar políticas de reinserção social, de voltar esse cidadão, que até então está pagando por um delito, por ter cometido algum delito, alguma ação a cavaleiro do ordenamento jurídico, de que ele seja reinserido na sociedade. Essa criação de vagas, sim, é interessantíssima para que nós possamos dar uma tratamento humano, um tratamento digno, mas não esquecermos de que ele vai sair dali. E, para ele sair dali, ele tem de ter condições realmente de ser ressocializado e voltar ao convívio da sociedade.

Nós temos de pensar seriamente neste ponto: não está hoje o problema do sistema penitenciário envolto apenas em criação de vagas. Isso é algo que tem de ser pensado, e pensado seriamente: políticas nesse sentido. Pensar numa particularidade no que diz respeito também aos Estados que têm divisa com outros países. O Mato Grosso tem essa particularidade de ser corredor de entorpecentes, de passagem de entorpecentes. E, aí, nós temos aumentado a nossa massa carcerária, assim de uma forma assustadora.

E, aí, eu falo para os senhores que eu também posso falar de cadeira, porque trabalhei no Grupo de Operações Especiais por 10 anos e meio, enfrentei todas as rebeliões que aconteceram dentro do Estado, com exceção de uma, de 13 de março de 1994 até o dia 31 de janeiro de 2003. Todas, com exceção de uma, quando eu estive fora. E os problemas que nós tínhamos no sistema penitenciário do Estado do Mato Grosso foram melhorando. Não está em nível aceitável, pode melhorar muito mais. Para isso, temos de pensar seriamente nessa questão da reinserção social. Por quê? Porque também temos essa situação do Mato Grosso do Sul, de população de outros Estados, pessoas que passam pela região com mercadoria de troca, que é o veículo, o produto de ilícito, seja ele produto de roubo, furto ou até mesmo de golpe do financiamento do seguro, e que é moeda de troca do lado boliviano para trazerem entorpecente de lá para cá. E há a miserabilidade que existe do povo boliviano, de as mulheres se colocarem numa situação de introduzirem nas suas parte pudicas, inclusive no ânus... Eu tive a oportunidade de fazer uma apreensão em que ela conduzia na vagina e no ânus entorpecente. Uma mesma pessoa conduzindo isso para ganhar 50 reais e uma cesta básica, a serviço do Dom,



que é o cidadão do lado boliviano que faz essa compra do veículo ilícito e faz a passagem do entorpecente para do lado brasileiro.

Então, diante disso, acredito que temos de começar a pensar. E, aí, as ações de enfrentamento no nosso Gabinete de Gestão Integrada resultou em várias ações. Inclusive é motivo de preocupação nossa — e eu estava conversando, na semana passada, com nosso Secretário, que é delegado da Polícia Federal — o fato de que temos de ir paulatinamente nessas ações, que estão praticamente todas encerradas, aguardando apenas um *start* para ser realizadas. E, na semana retrasada, tivemos uma na faixa de fronteira que resultou, no frígido dos ovos, em 50 prisões. E dessas 50 prisões, que iam para uma cadeia pública da cidade de Cáceres, nós... Na cidade de Cáceres, não tínhamos a capacidade de fazer isso, e tivemos de remanejar presos para Cuiabá e outras localidades para criar as possibilidades de vagas.

Ações em conjunta do GAECO, da Polícia Federal da Polícia Civil e da Polícia Militar. Hoje há lá mais de 5 ações só aguardando para ser “estartada”, e com um número de acima de 20 presos em cada operação, em cada operação que vai acontecer. Nós temos também a particularidade, como o Estado do Mato Grosso do Sul: uma população carcerária de 10.590 presos, com um déficit de 5.763. Isso, levando em consideração nosso público, nossa população flutuante. Por quê? Porque, no Estado, houve um *boom* no final da década de 80, e nesse *boom* da década de 80, migraram para o nosso Estado muitas pessoas oriundas do Sul. Essas pessoas migraram, e o Estado não estava preparado em infra-estrutura para receber essa população. E, com essa vinda da população, hoje nós temos no interior cadeias que, há mais de 35 anos foram construídas e que eram delegacias e hoje se tornaram cadeias. A construção dos Centros Integrados de Segurança e Cidadania ainda não abraçou todo o nosso Estado, principalmente na parte norte do Estado.

Então, são problemas com que nós estamos convivendo, e digo para os senhores: eu acredito que há solução. Eu estou há menos de 30 dias no cargo e acredito que há solução. Se não houvesse solução — e eu disse para o Secretário no dia que ele me fez o convite: “Se não tem solução, eu não aceito o cargo”. Mas eu acredito que existe solução para isso, para fazer uma reinserção social e para fazer uma ressocialização.



Nós estamos captando recursos junto ao nosso Governo do Estado, e hoje nós temos um investimento previsto de 10 milhões e 668 mil de reais, sendo que ainda existe a contrapartida do Governo Federal. Já está em andamento hoje a criação, e até o final do ano, de 1.128 vagas, sendo que, dessas 1.128 vagas, 672 são apenas com recursos oriundos do Estado, perfazendo um total de 8 milhões e 170 mil de reais. E, aí, nós entramos na construção dos CDPs. O Dr. Maurício, que está aqui do lado, sabe do que estamos falando, sabe da construção de 3 CDPs no interior do Estado, com a contrapartida do Estado de 14 milhões e 931 mil. Então, até o final do ano... Já estão em andamento essas obras de criação de 1.128 vagas. É pouco? É pouco. Mas, por outro lado, nós criamos, dentro da Secretaria, uma fundação chamada Nova Chance, que está tratando justamente dessa questão, que eu acredito que é o carro-chefe hoje — e tem de ser —, que é o que fazer com esse reeducando quando termina a pena. Nós temos de capacitá-lo, nós temos de dar condições de trabalho e nós temos de inseri-lo no mercado de trabalho, porque, se nós não fizermos isso, nós vamos estar sempre criando vagas. E nós não podemos criar depósito de seres humanos. Nós temos que fazer essa questão, essa ponte nesse sentido. *(Pausa.)* Só um adendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não, Secretário.

O SR. ZAQUEU BARBOSA - Acredito que vai ser questão de mais argüição. Com relação à educação, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Exato.

O SR. ZAQUEU BARBOSA - ...no sentido da nossa massa carcerária...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Educação e trabalho.

O SR. ZAQUEU BARBOSA - Isso. Hoje nós temos... Na questão da educação, hoje, nós temos 23% da nossa massa carcerária, hoje, tendo aula efetivamente. Nós temos a Escola Penitenciária, que já está em andamento, não é? Ela tem, hoje, 23% dessa massa carcerária nossa, que já está em sala de aula, freqüentando a sala de aula, inclusive regularmente. Todos os estabelecimentos penais nossos, nós criamos essas salas de aula, hoje, para que faça realmente essa inserção da Escola Penitenciária. No que diz respeito à questão do trabalho, nós temos algumas ações. Em cada cadeia, em cada presídio dentro do Estado já existe essa questão do trabalho sendo gerado e sendo implementado. Inclusive algumas



fábricas de bloquete, com recurso do FUNPEN. No que diz respeito, também, ao preso, quando há a progressão de regime, nós temos em andamento, hoje, no Distrito Industrial da cidade de Cuiabá, já essa reinserção social dele, quando há a progressão do regime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Primeiro eu queria fazer também uma referência ao Estado de Mato Grosso, porque a melhor creche que nós encontramos no Brasil foi em Mato Grosso, para a permanência das crianças, junto com as mães, dentro do sistema prisional. É um assunto que, também, nós estamos chamando a atenção da comunidade. A presença das mulheres nos presídios traz um outro fato, que é a presença das crianças dentro dos presídios. E nós queremos também deixar aqui, para que os próximos Secretários possam opinar, a questão do prazo de permanência da criança no presídio. Qual é o prazo ideal? É uma discussão muito grande. São 6 meses? Um ano? Dois anos? Alguns entendem que, com 6 meses, quando há a separação, a dor é só para a mãe; com 2 anos, a dor é para a mãe e para o filho ou para a filha, porque aí já há um contato, já há um apego. Uma criança criada dentro do presídio não tem relação com os primos, não tem relação com os tios, com os avós. E depois, quando são retiradas com 3 anos de idade de dentro da cadeia, sofre a mãe, que já se apegou; sofre a criança, porque a única pessoa que conheceu praticamente foi a mãe; e os tios e as presas que estavam lá junto com a mãe, cumprindo pena. Então, quero parabenizar o Estado de Mato Grosso, porque — não sei se os outros Estados conhecem; os que não conhecem deveriam conhecer — a creche de Mato Grosso é a melhor creche que nós vimos em todo o sistema prisional do Brasil. Realmente, está de parabéns o Estado de Mato Grosso por esse tratamento.

O SR. ZAQUEU BARBOSA - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, dizem que uma das características do ser humano é a sua insatisfação. Mas eu ainda continuo insatisfeito com aquela creche. Inclusive foi um dos quesitos que eu coloquei aqui, da sugestão, e acredito que deve ser apreciado. O senhor tocou no ponto nevrálgico. Hoje, lá no Estado, essa criança... muitas delas, não é, ou algumas delas, chegam lá recém-nascidas. E eu falo para o senhor que não foram poucas as mulheres que eu tive que fazer a detenção delas e o acompanhamento delas, que estavam com o filho, e filho recém-nascido, que usam esse filho para entrar com



entorpecente dentro do País, e que ela... essa criança convive com elas dentro do sistema por 2 anos. O mundo que essa criança conheceu é aquele mundo intragrades. Por mais que a gente possa amenizar isso, cria-se um trauma na criança. E hoje nós já estamos pensando e trabalhando, e acredito que isso deveria ser algo em termo de Brasil, o que é que vamos fazer com essas crianças. Por quê? Primeiro nós criamos ela numa redoma, naquele mundo pequeno que ela conhece, e, após 2 anos, outros Estados têm as suas particularidades de 6 meses, depois nós retiramos, porque ela tinha apegado a viver com a mãe 24 horas por dia. Nós a afastamos do convívio da mãe. Mesmo que vá viver com a avó, com o avô, com o tio, o parente, quem seja, ou até mesmo que não tenha parente, que seja colocada numa entidade. Mas como é que fica a cabeça dessa criança? Um acompanhamento psicológico, um acompanhamento social de como é que nós vamos reinserir essa criança no seio da sociedade. Isso é uma preocupação, e nós já estamos trabalhando nesse sentido... Mas eu acredito — e eu coloco como sugestão aqui para a CPI — que nós nos devemos debruçar, todos os companheiros que estão aqui, das Secretárias... Como é que nós podemos lidar com isso em termos de futuro? Com a experiência que, de repente, alguém tem, o que pode ser feito em relação a essa criança? É algo que nos preocupa muito dentro do sistema, hoje. Apesar de o senhor ter visto aquela creche lá, mas eu tenho uma preocupação muito maior em relação ao pós aquilo ali. Será que ela vai ter condições pelo menos parecidas com aquilo? E o mundo que ela vai enfrentar lá fora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria deixar também um outro tema para reflexão dos Secretários e aqui do DEPEN: a questão das visitas íntimas dentro dos presídios.

Aconteceu um fato curioso com um senhor, que é meu amigo pessoal, aposentado, 65 anos de idade, ganha 800 reais de aposentadoria: o filho foi preso, estava 3 anos preso, conheceu uma jovem em visita ao presídio, engravidou a jovem, e a Justiça obrigou o avô a pagar a pensão daquela criança. E o senhor não tem de onde tirar o dinheiro para pagar. E o obrigou: *“Ou paga ou vai ser preso”*. E o cabimento... Nós temos o pai; o filho está preso há 3 anos; então, está preso sob a custódia do Estado. Eu até pergunto: de quem deveria ser a responsabilidade pela custódia desse filho gerado por um pai dentro do presídio? É do Estado, que é o



responsável por ele, ou do avô, que nem conhece a menina, mas agora é avô de um neto gerado pelo filho dentro do presídio, de uma jovem que ele não conhece? E o juiz determinou a prisão dele, porque ele não tinha condição de pagar a pensão, porque a menina entrou na Justiça pedindo a pensão. Como o filho estava preso, o juiz entendeu que o pai era o responsável para pagar a pensão.

São situações inusitadas, Dr. Maurício, com as quais a gente convive no Brasil. E eu tive que intervir para o pai não ser preso, para o avô não ser preso. Mas a determinação do juiz, do oficial era para prender o avô, porque ele não queria pagar a pensão daquela criança. São os absurdos gerados por leis falhas. Eu até faço a pergunta: de quem deveria ser a responsabilidade por essa pensão de uma criança gerada por um pai que está preso, quando ele está sob a custódia do Estado? São problemas que nós temos que debater. Talvez sirvam de reflexão, porque eu acho que esse não deve ser o único caso no Brasil. Deve haver outros casos. Desse eu tive conhecimento porque o avô é um vizinho meu e me procurou um dia, chorando. É um cara trabalhador, nunca teve passagem pela polícia, criou a família, teve esse filho que teve o problema. E agora o avô ia ser preso por uma determinação judicial, por não pagar a pensão de um filho gerado dentro da cadeia, por uma regalia dada aos presos brasileiros, que é a questão da visita íntima, que é regalia. E tem muita gente que a defende, mas outros já começam a se posicionar a respeito das visitas íntimas no presídio: quem deve receber visita íntima; se deve ou não. É por isso que nós estamos discutindo normas e procedimentos nos presídios brasileiros, para que a gente possa entender o que é regra da cabeça de diretor, o que é norma de Estado, para que esse assunto seja padrão no Brasil, ouviu, Dr. Maurício? Vamos começar a debater junto com o DEPEN, formular essas questões, porque têm muitas ações que são desenvolvidas pelos Secretários de Justiça e pelos diretores que poderiam ser regras no Brasil, que estão funcionando em alguns Estados e em outros não funcionam.

Então, agradeço a presença do representante de Estado do Mato Grosso no debate sobre o assunto.

O Sr. Maurício tem a palavra para fazer algumas considerações, tendo em vista que, em relação a alguns assuntos que estão sendo abordados, ele tem algumas respostas para nos apresentar.



O SR. MAURÍCIO KUEHNE - Bom, a respeito da questão colocada aí, particular, quanto ao estabelecimento feminino com creche, nós temos outras unidades também, no Brasil, que têm creche. Eu até cito... E cito não por bairrismo, porque não sou paranaense — eu nasci em Santa Catarina, mas me considero paranaense por adoção. O Estado do Paraná há pouco — o Secretário está aqui presente e poderá também fazer alusão — fez um estabelecimento feminino que tem uma excelente creche, que serve de modelo. Inclusive já foi referência internacional. Eu queria dizer, a respeito da temática das mulheres, que nós consolidamos um levantamento, que todos os senhores, de uma forma ou de outra, receberam nossa solicitação, quanto às mulheres encarceradas. Recebemos, Sr. Presidente — e há pouco lhe entreguei —, 512 questionários de todos os estabelecimentos penais ou exclusivamente femininos, ou aqueles que, embora mistos, são convenientemente separadas as alas dos estabelecimentos, enfim, administrados pela Secretaria que cuida da questão prisional. Não cadeias públicas, ou delegacias de polícias, ou carceragens policiais, onde possam também se mesclar homens e mulheres, em espaços distintos. Estabelecimentos esses sob a responsabilidade, de regra, da Secretaria de Segurança Pública. Esse estudo irá nos propiciar... Hoje, no Estado de São Paulo, está se realizando o terceiro encontro nacional das mulheres encarceradas. Há um grupo de trabalho interministerial. Inclusive, esse grupo irá propor ao Congresso Nacional medidas legislativas tendentes a dar essa uniformidade quanto ao tempo de permanência da criança no cárcere com a mãe — se 3 meses, 6 meses, 9 meses; se é conveniente ou não é conveniente. Eu só ousar discordar do eminente Deputado quanto à visita íntima. Peço vênia, eminente Deputado, para dizer que não entendo como regalia. Entendo como um direito natural tanto do homem, quanto da mulher. Eu acho que é um direito natural que têm. E é evidente que as conseqüências advindas daí — a procriação — são questões de responsabilidade, que devem ser assumidas por quem de direito. Mas esse trabalho que os senhores receberão oportunamente, todos os Secretários, eu o remeterei às Secretarias respectivas, a Comissão irá receber, mas virá essa proposta do grupo interministerial exatamente consolidando todos esses aspectos, para que nós possamos dissipar de vez e dar uniformidade à questão das crianças em estabelecimentos penais. Já houve um estudo de uma



funcionária nossa, que foi objeto de publicação também, a que demos ampla divulgação, sobre mulheres e crianças nos cárceres. Foi até uma dissertação de mestrado. Está sendo muito salientado esse estudo, e hoje está sendo objeto de exposição num congresso de segurança pública que se realiza no Estado de Alagoas, da Dra. Rosângela Peixoto, onde também a questão da mulher e a questão da criança... Elas estão sendo objeto de uma especial atenção, como, aliás, é objeto de conformidade com o nosso plano diretor, o plano pactuado entre as unidades federadas e a União, em que há uma meta aí expressa a respeito da condição da mulher presa e egressa e as conseqüências respectivas. Eram os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria dizer ao Dr. Maurício que, quando eu falo de regalias, nem todos os países...

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...aplicam...

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - Na Europa não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nem na Europa nem nos Estados Unidos. Na maioria dos países não tem visita íntima. O Brasil é um dos poucos países no mundo que têm essa concessão. Eu visitei aqui o presídio feminino de Brasília. Nós visitamos um corredor com 10 gestantes. As 10 tinham 54 filhos. Tinha uma grávida, que já tinha 8 filhos; era o nono filho dela. Eu pergunto: qual é a responsabilidade? Como a mãe que está presa pode ser mãe de 8 filhos e ficar gerando filho dentro das cadeias do Brasil, produzindo problema aqui fora? Então, é uma reflexão que eu quero fazer. Nós fizemos lá... Inclusive, fizemos uma matéria sobre o assunto. As 10 tinham 54 filhos. Uma tinha 7, a outra tinha 8, a outra tinha 9. Inclusive, nós perguntamos ao diretor do presídio... E os desejos das mães, inclusive, de todas, era fazer uma laqueadura. Aí o SUS, o mesmo SUS que defende o aborto, que defende o direito da mulher, acha que a mulher não tem direito de fazer laqueadura. Só pode ter direito dentro da regra do SUS. Tem que ter acima de 25 anos ou mais de 2 filhos. Mas aborto pode fazer com 15, pode fazer com 16, porque ela tem direito sobre seu corpo. Assim defendem o SUS e alguns movimentos feministas: que a mulher tem direito sobre o seu corpo. Mas, na hora de fazer a laqueadura, a mulher não tem direito de fazer a laqueadura. Tem que ter 25 anos ou 2 filhos. Ora, quem não quer ter filho, é problema dele: *“Eu não quero. É a*



opção que eu fiz". Estou trazendo o assunto para dentro do sistema penitenciário porque nós encontramos esse assunto dentro... As mulheres presas queriam fazer laqueadura. Inclusive, poderia ser um assunto discutido no DEPEN, na Secretaria de Justiça. Por que as mulheres que estão presas, que querem fazer laqueadura, quando forem fazer o parto, já não podem fazer? Inclusive... Das que fizeram opção. Não é obrigatório. Das que queiram fazer opção. O desejo das mulheres ali é ter o direito de fazer laqueadura, mas o SUS não aceita fazer laqueadura para elas. Ela está com 4, 5 filhos, tem 21 anos, mas não tem 25 ainda. Inclusive, eu sou autor de um projeto de lei que reduz essa idade para 18 anos ou 1 filho. Tem 18 anos ou tem 1 filho e quer fazer laqueadura, é uma opção dela, da pessoa, do pai ou da mãe; inclusive fazer vasectomia também. Quer fazer vasectomia, tem 1 filho e não quer ter mais, o SUS poderia ser um ator propositivo nessas questões. Então, estou deixando essa questão aqui para debater dentro do... com os Secretários, para fazermos uma reflexão, porque são problemas que às vezes não são identificados, não são abordados, porque nós temos problemas mais graves dentro do sistema e, às vezes, não chamam a atenção.

Mas eu queria agradecer... O Dr. Damázio pediu a palavra, e vou conceder a palavra. Logo em seguida o Estado de Goiás vai ter oportunidade de falar um pouco sobre o seu sistema.

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento toda a Mesa, os Srs. Secretários, os demais presentes aqui nesta audiência. O senhor falou com relação à localização da Penitenciária Federal em Campo Grande. A bem da verdade, o Dr. Maurício está há 2 anos e 8 meses no DEPEN, eu estou há 1 ano e 10 meses. Então, quando nós chegamos, essa definição dos locais já havia. São 5 unidades, não é? A princípio, uma em cada mesorregião do País. Essa do Centro-Oeste, foi escolhida a cidade de Campo Grande pelos meus antecessores. Eu não entro no mérito das razões que levaram a isso, apenas a localização física realmente não foi a mais adequada. Agora, a bem da verdade, Sr. Presidente, as pessoas presas no Estado de Mato Grosso e que têm um perfil para serem absorvidas pelo Sistema Penitenciário Federal, a rigor elas não devem ficar naquele Estado. Esse é o mote do Sistema Penitenciário Federal...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa é nossa reivindicação também.

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - ...nessa primeira etapa. No caso de Mato Grosso do Sul, e até em razão dessa população carcerária que o senhor falou e dos problemas que Mato Grosso do Sul enfrenta, com essa terrível facção criminosa... Então, algumas exceções foram abertas pelo próprio sistema e pelo juiz da Vara de Execução lá daquele Estado, o juiz federal da Vara de Execução. De sorte que Mato Grosso do Sul, hoje, tem no Sistema Penitenciário Federal 41 presos, sendo 17 em Catanduvras e 24 na própria Capital. Isso está errado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - É, nós temos 17 em Catanduvras...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - ...e 24 em Campo Grande. Dá um total de 41 presos. Mas já passaram pelo Sistema Penitenciário Federal presos de Mato Grosso — 114 —, em razão daquelas grandes operações que foram feitas. O Estado não tinha condições de absorver, naquele momento, aquele número de presos. Então o sistema federal deu aquele socorro. Mas foram prisões provisórias, temporárias, e logo em seguida eles saíram. De sorte que 114 presos do Estado de Mato Grosso do Sul já passaram pelo Sistema Penitenciário Federal. E hoje o Estado de Mato Grosso do Sul está em primeiro lugar em número de presos. Então, a gente tem dado uma assistência muito grande a Mato Grosso do Sul, considerando esta peculiaridade: aquela vizinhança nefasta, em termos de criminalidade, que o Estado tem com aqueles 2 países da América do Sul. No entanto, a proposta nossa é retirar todos esses presos que são de Mato Grosso do Sul e que estão na Penitenciária Federal de Campo Grande e levá-los para outras penitenciárias. A bem da verdade, nós só temos 2 hoje inauguradas, e ambas ficam em região de fronteira, porque a de Catanduvras também, de certa forma, está próximo ali a Foz do Iguaçu, não é verdade? As outras 2, já inauguradas... já concluídas, em Mossoró e em Porto Velho... Porto Velho também está próximo à fronteira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - A de Mossoró não tem como, porque são 5, não é? Dessas 5, a única que vai ficar... as 2 que vão ficar fora dessa região de fronteira são a que está sendo desenhada aqui para o Distrito Federal e a de Mossoró... Só que a de Porto Velho, que já está pronta — a de Mossoró também —, nós não podemos inaugurar, porque não temos servidores. Há 2 anos nós estamos trabalhando com o Ministério do Planejamento no sentido de que esses cargos sejam criados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é a dificuldade do Planejamento para resolver esse problema, Dr. Damázio? Senão nós vamos ter que convocar o Ministro do Planejamento para vir aqui explicar.

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - O Dr. Cristiano está aqui. É o nosso Diretor Executivo. Ele fez um ofício... preparou um ofício em 2006, em agosto de 2006, solicitando 500 cargos, e não veio resposta. Em janeiro de 2007 nós estivemos lá em comissão, o Ministério da Justiça e o DEPEN, e trabalhamos numa proposta de criação de cargos. Naquele momento nós queríamos apenas a criação dos cargos, mas aí o Planejamento resolveu fazer também a reestrutura da carreira de Agente Penitenciário Federal e a criação de 4 novos cargos para o sistema federal. Isso vem se arrastando até hoje. Segundo consta, o projeto está pronto. Mas não é um projeto que atende aos anseios, também, da categoria dos Agentes Penitenciários Federais. Isso vai gerar um outro problema. De sorte que a nossa proposta é que a criação dos cargos seja priorizada e a reestrutura da carreira caminhe paralela, através de um projeto de lei. Mas que a criação dos cargos — 1.100 — para Agentes Penitenciários Federais, para atacar já o déficit de agentes que nós temos nas 2 unidades prontas, para ocupar essas 3 novas, e também 300 cargos para que esses agentes atuem na Polícia Federal, porque hoje, Sr. Presidente, os agentes policiais federais estão cuidando de presos em suas custódias. São profissionais treinados para fazer investigação, mas que estão cuidando de presos. E a gente pretende colocar à disposição do DPF 300 servidores especializados para fazer a custódia de preso. Então, eu acho que essa proposta do...

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - Eu quero complementar esse esclarecimento aqui do Damázio para esclarecer à Presidência e aos eminentes Secretários que o



próprio CONSERJ, que é o conselho que reúne secretários que administram a questão penitenciária no Brasil, encaminhou um expediente ao Ministério da Justiça solicitando que providências fossem tomadas para que o concurso visando ao provimento dos cargos, quer dos agentes, quer do pessoal técnico e administrativo dessas novas unidades federais, fosse realizado com a maior brevidade possível. Esse expediente, tão logo o recebemos do gabinete do Ministro, fez com que nós emitíssemos uma nota no Departamento Penitenciário Nacional, inteirando o Ministro da Justiça de todas as *démarches* que o Departamento Penitenciário vem tomando. E já essas *démarches* remontam ao mês de fevereiro de 2005, com mais ênfase a partir de agosto de 2006, e até a presente data, em verdade, o Ministério do Planejamento ainda não tomou uma decisão terminativa para que o assunto possa ser remetido ao Palácio do Planalto, a fim de se decidir se vai ser um projeto de lei ou se vai ser uma medida provisória. O fato que eu tenho que registrar, na condição de Diretor do DEPEN, perante a CPI, perante os eminentes Secretários, é que, sem dúvida nenhuma, o horizonte é desalentador. Nós vamos ter 2 unidades penais federais fechadas por aproximadamente... ou mais de ano, porque não teremos pessoal para trabalhar nessas unidades. Então, eu me sinto no dever de fazer este registro perante a CPI e perante os eminentes Secretários. O fato, repito, é deveras lamentável, sob todos os aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer. Vamos passar a palavra agora ao representante do Estado de Goiás.

Eu queria começar também com a mesma pergunta. Quais os recursos... Qual o investimento do Governo do Estado — recursos próprios — para o ano de 2008 e quais os montantes dos recursos do Governo Federal para o Estado de Goiás no ano de 2008?

O SR. EDILSON DE BRITO - Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só a identificação, porque eu não estou conseguindo...

O SR. EDILSON DE BRITO - Edilson de Brito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Edilson com a palavra.

O SR. EDILSON DE BRITO - Atualmente eu sou Superintendente do Sistema da Execução Penal, porque recentemente a SEJUS, que é a extinta secretaria, foi



absorvida pela SSP, e hoje nós estamos lá na condição de superintendente. Primeiro, quero parabenizar a Comissão pela CPI importante, levantando este assunto em nível nacional. A pergunta do nobre Deputado... Nós temos, para o orçamento de 2008, cerca de 80 milhões, arredondando, sendo que 33 milhões — isso só do Estado —, sendo que 33 milhões são para investimento em obras e equipamentos. Nós temos depositado hoje, em fase de licitação, mais de 8 milhões de reais, via DEPEN, e uma perspectiva de receber quase 40 milhões do DEPEN, ainda este ano, em obras e equipamentos. Então, são verbas significativas. E quero aqui, neste momento, em decorrência desses números, parabenizar o Dr. Maurício e toda a sua equipe, o Dr. Damázio, enfim, pelos seus esforços, porque os aportes vindos do Governo Federal realmente são muito importantes para a gente concretizar as nossas ações em ambientes prisionais. Eu vou seguir aqui uma cronologia das perguntas que foram repassadas ontem e tentar ser o mais objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Necessariamente não precisa...

O SR. EDILSON DE BRITO - Eu vou citar só aquelas que estão sendo mais comentadas aqui. Nós temos 9.500 presos no Estado, sendo que apenas — arredondando aqui — 500 presos, mais ou menos, estão com a Polícia Civil. Mas a maioria absoluta está conosco. São quase 9 mil na nossa custódia, espalhados em 67 unidades prisionais, em todo o Estado. Nós temos várias ações no campo da ressocialização. Eu trouxe um CD, mas não tive a felicidade de compactá-lo. Ele é muito extenso. Não dá para a gente colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI o recebe e vai anexá-lo aos arquivos da Comissão.

O SR. EDILSON DE BRITO - Eu tenho aqui algumas ações documentadas, o plano diretor, e as mesmas informações digitalizadas eu entregarei ao senhor no final. Eu quero fazer um comentário, e depois ficam aí abertas as questões. Acho que a questão prisional perpassa por uma parceria com outras Secretarias, no caso dos Estados. Acho que não é possível fazer execução penal da forma mais eficiente sem que haja participação da Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria do Planejamento, Secretaria da Fazenda, porque uns repassam dinheiro,



outros repassam profissionais, enfim, capacitados para fazer e desenvolver as ações dentro do cárcere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta. Quantas vagas serão abertas no Estado de Goiás, com os investimentos do Governo do Estado e do DEPEN?

O SR. EDILSON DE BRITO - Nós temos um quadro extremamente ocioso nesse item. Nós temos aqui, para o senhor ter uma idéia, no Entorno, que é um gravíssimo problema que a gente enfrenta, em relação, em especial, à questão de déficit de vagas... Sendo bem objetivo, nós estamos aqui com a ampliação de Formosa, Planaltina, Posse, Itumbiara, Caldas Novas, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e ainda o semi-aberto de Aparecida de Goiânia, a construção de uma unidade lá no complexo prisional, e ainda 2 unidades de jovens e adultos em Águas Lindas e Novo Gama. Isso perfaz um total de 2 mil vagas criadas com verbas do DEPEN e verbas do Estado, incluindo aí esse montante que nós acabamos de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a previsão de execução das obras e abertura das vagas?

O SR. EDILSON DE BRITO - Veja bem, nós temos aqui... Por exemplo, Formosa, nós estamos com 93% de conclusão de obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quando nós estivemos em Formosa, em fevereiro, já estava com 93 e faltava concluir...

O SR. EDILSON DE BRITO - Ficou a parte da administração, que é um item que estava restando. Mas a obra já pode ser inaugurada, e vai ser inaugurada, e vai-se usufruir dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tem um prazo de inauguração? Ou não?

O SR. EDILSON DE BRITO - O Governo do Estado já ficou de marcar para este mês que vem a inauguração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. EDILSON DE BRITO - E nós temos mais inauguração no mês 8, em Itumbiara. Mas grande parte dessas obras está em fase de licitação, em fase de elaboração de projetos. E apenas 3 delas estão em licitações já efetivadas. No caso,



seriam Novo Gama, Santo Antônio e Valparaíso; e as demais em execução de projetos, ou elaboração de projetos, ou licitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dessas vagas abertas, quantas são para as mulheres?

O SR. EDILSON DE BRITO - Pouquíssimas. Nós temos um grave problema com a questão das mulheres. Temos mais de 400 mulheres presas no Estado e apenas uma única unidade em Goiânia, que é o presídio feminino, que abarca essas mulheres. É uma deficiência que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, desses projetos que estão em execução, tem algum projeto para as mulheres?

O SR. EDILSON DE BRITO - Nós estamos apresentando um projeto ao DEPEN este ano para ser concretizado no ano que vem. Para este ano, não. Bom, gostaria de falar também sobre a questão de alguns problemas que eu penso ser generalizados. Nós temos em Goiás um número reduzido de agentes. E eu quero aqui trazer até uma experiência de um problema que nós enfrentamos. É que nós temos... parte do efetivo nosso de agentes são efetivos do Estado, e parte é contratada. Uma disparidade de salário com anomalias que trazem problemas de ordens diversas. Então, aqueles Estados que não possuem ainda esses contratos temporários, na minha opinião, devem evitar que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um agente em Goiás?

O SR. EDILSON DE BRITO - Um agente em Goiás ganha... O efetivo, 2.000 reais, que é um salário de 1.500 reais, mais 500 reais de risco de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O outro problema...

O SR. EDILSON DE BRITO - E o contratado ganha 700 reais, que é uma disparidade que nós precisamos corrigir. Isso traz problemas graves para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um outro problema do Estado de Goiás é a falta de Defensoria Pública. Se não me engano, Goiás e Santa Catarina são os únicos 2 Estados do Brasil que não têm Defensoria Pública. Como o Estado está resolvendo a questão da assistência jurídica aos presos sem a Defensoria Pública?



O SR. EDILSON DE BRITO - É outro comentário que eu vou fazer. Veja bem, a questão da assistência requer atenção especial, porque uma assistência bem efetiva reduz o número de pessoas presas. Evidentemente, vai mandar mais gente para a rua. O Governo do Estado está em fase de implementação da Ouvidoria, mas ainda não a implantou. Existe uma gerência de assistência judiciária, que presta essa assistência, mas não conta com número suficiente de funcionários para fazer uma assistência, digamos, bastante eficiente. É uma deficiência nossa, sem dúvida. É uma questão que eu faço... uma observação importante é que, na minha visão, eu estive à frente da Superintendência de Ensino, que é a Escola Penitenciária, em Goiás. Eu acredito que nós precisamos criar um caldo, Sr. Deputado, cultural, um caldo institucional da real missão profissional, social, institucional do agente de segurança prisional. Muitos agentes nossos pensam que são policiais, outros têm certeza, e muitos pensam que fazem parte do Grupo de Operações Especiais da Polícia. Eu acredito que são missões distintas. E esse caldo cultural, na minha opinião, faz falta para que o agente possa fazer uma leitura contextualizada da sua real missão e a partir daí desenvolvê-la bem. Nós temos, via de regra, estruturas deficientes, porque muitas unidades não foram construídas para serem unidades prisionais. Existia ali uma delegacia de polícia ou uma unidade que foi sendo adaptada. Agora é que nós estamos tendo planejamento, nos últimos anos, via DEPEN, com apoio incondicional do DEPEN, para que haja um planejamento — tanto é que nós estamos entregando ao senhor aqui o Plano Diretor do Estado, com as metas estabelecidas pelo DEPEN —, e a partir daí construir unidades que realmente atendam aos interesses do desenvolvimento operacional em ambientes carcerários. Eu acredito também que um grave problema — se me permite um comentário, eu acho que nós podemos falar de forma generalizada — é que nós temos um gravíssimo problema quanto à individualização da pena. Por exemplo, os presídios regionais que nós vamos mandar os projetos para o DEPEN, a partir deste ano, são para construir no mesmo complexo unidades prisionais de segurança máxima, com custo aproximadamente de 30.000 reais por preso, mas, ao lado disso, desse mesmo complexo, aproveitando a mão-de-obra que trabalha naquele local, unidades prisionais que não contenham segurança máxima, mas que possam desenvolver ações sociais e que, acima de tudo, custem um preço menor ao Estado,



com maior número de vagas, e que nesses estabelecimentos, que é uma política que o DEPEN tem desenvolvido, haja espaços para que nós possamos desenvolver políticas socioeducativas. Porque uma unidade que não conta com esse espaço, que não conta com uma estrutura desejada para que nós possamos desenvolver ações socioeducativas, como disse o nosso colega do Mato Grosso, ela ficaria apenas com a questão confinativa e não com a questão socioeducativa. E a questão também de participar, o profissional que labora nessa área, nessas medidas. Fazer com que ele tenha uma formação e uma qualificação, acima de tudo, contextualizada com a real função institucional que ele deve desenvolver. Nós começamos uma pesquisa de campo para fazermos... tirarmos do próprio agente qual seria a visão que ele tem e, a partir daí, trabalhar no CESEP, que é a escola penitenciária, ações que busquem levar a ele conhecimentos, experiências, enfim, para que ele possa fazer essa leitura contextualizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Estado de Goiás tem algum presídio terceirizado?

O SR. EDILSON DE BRITO - Nenhum, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nenhum?

O SR. EDILSON DE BRITO - Absolutamente. Na questão de recursos — por isso eu falo da questão de planejamento, da questão da Secretaria da Fazenda —, o FUNPES, Fundo Penitenciário Estadual. Os aportes de recursos que nós recebemos do Governo Federal são muitos. Nós passamos um número significativo, mas, evidentemente, não são suficientes. Nós estamos criando o FUNPES — eu não sei se os demais Estados possuem esse Fundo —, que traz verba do Poder Judiciário, que traz verba, enfim, de uma série de segmentos, para que o Estado tenha um fundo próprio, que seja gerido pelo próprio gestor da pasta, e, a partir daí, mitigue a questão da escassez de recursos. Na minha opinião, nós padecemos bastante — eu acho que isso é gênero também no Brasil — da questão dos baixos valores destinados aos serviços prisionais. Essa questão da PEC eu acho extremamente importante; essa questão das verbas dos municípios, para que eles possam aumentar as verbas destinadas aos serviços prisionais, no caso aqueles municípios que cediam. E eu acredito também, nobre Deputado, que a questão da agenda... a questão da agenda política que se está trazendo, na atualidade, a nível de Brasil,



principalmente pela ação da CPI, e pelos problemas graves que nós estamos enfrentando no sistema prisional, tem trazido conseqüências do ponto de vista positivo, a partir do momento em que a gente está passando a discutir mais, estamos passando a receber mais recursos e, acima de tudo, estamos planejando as nossas ações, coisa que não acontecia. Então, apesar da turbulência, apesar dos graves problemas que enfrentamos, eu acredito que nós estamos num caminho extremamente seguro e que vai trazer frutos interessantes. Esta, digamos, essa questão do planejamento, na minha opinião, é muito importante. Por isso, mais uma vez, eu parableno o DEPEN. Esse plano diretor é um norte que a gente está seguindo, dadas as nossas deficiências, onde nós precisamos investir e, acima de tudo, de forma organizada, de curto, médio e longo prazos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês tinham uma situação inusitada em Valparaíso de Goiás. Como foi resolvido o problema da superlotação? Realmente é uma situação calamitosa a situação daquela unidade prisional. Foi feita alguma transferência? Foi remanejado algum preso?

O SR. EDILSON DE BRITO - Eu diria não só Valparaíso. As cidades do entorno contam com problemas estruturais monstruosos. Tanto é que, dessas ações nossas, várias, ou quase todas, eu diria, são direcionadas ao entorno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São do entorno.

O SR. EDILSON DE BRITO - Porque realmente é uma situação anômala, que conta com... Só para o senhor ter idéia, a população carcerária do entorno passa de 1.000 presos. Quer dizer, mais de 10% da população total do Estado. Em Valparaíso nós estamos licitando, já, para a ampliação, com verbas depositadas com recursos do DEPEN, para ampliação do número de vagas, mas o que vai ser resolvido é a criação do presídio de jovens e adultos, em Águas Lindas e Novo Gama, com 421 vagas cada unidade dessa, e ainda uma perspectiva — isto para este ano, via verbas do PRONASCI —, e para o ano que vem um presídio regionalizado, construído na cidade de Formosa. Aí, sim, nós estaríamos praticamente, se não eliminando, mitigando sobremaneira a questão do número de vagas deficitárias, principalmente nessa região que, volto a dizer, padece de problemas monstruosos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos ao representante do Estado de Goiás. Vamos passar agora para...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu gostaria só, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Deputado Neucimar, eu, em primeiro lugar, quero pedir a sua autorização para me ausentar. Eu tenho um compromisso agora à 1h. Mas, antes de me ausentar, eu gostaria de fazer aqui uma solicitação à Presidência da CPI no sentido de que verifique por que o Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, apesar de ter sido convidado... Nós estivemos lá no Rio Grande do Sul, em visita da CPI, e ele não nos recebeu. Nós fizemos a visita aos presídios com outras pessoas lá. E agora, na convocação aqui para a CPI de hoje, eu hoje tinha vários compromissos. Nós adiamos os compromissos, inclusive, porque eu fazia questão de estar aqui, porque o meu Estado estaria aqui presente. E a alegação que nós recebemos aqui é de que o Estado do Rio Grande do Sul não tinha dinheiro para passagem aérea — para passagem aérea! — para mandar aqui um representante do Secretário de Estado. Então, realmente é uma calamidade pública que o Rio Grande do Sul está passando. Se é esse o problema, Deputado Neucimar, eu me disponho a disponibilizar passagem aérea para o Secretário de Estado vir aqui, a nosso convite. Eu disponibilizo do meu salário, do meu soldo, para o Secretário vir aqui.

Eu acho que é um desrespeito à CPI, em primeiro lugar; é um desrespeito aos colegas Secretários que aqui estão, e todos aqui vieram; e Estados que estão em melhores condições que o Estado do Rio Grande do Sul, porque nós lá estivemos... realmente, o Rio Grande do Sul hoje, eu acho, é um dos piores Estados em matéria de sistema prisional, senão um dos piores. Talvez o sistema mais calamitoso que nós vimos foi o de Mato Grosso do Sul, onde presidiários viviam com porcos. Mas, lá no Rio Grande do Sul, a situação — e o senhor esteve comigo lá —, realmente é calamitosa.

É um desrespeito aos colegas Parlamentares que aqui estão; é um desrespeito a mim, que indiquei o Estado do Rio Grande do Sul para vir aqui. Então, eu acredito... A desculpa que deram é a de que a Governadora não autorizou a



emissão da passagem. Eu duvido que a Governadora saiba desse episódio, porque a Governadora esteve aqui nesta semana, com vários Secretários. E a Governadora não faria isso.

Então, eu solicitaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só informar, Deputado, que essa é uma resposta oficial. Não é intriga, não. O ofício enviado à CPI, dizendo que não tinha como custear a passagem do Secretário. Foi o ofício enviado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Então, isso é uma vergonha para o Rio Grande do Sul e um desrespeito à CPI.

Então, eu quero deixar registrado aqui. E solicito que a CPI verifique a possibilidade de convocar o Secretário aqui. Não convidá-lo mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele está convocado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Solicito nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, parabenizá-lo pela segunda parte, onde os Secretários estão aqui para colocar a situação e debater como enfrentar essa questão do sistema penitenciário, e para que de fato nós tenhamos o maior número de pessoas que possam ser reeducadas, e não a reincidência que é ainda muito grande.

Mas eu queria perguntar ao representante de Goiás... Ele falou de toda a região do Entorno, que tem uma proximidade tanto... Esse Entorno tem vinculação com Minas Gerais; tem Bahia, tem Distrito Federal, Tocantins. Eu queria verificar o número de fugas ou de rebeliões que aconteceram lá no sistema penitenciário goiano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No último ano?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No último ano.

O SR. EDILSON DE BRITO - Sr. Deputado, eu tenho aqui os incidentes que ocorreram no mês de abril. Foram 3 incidentes. O último grande incidente que aconteceu no nosso Estado, que culminou inclusive com a morte violenta de um detento, foi no mês de dezembro, especificamente no dia 2 de dezembro do ano passado. A partir daí foram pequenos incidentes.



Mas nós temos, sim, dada essa deficiência na estrutura das unidades do Entorno — que, eu volto a dizer, é um problema grave que nós estamos enfrentando —, algumas fugas. Nada que venha, como foi em dezembro, especificamente no dia 2, que tenha levado inclusive à morte. Mas foi no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem o número de fugas ocorridas no ano de 2007?

O SR. EDILSON DE BRITO - Vou tentar encontrar aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - V.Sa. pode entregar depois, não tem problema. Eu queria saber se, nessa questão das fugas, se há omissão, há conivência ou participação de agente público responsável, ajudando, colaborando para essas fugas.

O SR. EDILSON DE BRITO - Todas as fugas ou qualquer incidente que venha a suscitar algum indício, enfim, qualquer... seja uma falha administrativa ou criminal, é aberta uma sindicância. Nós temos a Corregedoria da Secretaria de Justiça agora, a SUSEPE, que investiga e chega a conclusões. Mas as nossas fugas, até então, nós temos chegado a uma conclusão, que é dada a carência de recursos humanos — por isso nós estamos aqui com um concurso autorizado para 400 vagas, 400 agentes efetivos — e/ou, as duas coisas, a questão da falha na estrutura das unidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a presença de facções criminosas dentro do sistema penitenciário nessa região, porque, pelo que nós verificamos, aqui no Distrito Federal existia, se também nas penitenciárias também a presença dessas organizações criminosas lá no sistema penitenciário goiano.

O SR. EDILSON DE BRITO - Em relação ao PCC, nós já ouvimos apenas indícios numa unidade prisional de Goiânia, que é a Casa de Prisão Provisória, que conta com 1.250 presos.

Foi despachado um documento ao Superintendente de Inteligência, há questão de 2 meses. Ele investigou, fez um relatório, e nada ficou constatado do



ponto de vista, digamos, sustentável, que pudesse nos levar a crer que há alguma facção criminosa.

Por parte do Entorno, nem ao menos indício foi chegado a nós até então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, para concluir mesmo, eu gostaria, é claro... O Departamento Nacional... ele tem um levantamento acerca das informações que vêm das Secretarias de Administração Penitenciária. Em alguns lugares são... Sobre a qualidade dessas informações. As informações têm o perfil de “ótimas”; outras, “de boa qualidade”, “de baixa qualidade”. E tem algumas informações sem qualificação.

Eu pergunto se essas informações melhoraram, em termos de encaminhamento, ou se continuam ainda muitas das Secretarias mandando informações sem qualquer tipo de qualidade.

O SR. EDILSON DE BRITO - Excelência, fui salvo aqui pelo pessoal do DEPEN: nós temos um dado, segundo aqui o Plano Diretor, de 487 fugas no ano de 2007. Esse aí é um dado já consolidado.

Permita-me fazer um comentário acerca dessa questão da autenticidade ou não das informações. Nós temos recebido, sistematicamente, elogios do DEPEN/Goiás. Eu já assumi aqui algumas deficiências, porque nós não temos de esconder — o que está errado precisa melhorar. Mas precisamos também mostrar o que tem sido elogiado, enfim.

Goiás hoje conta com a consistência de 100% de dados. E já recebemos ofício assinado pelo Dr. Maurício quanto à questão da legitimidade, da organização, enfim, do INFOPEN Gestão, que é palco de elogio, dada a gerência de cadastro de controle de Goiás, que tem feito um trabalho muito bom.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na pergunta não fiz referência, mas é sobre todo o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - DEPEN.

O Dr. Maurício tem a palavra, então, para responder.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que ele pudesse informar.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - Sr. Presidente, eminente Deputado, o que eu tenho a dizer, efetivamente, eu acho que é motivo de gáudio para todos nós, que



não era a 2 anos e 8 meses atrás, quando o nível de informações que tínhamos no Departamento Penitenciário Nacional girava em torno de 30%. Hoje, elas ultrapassam a faixa de 98%. Então, são informações, claro, com algumas inconsistências, mas na maioria dos Estados as inconsistências estão zeradas. Nós temos 98% de informações, o que me permite hoje dizer que o fechamento de 2007 era de 422 mil presos; hoje, o fechamento do mês de abril, nós temos 440 mil e alguns presos. E todas as informações repassadas pelas unidades, que elas são repassadas em tempo real, via *Web*, e o DEPEN as administra exatamente para projetar a política penitenciária.

Então, todas as Unidades da Federação estão nos dando as informações a contento. Porque, quando aquela unidade não dá, algum Secretário aqui, eventualmente, já pode ter recebido algum telefonema meu, e ele faz a cobrança do seu gestor estadual. Estamos acompanhando *pari passu* esse aspecto. E é uma das metas também do Plano Diretor, o INFOPEN. Tanto a estatística como agora que partimos para o INFOPEN Gestão, o cadastro do preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Dr. Maurício.

O nosso Secretário Jair Ramos...

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - São Paulo. Eu vim representando o Dr. Ferreira Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah! O senhor me desculpe, porque pensei que estava acompanhando Goiás.

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - Mas, se quiser deixar para o fim, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, nós vamos ao Paraná e depois vamos a São Paulo.

O senhor me desculpe, mas é porque a Assessoria inclusive não colocou uma plaquinha ali...

Paraná com a palavra.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Eu quero dizer o seguinte: no Paraná, há que se distinguir muito bem a situação prisional, porque existem prisões do Sistema Penitenciário e existem as cadeias públicas. Nós temos hoje, no Paraná, no Sistema



Penitenciário propriamente dito, que são 24 Unidades, 11.555 presos, enquanto que nas cadeias públicas — e que não é nada da Secretaria de Justiça; é simplesmente da Secretaria de Segurança, sem nenhuma interferência e sem nenhuma autoridade da Secretaria de Segurança — nós temos 12.933 presos. Então, vejam V.Exa. e os senhores presentes que nas cadeias públicas — e o clima lá é grave — há muito mais presos... pelo menos mais mil presos do que no Sistema Penitenciário.

Agora no Sistema Penitenciário não tem problema nenhum. Nós temos quantidade de vagas certa; nós temos investimentos. Para o senhores terem uma idéia, nos últimos anos foram investidos 39 milhões; aliás, 99 milhões. Noventa e três milhões de reais em investimentos. Nós passamos de 6 mil vagas para 14 mil, com aumento de 8 mil vagas, e vai indo para 17. Nós temos no Sistema, todo o Sistema, 180 ou mais agentes penitenciários, o número certo. Nós temos um pouco de deficiência na parte técnico-administrativa, que diz respeito à saúde, porque o médico não se submete a trabalhar por 4 mil reais por mês. Mas o Sistema Penitenciário, eu lhe digo, não tem falta de vagas; todo ele tem sistema de educação e de trabalho — 49% a 50% estudando e trabalhando —; não tem falta de funcionário, a não ser alguns do sistema de saúde; não tem nenhum problema de fuga — tivemos 28 fugas em um ano. Temos 2 penitenciárias femininas e 1 já projetada. Nós estamos indo de 14 mil vagas para 17 mil vagas.

Eu lhe digo o seguinte: V.Exa. esteve no Paraná e foi a Cascavel. Se V.Exa. der o testemunho eu fico satisfeito. Não temos problema nenhum. Todo mundo traz seus problemas, faltam vagas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, qual é o montante de recursos para investimento do Governo do Estado do Pará para o ano de 2008?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Do Paraná para 2008.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Para investimentos e para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No Sistema Prisional.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - ...4 milhões de reais e mais 30 milhões, que serão repassados pelo FUNPEN.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esse valor de 4 milhões é porque não tem problemas ou porque não tem dinheiro?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Não tem problema. No Sistema Penitenciário não tem problema. Quando eu falo o Sistema Prisional, e há a necessidade de fazer essa diferenciação, em razão do meu Estado, não sei outra parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se o senhor pode responder a pergunta, mas o Paraná, juntamente com Minas Gerais, são os Estados que apresentam maiores problemas com a questão de presos provisórios. Pelo que o senhor falou aí, 55% dos presos do Paraná, ou quase 55%, estão nas cadeias e não estão ainda... não foram condenados. Eu pergunto o seguinte: esses presos que hoje são... que não estão no sistema, eles não estão porque não foram condenados ou há presos condenados cumprindo pena nas cadeias do Estado do Paraná?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Existem alguns casos em que existem presos condenados nas cadeias. Ocorre que quem implanta no sistema é o juiz da execução penal. Nós administramos internamente a penitenciária, *interna corporis*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe quantos por cento desses que hoje estão nas cadeias são presos condenados que deveriam estar no sistema?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Uns 10%. Se nós temos 11 mil, não temos mais que mil presos condenados; não temos. Isso por quê? Porque existe aquele mecanismo de juiz de execução penal. O juiz de execução penal de uma determinada vara, em determinada região, não autoriza que o juiz de outra região mande preso.

Nós temos um caso típico. Em Foz do Iguaçu tem uma cadeia que se chama lá cadeião e que é da competência exclusiva da Secretaria de Segurança, com oitocentos e poucos presos, quando cabem 300. Só que os outros juizes não os recebem nos outros lugares do Estado. E o Presidente do Tribunal sabe disso, o Corregedor-Geral da Justiça sabe disso. E eu que sou desembargador também funcionei nessa parte no Tribunal de Justiça e sei dessa situação. Então, não é culpa do Sistema Penitenciário. Não estou falando do sistema de presos, do Sistema Prisional. O Sistema Penitenciário sempre acolhe quando se pedem as vagas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na opinião do senhor, ou de outros diretores e Secretários que aqui estão, essa divisão beneficia o sistema ou ela ajuda a diluir as críticas? Se esses presos fossem todos passados para o Sistema Prisional, o Estado do Paraná teria como resolver o problema?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Eu lhe digo uma coisa: fiz essa proposta ao Sr. Governador do Estado. E ele falou: *“Amanhã estou baixando um decreto, passando essas cadeias para a Secretaria da Justiça”*. O movimento foi enorme na polícia, no sentido que não acontecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas por quê? Qual o problema?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque tem alguma coisa errada. É o Estado do Paraná...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Não, não está errado. Tem muita coisa errada. Tem muita coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que a polícia, que reclama que não quer cuidar de preso, não quer passar os presos para o Secretário de Justiça?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Olha, vai aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Inclusive, vou solicitar à Secretaria da Comissão que faça um requerimento convocando o Secretário de Segurança do Estado do Paraná para vir à Comissão depor para explicar essa situação.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Eu lhe digo o seguinte — aí é uma opinião minha —: no Sistema Penitenciário, a alimentação é terceirizada; só a alimentação. Quando o Governador do Estado assumiu, existiam 6 penitenciárias terceirizadas em tudo; em tudo. E o preço do preso hoje para o Estado e para a terceirizada é mais ou menos equiparado, com uma diferença: que o agente na terceirizada ganhava 600 reais, e o agente no Estado começa com 2.460 reais.

Agora, acontece o seguinte: quando se fala em alimentação, na cadeia não é terceirizada. Na cadeia, eles fazem no interior. E não houve interesse. Eu quis pegar Foz do Iguaçu, Cascavel, que tinha 600 presos — Foz do Iguaçu tinha 800 —, e não



houve possibilidade. O Governador disse: amanhã eu baixo o decreto; houve uma recusa enorme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, deixo aqui a nossa indignação em relação a esse fato e nossa preocupação, Secretário, porque é um fato inédito no Brasil o Secretário de Segurança não querer passar...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Não é o Secretário. É a polícia e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, mas o Secretário é responsável pela polícia do Estado. Então é difícil nós entendermos por que o Secretário e os agentes de polícia do Estado... É um dos poucos casos que eu conheço no Brasil, porque nos outros Estados a gente percebe que está todo mundo querendo se livrar desse problema e passar para o Secretário de Justiça, e no Estado do Paraná...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - É o único. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...é o único Estado do Brasil...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Que não quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...em que o Secretário de Segurança e os agentes da Polícia Civil não querem passar a responsabilidade dos presos para o Secretário de Justiça. E é o único Estado também onde 55% da população...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Carcerária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...carcerária não estão no Sistema Penitenciário, estão... Deve ter alguma coisa errada, ou muitas coisas erradas, para que uma situação como essa prevaleça no Estado do Paraná, e nós estamos solicitando à Secretaria que faça a convocação, para a semana que vem, para o Secretário de Segurança vir à CPI explicar o porquê desse movimento de ir contra e por que esse problema persiste no Estado do Paraná.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Ele vai dizer — o Secretário — que não existe vaga. Sempre que se pede, se disponibiliza vaga, haja vista que eu estive em Foz do Iguaçu, levei o pessoal da Procuradoria-Geral do Estado, advogados, fez-se o levantamento de quantos presos tinham, quantos tinham direito a progressão de regime, quantos tinham direito a outros benefícios, e disponibilizei mais de 140



vagas no Sistema Penitenciário para aquela cadeia de Foz do Iguaçu, para gente que devia sair, que é preso já condenado, que é preso com condição de progressão de regime. Muito bem, dessas 140 vagas, fiz ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Corregedor, e pelo menos... e por aí parou. Porque não houve aquele mandado de implantação do juiz das varas para o Sistema Penitenciário. Se vier aqui, vai dizer o seguinte: não tem vaga na penitenciária. Não é verdade. Nós temos 14 mil vagas hoje, e vai para 17.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, vão sobrar 5 mil vagas. Se tem hoje 11 no sistema... Não é isso?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Tem 11 no Sistema, sim. Nós temos 14 mil vagas, com as 3 que vão inaugurar agora. Cada uma com 960 vagas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então não tem por que o Secretário de Segurança querer ficar segurando esse patrimônio lá com eles.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Não. Eu não faço a defesa do Secretário de Segurança. Ele até administra muito bem a sua Pasta. Não é defesa. Eu não sei qual é o motivo que não acontece isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas nós vamos...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - O senhor... V.Exa. deve raciocinar por quê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Paraná tem uma experiência de uma penitenciária industrial.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Inclusive...

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Cascavel, Guarapuava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queríamos que o senhor informasse qual é o índice de reincidência nas unidades prisionais onde o parque industrial funciona.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Bom, há diferenças. Em todo o Estado a reincidência dá 26,5%, 26%; em todo o Estado. Agora todas as penitenciárias do Estado... Penitenciárias. Quando o senhor fala Sistema Prisional, eu distingo penitenciária e cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Falando em penitenciária mesmo, só Sistema Prisional.



O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Só penitenciárias é 26%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vi uma matéria no *Jornal da Globo*, na semana passada — não sei se os Secretários todos acompanharam, mas a *Globo* fez uma série de matérias de segunda a sexta sobre diversas regiões do Brasil; seria até importante que o Secretário solicitasse as fitas dessas reportagens —, informando que tem uma penitenciária lá com apenas 6% de reincidência.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Nem isso. Lá em Guarapuava, que foi a da reportagem, é exemplo. É exemplo porque a penitenciária industrial lá não dá 6%; é quase 0% a reincidência. O que dá reincidência, às vezes, são as colônias penais, os regimes semi-abertos que o preso se evade; ele não foge, ele se evade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem quantos presos lá nessa penitenciária industrial de Guarapuava?

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Em Guarapuava?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - São mais de 300; 350, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a reincidência é praticamente zero.

O SR. JAIR RAMOS BRAGA - Praticamente zero. O senhor não viu na *Época* — na revista *Época* — uma reportagem sobre Cascavel, naquela penitenciária que o senhor esteve lá? Viu na revista *Época*? Também a reportagem é no sentido de que não existe nem nos Estados Unidos penitenciária em condições daquela, porque tem canteiro de trabalho com 39% de presos trabalhando e estudando, tem salas de aula, tem recreação, tem biblioteca, o que é difícil encontrar em penitenciária. Todas as penitenciárias do Paraná têm biblioteca, todas elas, e o Governador está fazendo o maior empenho. Tem o serviço de educação feito pela Secretaria de Educação com professores próprios para isso. Então, não vejo, no Sistema Penitenciário — no penitenciário; sempre friso isso —, não vejo problema, a não ser aqueles corriqueiros. Mas todas elas têm todos os agentes necessários. Nós fizemos agora um remanejamento e estão sendo nomeados todos eles, tudo através de concurso público. Não tem agente terceirizado, não tem aquele chamado PSS,



Processo Simplificado, que é temporário; não tem terceirização. Tudo isso é gerenciado pelo Estado.

Os diretores são cargos em comissão — são bacharéis, são ex-oficiais da Polícia Militar já reformados, coronéis, etc. Mas eu vejo que, nesse particular, quem sabe lidar com delinqüente é polícia mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Vamos ouvir também o Dr. Cesar Rubens, Secretário do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Presidente, eu queria fazer algumas... Em primeiro lugar, eu estive lá no ano passado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e essa questão foi tratada também numa audiência pública, com relação... Este é o grande problema do Paraná: tem 2 sistemas lá, o de cadeias e o Sistema Penitenciário, de que está à frente a Secretaria de Administração Penitenciária. Esse é o grande problema. E daí advêm todos os outros problemas, ou seja, a interferência política, o pagamento de propina a policiais, extorsão, uma série de coisas que na cadeia acontece com mais facilidade, até de presos que saem para realizar alguns serviços em nome daqueles policiais. Ou se enfrenta essa questão ou aquela atividade que tem no Sistema Penitenciário que o senhor coloca com relação até a reincidência em algumas penitenciárias nós vamos ter. Esse modelo de cá poderá, de certo modo, começar a penetrar nas.... Porque se os que estão hoje nas penitenciárias têm esse regime e há um outro regime... Inclusive porque há intervenção da polícia de fato, quando o Governador quer, mas não é só de policial militar, não. Também há interferências políticas para que isso não fique unificado num único sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Secretário do Rio de Janeiro, Dr. Cesar Rubens, tem a palavra.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Boa tarde, Presidente, boa tarde aos que compõem a Mesa. Quero mais uma vez parabenizá-lo pela iniciativa. É importantíssimo que tenhamos políticas bem direcionadas no tocante ao Sistema Penitenciário.

Não sei se por falar por último levei vantagem ou desvantagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não é o último, não. Tem mais 3 Estados: São Paulo, Piauí e Minas Gerais.



O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Queria dizer que, primeiramente, acho extremamente importante que nós retomemos a condição de cela individual. A coisa mais difícil dentro do sistema é se impor responsabilidade a um preso em celas coletivas: dano ao patrimônio, inscrições em parede. Digo isso com o exemplo do meu próprio sistema. Em Bangu 1 não existe uma inscrição, não existe nada do que acontece em casas de custódia; lá nós chamamos de casas de custódia, que são as cadeias públicas onde temos 75 presos dentro de uma cela, onde fica extremamente difícil... E sabemos que não podemos aplicar penas coletivas. Então, se nós entramos numa cela onde tem 75 presos e, de repente, tem uma inscrição de uma facção, como responsabilizar aquilo ali, aquele preso? Efetivamente isso se prova em Bangu 1, em unidades onde temos celas individuais, onde não temos inscrições, onde efetivamente temos o domínio sobre aquele preso.

Com relação aos investimentos, nós temos 28 milhões do Estado para o ano de 2008 e também temos 38 milhões do DEPEN, que incluem até uma casa de custódia para presos de 18 a 25 anos, dentro do programa do PRONASCI, e temos a previsão de construção de mais 4 casas de custódia, uma fruto de um convênio com o Tribunal de Justiça e 3 do próprio Estado, terminando dentro do Projeto Delegacia Legal.

O nosso Estado é semelhante ao Paraná. Temos presos recolhidos em delegacias, em concentradoras, onde a gestão é da Polícia Civil, e temos os presos dentro da Secretaria de Administração Penitenciária, estando na nossa Secretaria em torno de 22.430 presos e na Polícia Civil em torno de 4 mil presos.

Dentro do sistema penitenciário do Rio de Janeiro não temos superlotação. A nossa lotação tem uma ou outra variação em função do regime. Há que se falar aqui que tivemos pelo menos 6 perguntas formuladas no final em que os Secretários puderam se manifestar, e uma delas fala que nós deveríamos retomar a condição de que determinados crimes, qualificados como hediondos, efetivamente o preso não tivesse a regressão, ou melhor, a progressão de regime.

E o que observamos no Rio de Janeiro? Quando houve o término da vigência dessa lei tivemos uma explosão em que hoje temos aproximadamente 4 mil presos que, de uma hora para outra, atingiram a condição do regime semi-aberto. Isso é um problema extremamente difícil que o Estado do Rio de Janeiro vem enfrentando,



porque não tínhamos nos preparado para, de repente, termos presos... um número tão grande de presos, passando quase que imediatamente para o regime semi-aberto. Temos presos até em Catanduva que estariam próximos a receber ou já teriam direito a esse regime semi-aberto.

Então, havendo a possibilidade de aumentar essas penas, ou melhor, não haver a progressão de regime, há que se pensar que este preso vai ficar mais tempo recolhido no sistema e que a gente tem que se preparar para não ter a rotatividade que hoje se possui com todos esses regimes implantados.

Não sei se posso enumerar aqui algumas sugestões e depois falarmos um pouquinho. Vejo que a nossa CPI é extremamente importante, porque a sociedade até hoje não se posicionou se a pena é castigo ou se ela efetivamente é um momento de reflexão para o preso e o Estado tentar fazer alguma coisa que, de repente, no início da vida dessa pessoa que está presa não foi feito.

Nós somos sabedores de que a grande faixa de presos que estão no sistema não são os mais aquinhoados. Pelo contrário, são aqueles que tiveram pouco acesso à educação e uma série de outros fatores.

É importantíssimo — e já se falou aqui — avançarmos na construção de cadeias públicas nas comarcas. É sempre dito que as cadeias são pós-graduação para o crime, mas os Prefeitos não entendem que os seus municípios que cometam algum tipo de crime e algumas vezes... No interior, por exemplo, do Estado do Rio de Janeiro, existe uma diferença muito grande social e econômica entre a cidade do Rio de Janeiro e Bom Jesus de Itabapoana, onde determinados tipos de delitos a gente poderia qualificá-los como de ladrão de galinha. Então, o ladrão de galinha lá de Bom Jesus de Itabapoana comete um pequeno delito e, de repente, por não ter uma unidade próxima, ele vem para dentro do Complexo de Bangu, ainda que numa unidade para presos provisórios, mas presos já com uma experiência do crime, como extorsão por telefone, que é uma das coisas que alguns Estados enfrentam — nós também enfrentamos no Rio de Janeiro. E esse preso volta lá para Bom Jesus de Itabapoana depois de 3, 4 meses, porque talvez o delito dele vai ter uma pena pequena. Então ele faz um intensivo do crime dentro de um complexo desse e volta para o interior do Estado, onde efetivamente a segurança pública não avançou com



a mesma velocidade em termos de recursos, de homens, de nada disso. Então eu acho que os nossos Prefeitos deverão despertar para essa responsabilidade social.

Vejo que deveria haver um repasse para esses municípios. Também não há que se pensar em grandes unidades. Eu acho que o nosso companheiro aí já externou e é nosso pensamento que nós poderíamos ter padrões de unidades menores, porque também não temos tanta incidência de determinado delito, por exemplo em Bom Jesus de Itabapoana. Então poderíamos ter uma miniprisão, até com 100 presos, até com regimes diferenciados.

Em Minas Gerais, existe um projeto — não sei se alguém conhece aqui —, a EPAC, em que até o preso toma conta do preso. Ele custodia o preso, escola o preso. Eu estive lá visitando. É um projeto extremamente arrojado, mas funciona. Lá efetivamente a reincidência, que é uma busca que a gente também tem, é num índice em torno de 8%; a reincidência para esses que se submetem a esse programa que existe em Minas Gerais e em alguns outros Estados. Mas de Minas Gerais eu posso falar, porque eu estive lá.

Então eu vejo que Municípios do interior poderiam adotar um padrão de unidades menores e facilitaria tudo o mais, porque o deslocamento de um preso para depor numa delegacia que não é próxima de onde o preso efetivamente cometeu o crime importa em custos, importa em deslocamentos, escolta, tempo, combustível, uma série de outras coisas. Então isso também eu acho que minimizaria bastante essa parte estrutural de poder conduzir preso para depor, preso para uma delegacia ou para fora. Enfim, acho que nós retardaríamos a evolução do crime para esses Municípios do interior. Mas os Prefeitos têm que estar cientes disso. E acho que eles deverão ser convencidos de que é bom que o preso dele, ladrão de galinha, não venha para Bangu, por exemplo, que é realmente a pós-graduação do crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Uma pergunta. Lá, no Estado do Rio de Janeiro, nos presídios, tem espaço para a realização das videoconferências? Como é que está essa situação?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Nós temos dentro do Complexo de Bangu para pronto emprego uma sala de audiência para juízes,



montada com toda a infra-estrutura. Lamentavelmente, as audiências não são realizadas. Isso já tem mais de 1 ano; tem 2 anos que a gente tem uma sala dessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O juiz alega o quê? Não haver segurança para a realização?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, segurança, não, porque eu acho que o Complexo de Bangu é o mais seguro em termos de inspetores e tudo o mais que nós temos lá. É o deslocamento que eles alegam que traz alguns tipos de transtornos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas espaço para videoconferência existe?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Videoconferência é uma sala ao lado. Eu já estou no sistema desde 2005, e nós fizemos um ensaio — na época eu era coordenador de segurança — da videoconferência. Montamos todo o equipamento e, no fórum do Rio de Janeiro, ficou a parte dos juízes e alguns membros importantes para aquela audiência. No complexo ficaram o advogado e o preso. A alegação é de que se teria que mudar a lei, porque é necessário que o preso esteja de corpo presente. E alguns juízes alegam que também a transmissão dessa imagem não traz alguns tipos de comportamento, ou de reações, que, estando presente no mesmo ambiente, o juiz ou o promotor pode entender que isso ajude no julgamento. Então, tem a parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o déficit de vagas hoje, Secretário, para a população carcerária feminina do Rio?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu não tenho déficit de vagas no feminino. Nós estamos com 1.200 presas, mais ou menos, e temos uma previsão de um projeto do DEPEN para reforma de uma unidade em Campos, onde nós teremos mais 500 presas. Esse projeto está orçado em 1 milhão e 200 mil, e existe a previsão de lactário, parte de escola, enfim, uma série de atividades para essas presas. A parte feminina nossa nós não temos nenhum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor que está me chamando a atenção.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Normalmente, nos noticiários, e na cabeça de praticamente 90% dos brasileiros, o Rio de Janeiro é um dos Estados mais violentos do Brasil e onde a criminalidade teria um poder paralelo do tamanho do poder do Estado ou maior. E nós percebemos que o número de presos no Estado do Rio de Janeiro é, assim, um dos menores em relação ao Brasil, com relação a presos por habitantes. Se eu não me engano, um Estado aqui, o Mato Grosso, disse que tinha 900 presas — acho que é no Estado do Mato Grosso, mas não sei se é Mato Grosso do Sul. Novecentas detentas no Mato Grosso do Sul, e o Rio de Janeiro tem só 1.200 detentas. Eu pergunto: o número é pequeno de presas, assim, no Rio de Janeiro, porque tem muitas presas provisórias que não estão no sistema ou porque a reincidência é pequena e acabam permanecendo no sistema aquelas que cometem crime pela primeira vez?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Proporcionalmente, pelo que a gente acompanha, a proporção de homens e mulheres, em quase todos os Estados é a mesma, é 10% mais ou menos; gira em torno disso. Eu não sei se o Dr. Damázio ou o Dr. Maurício podem... Mas, proporcionalmente, 10% da população carcerária é de mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o Rio está dando 4%.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, estou dizendo proporcionalmente. Em alguns Estados é isso. Quando o senhor fala sobre a curiosidade da proporção de alguns Estados terem uma população maior, quer de pessoas de bem, quer de presos, isso aí é algo que eu acho que tem que ter uma pesquisa para ver qual a eficiência do Judiciário, da polícia de prender, da Justiça de condenar, e eu de receber. Minha porta está aberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos provisórios tem hoje no Estado do Rio de Janeiro, o senhor sabe?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, no meu sistema tem em torno de 4 mil presos aguardando julgamento; dentro da SEAP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Do sistema.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Na Polícia Civil, conforme eu lhe falei, também tem presos provisórios, está em torno de 4 mil. E eu tenho uma informação não oficiosa — porque não sou eu que administro, é só troca



de informação — de que nós ainda temos 120 presos com sentença transitada em julgado nessas delegacias, o que caracteriza uma anomalia, porque qualquer preso que já tenha sentença transitada em julgado deve vir para o sistema.

Avançando aqui sobre as sugestões — e o senhor também já falou e nós concordamos plenamente —, nós entendemos que a instituição tem que ser forte na padronização comportamental do preso, na rotina do inspetor dentro da cadeia, no uniforme do preso, na concessão, nas condições mínimas para o preso. Então, mais uma vez me reportando aqui ao nosso companheiro que fala que é extremamente favorável a que não entre nada nas cadeias, nós também somos. Se não entrar nada na cadeia, não temos que revistar nada. Se nós deixamos entrar uma pasta de dentes ou qualquer outro tipo de objeto, isso requer uma inspeção, o que muitas é extremamente difícil.

Teve um Secretário que disse aqui que ele pegou 2 celulares durante 1 ano. Eu não sei qual é a rotina dele. Eu tenho uma foto aqui de uma mulher. Eu peguei 2 celulares dentro do interior dessa mulher; 2 celulares, 2 baterias — é foto de jornal, ela foi autuada —, 1 relógio de pulso e 1 *headphone*. Quer dizer, eu, com essa mulher, eu atingi o ano dele todinho de apreensão. Então eu acho que é algo que a gente não deve, assim, adotar como padrão de uma unidade para outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas isso aí nos órgãos da mulher ou na...

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Exatamente, dentro da cavidade humana desta mulher.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Haja cavidade.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A imprensa disse que era um carro-forte. Bom, nessa busca que... nós também não concordamos com a revista corporal, porque sabemos que traz algum tipo de constrangimento. Nós estamos adquirindo, pela primeira vez, um equipamento de *scanner* de Raios X e que está sendo analisado pela Comissão de Energia Nuclear, porque é o primeiro aparelho desse gênero a entrar na América do Sul. Para sair lá da Inglaterra nós tivemos que fazer uma intervenção junto a um Ministro da Inglaterra. É um aparelho que o custo dele final — manutenção, treinamento — está em torno de 2 milhões e 200 mil. Mas faz um escaneamento, e o risco é mínimo para a pessoa. Segundo os



especialistas, é uma incidência de Raios X menor do que o Raios X que se faz num dente para fazer um tratamento de canal, por exemplo. Então nós estamos já com a Comissão Nacional de Energia Nuclear analisando esse equipamento, e nós entendemos que efetivamente nós podemos reduzir muito a entrada desse tipo de material, porque qualquer outro tipo de detector não consegue detectar o interior do corpo humano. E esse equipamento de Raios X ainda permite que, pelo desenho, eu possa saber, independentemente da constituição física daquele material, pelo seu contorno, que vai aparecer, a gente vai perceber que aquilo não faz parte da estrutura daquele ser humano que está sendo observado ali. Então, isso quer dizer que se a pessoa engoliu um *chip* de telefone, que hoje é algo extremamente complicado também para os sistemas penitenciários; se ela engoliu um papelote de cocaína... E eles engolem e depois provocam o vômito dentro da cela. Eles engolem, em qualquer região, no momento da visita.

Alguém falou aqui: *"Ah, quem tem que ser revistado é o preso"*. Eu concordo plenamente, mas se a visita não for revistada e, no momento de uma visita, ela estiver com uma arma, estiver com alguma coisa, é uma situação extremamente crítica de um gerenciamento de crise, porque nós teremos presos e visitantes no mesmo ambiente.

Concordamos plenamente que o preso deve sofrer uma vigilância muito maior. Mas a tecnologia está aí também para nós fazermos frente a isso. E o que o Estado do Rio de Janeiro tem buscado é tecnologia. Nós estamos com esse sistema de Raios X, estamos com um localizador de celulares.

Os bloqueadores não são eficientes 100%. Não existe essa eficiência. Cada vez que se cria um bloqueador com uma certa intensidade de sinal, a prestadora de serviço aumenta essa intensidade, instala mais uma antena, e isso é sempre algo difícil de se controlar.

Dentro do Complexo de Bangu existe uma gestão do Ministério Público que está cobrando das prestadoras de serviços que elas efetivamente é que serão responsáveis pela emissão de sinal para dentro do Complexo. Está-se invertendo. O que era responsabilidade do Estado, impedir que o sinal entrasse, o Ministério Público do Rio de Janeiro entende que a prestadora de serviço é responsável por deixar esse sinal entrar nessa área, que é uma área segurança.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Lá no Complexo de Gericinó tem um prefeito, não é isso?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - No Gericinó nós temos 14 mil presos. Quando eu vejo alguém aqui dizer que a sua população carcerária é de 6 mil presos, eu, só em Gericinó, tenho 14 mil presos. São 20 unidades com 4 hospitais, e temos toda uma infra-estrutura de prefeitura.

Nós temos um transporte para familiares de preso, que foi intitulado como Expresso da Paz, que é exatamente para levar o parente do preso até a unidade mais distante da portaria, porque isso pode ter uma distância de 2, 3 quilômetros, no mínimo, da portaria até a unidade onde a pessoa se destina para visitar.

Temos uma base, um grupamento de intervenção tática. São homens prontos que usam tecnologia com munição não letal para pronto emprego. Temos uma base também para servir de escolta para os presos. Temos um canil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como é que funciona a figura do prefeito?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O prefeito administra toda a parte de manutenção. Com isso nós reduzimos um pouco, porque determinadas unidades tinham uma equipe de manutenção. Como nós temos essa concentração de unidades nesse mesmo ambiente, nós montamos uma equipe de manutenção, quer com presos, quer com pessoas contratadas, para que, havendo uma pane, algum tipo de problema numa unidade prisional, esse prefeito socorra essa unidade, essa administração. Então, o prefeito faz toda a parte de manutenção, corte de grama, hidráulica, elétrica, tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que dentro do Complexo de Gericinó existem métodos de administração diferentes? Lá tem vários diretores.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a gente percebe que, mesmo dentro de um complexo só, cada diretor tem um modelo administrativo. Por que não é unificado?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Existem as regras, existem as normas, mas nada disso impede que alguém venha a transgredir. Eu



gostaria até de elogiar aqui a nossa Comissão, porque ela foi exatamente nas piores unidades que nós temos no sistema. E acho que o papel realmente pode ser esse. O mais importante de olhar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque nós entramos na primeira que tinha. (*Risos.*)

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, não. Não foi a primeira, não. O senhor passou pelo sanatório penal, que é bem antes; depois veio a Esmeraldino Bandeira, veio a Talavera Bruce e a nossa unidade neonatal, que eu tinha muito orgulho de tê-la, mas já estou achando que a nossa unidade neonatal não é o que eu achava que seria, tão boa. Mas acho que o senhor pode fazer comparação, porque o senhor esteve na nossa unidade neonatal. Nós investimos muito lá. Temos berços padronizados, camas padronizadas, filtro elétrico com água gelada, temos um médico lá que faz o acompanhamento pediátrico. Mas agora eu quero conhecer essas outras duas unidades...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, o senhor tocou num assunto que inclusive nós abordamos em algumas visitas. O Governo investe em saúde pública, o Governo investe em publicidade, na questão da água tratada, da água filtrada. E por que eu não vi em nenhum presídio que eu visitei no Brasil, exceto esse que o senhor está falando aí, água infiltrada para a população carcerária? Qual é a dificuldade? Qual é o problema? Todos bebem água de caixa? E não sabemos quanto tempo fica uma caixa dessa sem ser aberta. E nós sabemos que aquelas pessoas, vivendo na situação em que vivem dentro das unidades, bebendo águas que não são filtradas, há uma possibilidade de agravamento de algumas doenças. Por que os presídios brasileiros não tratam a água para oferecer à população carcerária, tendo em vista que eles vão gerar despesas para o serviço público? Qual é a dificuldade?

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O que nós entendemos é que não temos ainda um profissional com perfil de... que o médico... O Secretário que estava aqui ao meu lado disse que o médico lá do Paraná está insatisfeito por ganhar 4 mil reais. No Rio de Janeiro, um médico ganha 1.800 reais. Então, não existe nada de motivador para esse médico. E quando esse profissional não é pró-ativo, logicamente ele não pensa na parte de água filtrada, ele não pensa



na parte de prevenção e não se tem o profissional que se deveria ter. Mas é importante que se tenha a cultura da água que venha a ser servida: que seja uma água de qualidade, uma água que sofra um tratamento eficiente. A gente entende que isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria deixar, inclusive, para a reflexão dos Secretários, porque nós vamos, inclusive, abordar esses assuntos, porque quem conhece o sistema sabe... Pelo que a gente conhece das celas, uma caixa d'água de um presídio... Nós não visitamos, não. Podemos até fazer uma visita para conhecer a realidade. Mas pelo que a gente vê das celas, das salas dos agentes, das salas dos policiais, a gente imagina como deve ser uma caixa d'água de um presídio. Normalmente são caixas enormes que, pelo que a gente percebe... Não posso afirmar, mas não sei se há manutenção, qual é o período de manutenção. Mas o que me chama a atenção é que, de todas as unidades que nós visitamos, nós não encontramos nenhuma unidade que tenha água tratada para os presos. Os presos têm pegar água na torneira, guardar nas garrafas PETs para tomar. Sabemos que isso é caso de saúde pública. Se fosse uma unidade privada, a vigilância iria lá interditar, juntamente com o Corpo de Bombeiros, com a Secretaria de Saúde, com o Ministério Público.

Eu quero fazer uma reflexão para o DEPEN, viu, Dr. Maurício — acho que o DEPEN é que tem acompanhado e acompanha mais de perto a situação dos presídios no Brasil —, para que começasse a discutir esse assunto e fazer uma política nacional para obrigar os Estados a tratar as águas para a população carcerária. Acho que é o mínimo que pode ser feito. Não estou falando de água gelada, não; estou falando de água tratada, porque hoje eles têm que beber água de torneira, de caixas, que nós não sabemos o estado. E, pelo que a gente conhece das precariedades das instalações, a gente imagina que deve ser uma água de qualidade muito ruim, por que não dizer até contaminada com centenas de bactérias, que têm causado ou aumentado o índice de algumas doenças dentro do sistema prisional.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Olha, eu posso dizer para o senhor o seguinte: em se tratando de qualidade da água, nós não temos incidência de grandes... de problemas de saúde provocados pela qualidade da água.



O que podemos entender é que existe uma rotatividade muito grande. A água não permanece numa caixa d'água durante muito tempo. Ela se renova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas os problemas da caixa permanecem.

O SR. CESAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu concordo, mas a água não permanece.

Nós temos alguns trabalhos desenvolvidos. Por exemplo, o Rio de Janeiro foi afetado pela dengue, e nós não tivemos um caso, nesse universo de 22.430 presos, de dengue, por um trabalho de fumacê, trabalho de larvicida nessas regiões, nessas unidades e não tivemos nada. Apesar de uma grande epidemia que teve no Rio de Janeiro, que foi muito noticiada, com morte, não tivemos um caso registrado da doença — não foi nem morte. Um caso sequer registrado da doença.

Agora, estamos avançando. Nós estamos, por exemplo, avançando numa pesquisa. Até que ponto podemos usar algum tipo de energia alternativa? Aquecimento de água solar, por exemplo. Quando não se faz esse tipo de aquecimento, se promove a possibilidade de o preso querer buscar, de qualquer forma, uma água quente. E aí ele pode comprometer -- e por via de regra compromete -- um sistema de energia elétrica que foi projetado para um determinado tipo de cargo, e ele é sobrecarregado pelos motivos mais variados que, às vezes, acontece. Até o aquecimento da água também traz um problema. Então, ou o presídio não tem água quente, o preso não tem água quente, ele toma banho frio, ou se ele tiver pode ter uma sobrecarga dentro da unidade, porque ele usa um equipamento que não estava previsto na estrutura daquela unidade. Então, nós estamos buscando algumas coisas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na unidade que nós visitamos lá, Esmeraldino...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, foi Vicente Piragibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Piragibe.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Vicente Piragibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Apesar de ter um Prefeito, mas algumas redes de esgoto dentro do complexo, sem nenhum tipo de tratamento,



encanação, correndo livremente, como se fossem várias redes de esgoto correndo dentro do sistema. Aquele problema existe porque não foi encontrado uma solução ainda, ou por que não tem recursos, ou por que a unidade entende que não tem problema?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O problema ali foi de gestão. O diretor foi exonerado, porque foi também de gestão.

O senhor citou aqui, por exemplo, que o computador dependia de um convênio. E eu acho que foi da mesma unidade, Vicente Piragibe, não foi? Não é bem assim. O inspetor falou o que ele achava que teria que falar. Nós temos, sim, contratos de locação de equipamento de informática. E a cada máquina que se queira agregar a algum sistema, ou a gente faz um aditamento, ou, efetivamente, pode-se comprar o equipamento.

Agora, a unidade estava com uma péssima gestão. Este jornal aqui, por exemplo, (*mostra jornal*) exibe 2 fotos da unidade e 2 fotos das carceragens, que não são minhas. As 2 fotos do lado direito são carceragens, as 2 fotos do lado esquerdo são de Vicente Piragibe. Uma exibe um cartaz com as normas do Comando Vermelho.

Semelhantemente a essa situação, nós punimos o diretor de uma unidade, de uma casa de custódia, há 2 meses, porque nós não temos por que esconder o sistema. E nós franqueamos uma repórter para fazer uma matéria dentro dessa unidade. E a repórter não só fez a matéria como escreveu um livro. E tinha uma foto semelhante a essa que está aí no jornal. O diretor foi punido, foi instaurado um processo e, lamentavelmente, após 2 meses, esse diretor, que o senhor esteve visitando, não se espelhou na unidade ao lado -- que era uma quase ao lado dele --, que adotou providências diferentes. Pintou toda a unidade. Hoje essa unidade não dispõe de inscrições, nada disso, mas esse diretor negligenciou, porque ele soube quais foram as medidas adotadas naquela unidade em que essa repórter fez uma matéria, escreveu um livro. Eu pensei até que fosse a mesma foto que consta nesse livro. Mas, pelo que está na redação, diz que o diretor resistiu, dizendo que alguém trouxe até o cartaz, que quem poderia dizer que foi o cartaz ou não?... Parece que está escrito aqui no jornal. Então, a parte de gestão do diretor...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O jornal é daqui de Brasília?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - É. Este aqui (*mostra jornal*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esta foto foi tirada lá dentro da unidade.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Pois é, então? Mas eu sei. Eu pensei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O diretor falou que...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Está aqui na redação dizendo que o diretor disse que podia até alguém trazer... Alguém escreveu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eu estava lá. Fui eu que pedi para tirar a foto...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu sei, mas aqui diz que o diretor disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah! Sim. Então, desculpa.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - ...que quem garantiria que isso aqui alguém não trouxe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estava lá, não é? O (*ininteligível*), de Mato Grosso, também disse que foi colocado um dia antes o negócio do PCC.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Então, por exemplo, quando se fala sobre cantina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mato Grosso do Sul. Até aqui a briga continua, não é? (*Risos.*)

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, eu queria dizer para o senhor que dessas 22 metas estabelecidas — o Dr. Maurício já recebeu o nosso relatório de como estamos avançando —, desses 22 itens, nós temos pelo menos 3 que estão extremamente tímidos. Mas nos outros, nós já possuímos nossa escola de gestão, nós possuímos Ouvidoria, nós possuímos Corregedoria, nós temos 2 Conselhos: temos um Conselho Penitenciário e um Conselho Comunitário. O Penitenciário está diretamente ligado à Secretaria, à Administração Penitenciária,



e o da Comunidade está vinculado ao juiz das execuções penais. Então, no tocante a essas metas, eu acho que está bem avançado nesse sentido do plano diretor.

Não sei se o senhor gostaria de perguntar mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Boa tarde a todos. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, e dar aqui o meu testemunho de que o Secretário tem feito um trabalho muito sério, muito transparente à frente da Secretaria de Assuntos Penitenciários. Parabéns, Secretário.

Só para lembrar aqui, no início do ano passado, no início do Governo Sérgio Cabral, tivemos uma série de medidas adotadas por conta da criminalidade em relação a incendiar ônibus e, de uma certa forma, aterrorizando a população do Estado do Rio de Janeiro. E de uma forma muito consciente, muito firme, o Secretário César Rubens solicitou a imediata transferência daquelas lideranças para Catanduvas. Então, hoje, o que se vê no Estado do Rio de Janeiro é o quê? É uma tranqüilidade em relação a isso não vir a acontecer novamente, de uma certa forma, causando um pouco de insegurança para essas novas lideranças para solicitar novos atentados, novos incêndios de ônibus, que na verdade vieram a afetar muitas vidas inocentes, muitos idosos, senhoras, mulheres, mães e, principalmente, crianças, que morreram diante da criminalidade desses bandidos.

Então, de forma muito dura, muito responsável, e combatendo de frente realmente essas facções criminosas, eu acho que foi um fato muito importante, muito corajoso de V.Exa. ter realmente transferido, se não me engano, foram 8...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Doze.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Doze. Doze lideranças de facções criminosas para Catanduvas. Porque lá o sistema, além de segurança máxima, você cria uma certa dificuldade, principalmente para os próprios detentos, em relação às famílias, que têm que se deslocar para outro Estado. Há um custo maior para essas facções em relação a advogados, que têm que se transferir. Ou seja, ninguém quer sair do seu Estado.



Então, foi uma coisa muito corajosa. Até mesmo pessoas que entendem, em relação à segurança pública, naquele momento, ficaram muito inseguras quanto ao que poderia causar essa transferência.

Eu vejo hoje, passados quase 2 anos, uma tranquilidade, porque esse fato realmente não ocorreu novamente, criando um certo medo nessas lideranças, realmente, de fazerem o mal para pessoas inocentes. Meus parabéns, aqui o meu testemunho.

Quero dizer que eu, como titular desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero aqui colocar, não somente para o Secretário, mas também para todos os demais, aqui, a nossa juventude, que vou trabalhar, realmente, para... não resolver de imediato o sistema penal brasileiro, mas, de uma certa forma, a longo prazo, criar realmente expectativas de que venha melhorar. Como se tem falado, a população, de modo geral, não quer saber o que acontece de lá para dentro, do muro para dentro. Eu acho que esta Comissão, de uma forma muito diferenciada, através do nosso Presidente, Deputado Neucimar Fraga, e de seus membros, de forma consciente... Esse sistema está falido, porém, precisamos, juntamente com especialistas, secretários -- aqui, o Maurício tem dado uma contribuição muito importante — encontrar realmente soluções através até mesmo de projetos de leis, porque esse é o nosso caso, e é nossa obrigação, como Parlamentar, criar realmente mecanismos que venham, a longo prazo, minimizar esse sistema que hoje se encontra falido, mas que se for a vontade desta Comissão, do Secretário, que venha realmente dar uma colaboração em nosso relatório final que vamos apresentar no próximo mês com medidas que venham minimizar esse caos do sistema penitenciário brasileiro.

Muito obrigado. E me coloco à disposição de todos vocês para participar desse debate que é muito importante para o nosso País.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu quero só agradecer as palavras ao Deputado Felipe Bornier; agradecer a parceria do DEPEN. O Dr. Maurício, realmente, e o Dr. Damázio também tiveram papéis bastante importantes na transferência desses 12 presos, com agilidade, com disponibilidade de recursos. Foi também uma parceria que se iniciou aos 5 dias da nossa gestão, e de lá para cá já recebemos várias visitas, a serviço do Dr. Maurício e do Dr. Damázio,



no Estado do Rio de Janeiro. E nós temos só a agradecer os recursos e o apoio que o DEPEN tem dado ao nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que o agradecemos.

Com a palavra o Dr. Benedito Donizeti Marques, do Estado de São Paulo.

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - Cumprimento o Presidente, os demais membros da Mesa, os senhores e as senhoras. Eu queria começar, primeiro, informando que o Secretário não pôde estar aqui, porque tem uma lei aprovada no Estado com relação a monitoramento de presos. O Governador está pressionando para sair com agilidade esse monitoramento, e o Secretário estava numa outra agenda.

Bom, a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, acredito, seguramente, tem próximo de 40% dos problemas do País, porque nós temos quase 160.000 presos, distribuídos em 154 unidades, em mais de 100 cidades do Estado. Então, o Secretário tem buscado a regionalização. Então, nós temos unidades prisionais em todas as regiões do Estado. Infelizmente, por contingência, nós estamos com uma concentração grande na região oeste do Estado, que faz divisa com Mato Grosso do Sul.

Então, nós temos esse problema. A idéia é pulverizar em outras regiões também.

Nós temos... No planejamento estratégico do Governo, até 2010, a intenção é abrir 38.000 vagas. Então serão construídas 53 unidades prisionais. Inclusive, já há um sinal verde do DEPEN, uma unidade feminina deverá ser, possivelmente, financiada pelo DEPEN. Nós temos quase 31.000 funcionários, dos quais 1.500 trabalhando com a saúde do preso. Nós temos, no nível superior, 241 médicos; 315 psicólogos e psiquiatras; e quase 400 assistentes sociais. O corpo técnico é de 21.000 agentes de segurança penitenciária. Há 4 anos foi criado o cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária. Então, nos últimos anos nós tiramos a Polícia Militar da guarda dos presídios, e é intenção, é programa do Secretário, assumir, também, a escolta de preso, que hoje é executada pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. Nós temos aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora...



O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só falando na questão da escolta, hoje, o Estado de São Paulo tem utilizado o método da videoconferência para realização das audiências. Ainda continua?

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - Não. Infelizmente, a gente não tem o suporte do Judiciário. A gente tem 8 locais com instalações para ocorrer a videoconferência, mas, infelizmente, a gente não tem o apoio do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria deixar também, inclusive, uma reflexão para o Secretário de Estado. Nós não temos a mesma opinião na CPI, mas pelo menos a opinião minha, de Presidente, é que acho que há um equívoco. O retrocesso do STF é impedir um instrumento desse. Porque sabemos que a maior reclamação dentro dos presídios brasileiros não é o preso estar diante do juiz, é o preso ser julgado rápido. E não vejo nenhum preso: "*Ah, eu quero ir na...*". O preso quer ser julgado. Ele não pede para ficar frente a frente com o juiz. São poucos aqueles que têm alguns problemas e que gostariam de relatar para o juiz numa audiência. Mas a maior reclamação é a falta de julgamento, é a morosidade do processo.

Se fizerem uma pesquisa com a própria população carcerária, eles preferem ficar dentro da cadeia, mofando, aguardando julgamento, por falta de escolta, por falta de estrutura, por falta de agilidade do Judiciário, e ser julgado, mesmo que seja por videoconferência, ser condenado ou não. Eu tenho certeza de que o que iria prevalecer era a vontade de ser julgado rápido pelo sistema judiciário.

Então, fica aqui a opinião do Presidente da CPI. Eu acho que os Secretários de Justiça dos Estados, o DEPEN e os membros do Congresso Nacional devem continuar pressionando o STF para que eles possam refletir sobre uma decisão que nós entendemos que é uma decisão equivocada do STF. O próprio Congresso estava avançando para aprovar a lei de videoconferência. Foi aprovada na Câmara, iria ser aprovada no Senado, e o STF deu manifestação contrária dizendo que a lei seria também inconstitucional.

Então, fica aqui a nossa palavra de reflexão para o, de repente para que haja até uma mobilização companheiros Secretários de Estado e de Governadores para sensibilizar os representantes do SFT que, com essa decisão, continua retardando o



juízo e dificultando o acesso dos presos à Justiça, porque os presos querem acesso à Justiça e não ao juiz.

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - Corroborando. A grande maioria dos presos que quer cumprir a sua dívida com o Estado, prefere a videoconferência. E outro detalhe: nós temos sérios problemas com o trânsito dos presos. Então, as facções, a gente já sabe, que circulam, os chamados informes, que circulam pelo trânsito do preso... Então, nós temos que transitar todos esses presos. Às vezes, o preso, por questão de segurança máxima está em Presidente Venceslau, a 600 quilômetros da capital, onde corre o processo dele, e ele tem que ser escoltado por 600 quilômetros, rodando. Às vezes o custo fica exorbitante. Há casos, por exemplo, como o do Marcola e outros líderes, em que se faz isso de avião. Então, realmente, é exorbitante.

Nós temos um orçamento aí. O orçamento total da Secretaria para esse ano é de 1bilhão e meio de reais, sendo que investimentos serão 150 milhões e quase um terço é investimento do Governo Federal com a parceria que há anos tem nos bancado muitas melhorias através do Dr. Maurício e que o Dr. Ferreira sempre faz questão de agradecer. Nós temos no Estado a potencialização do patronato. Então, nós temos 30 centrais de penas e medidas alternativas. Isso regionalizado. Então, não são 30 centrais na cidade de São Paulo. São 30 centrais de penas em várias cidades do Estado para atender o preso na proximidade de onde ele reside. Nós temos 18 centros de egresso. Então, nós tivemos... Nos últimos tempos, desde a criação, foram atendidos quase 35 mil presos nas centrais de penas e medidas alternativas. Na Casa de Egresso nós tivemos atendimento de 25 mil presos.

Há algumas questões aqui para as quais eu chamo atenção. O nosso funcionário, com último aumento que houve agora — ainda nem recebeu; esse aumento foi sancionado há alguns dias — ele ganha 1.800 reais.

Com relação a trabalho, nós temos mais de 50% da população carcerária trabalhando. Inclusive a bola de futebol de salão usada no Pan-Americano foi confeccionada por uma unidade nossa.

Bom, com relação a funcionários nós temos uma Escola de Administração Penitenciária onde está havendo investimento. Está em processo de planejamento uma reforma que ampliará suas instalações. Temos uma outra unidade de escola no



Município de Araraquara, a mais de 300 quilômetros de São Paulo. A idéia é poder facilitar o trânsito dos alunos.

Com relação à reincidência, é um número, para nós exorbitante, porque estamos próximos de 60% de reincidência do nosso preso. O custo do preso é, aproximadamente, de 1.200 reais. A Secretaria, desde 2004, criou o Departamento de Segurança e Inteligência Penitenciária. Sou Coronel aposentado da Polícia Militar e fui convidado para trabalhar nesse departamento.

Então, a parceria que há com a segurança pública é muito saudável, muito salutar para as instituições. Nós temos um excedente de 65 mil. Em 3 anos, estaremos criando 38 mil vagas e o nosso excedente hoje é 65 mil presos. Então, quer dizer, nós estamos enxugando gelo com todo o investimento que estamos tendo, tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal.

Bom, senhores, *grosso modo*, era isso que eu tinha... Fico aberto a questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na visita realizada ao Estado de São Paulo, na visita feita ao Cadeião de Pinheiros... É um problema sério no Estado de São Paulo. O que o Estado está fazendo ou vai fazer para resolver o problema ali do Cadeião de Pinheiros?

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - É. Nós temos lá... Nós recebemos 2 unidades da Polícia Civil. É meta do Secretário tirar todos os presos que estão na segurança pública. Tem sido feita, mas, infelizmente, a demanda é muito grande. Então, nós recebemos da Segurança Pública 2 unidades que estão sendo adaptadas. Uma delas deve ser inaugurada no mês que vêm, onde a gente vai resolver o problema de Pinheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Estado de São Paulo, ele foi o Estado que mais construiu presídios nos últimos anos e mais investiu no sistema penitenciário nos últimos anos o Brasil. Estatisticamente, também temos pesquisas que afirmam que foi o Estado que mais reduziu a violência no Brasil. Se não me engano, o índice de mortes, de assassinatos por grupo de 100 mil habitantes, está na faixa de 12 ou 15. Era 45 e caiu para 12.

O senhor atribui essa redução da violência à construção de novos presídios e à manutenção por mais tempo de presos que poderiam ser novamente uma ameaça



para a sociedade? O senhor acha que esse método de aumentar a prisão, manter os presos...

Porque hoje nós temos uma dificuldade. Até a sociedade tem dificuldade de entender, Dr. Maurício, a função do presídio. Eu entendo que a primeira função do presídio é interromper a trajetória do criminosos. Tem pessoas que acham que a sua primeira função é ressocializá-lo. Já quer que o preso entre sendo reeducado. Nós entendemos que a primeira função é interromper a trajetória do criminosos, e a gente percebe que o Estado de São Paulo tem feito isso. Tem conseguido construir presídios para interromper a trajetória do criminosos.

O Sr. acha que é essa a fórmula para que nós possamos arrefecer a violência no Brasil?

O SR. BENEDITO DONIZETI MARQUES - Eu acredito que esse assunto... Pela extrema complexidade, este pode ser um item que cooperou, mas nós tivemos ações de segurança pública, Polícia Militar, Polícia Civil, o próprio Judiciário e o Ministério Público. Então, eu acredito que é algo que tem que conjugar esforços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos ao Estado de São Paulo.

Vamos a gora ao Estado de Minas Gerais. Dr. Murilo, representando aqui o Dr. Maurício, vai estar falando sobre o sistema prisional do Estado de Minas Gerais.

Já começamos também com uma pergunta básica: qual o investimento do Governo do Estado para o ano de 2008 e qual o investimento do Governo Federal no Estado no ano de 2008?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Bom, Deputado, antes de mais nada, boa tarde. Cumprimento o senhor e todos da Mesa.

Nosso investimento esse ano está em torno de 120 milhões, do Governo Estadual, e do Governo Federal, em torno de 30 milhões. O Governo Federal vai estar repassando aí para gente um presídio jovem adulto, um presídio feminino e uma penitenciária no sul do Estado, se não em falha a memória, através do PRONACI e outras verbas relacionadas ao sistema prisional.

Antes de iniciar a fala, depois dessa resposta, eu gostaria de passar, se possível, um vídeo institucional da Subsecretária de Instrução Prisional demonstrando...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto tempo?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - 4 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. (*Pausa.*)

Enquanto resolve o problema vamos seguir a explanação. Depois nós vamos voltar ao VT. Com a palavra o Dr. Murilo, enquanto resolve o problema do som. (*Pausa.*) Não tem som.

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Tem só a música, mas sem o áudio não vai fazer diferença nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quer que passe sem o áudio?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Pode, pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só música. Não tem áudio.

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA -

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Bom. Aí a gente está mostrando os nossos presídios, há pouco construídos, com menos de 1 ano, em Ribeirão das Neves, esse caso aí. Algumas penitenciárias também foram colocadas a título de informação. Essa é uma penitenciária mais antiga, Penitenciária de Unaí, aqui próxima.

Essa é a nossa unidade mais antiga, José Maria de Alkmim, que é de 1930, mais ou menos. Penitenciária Nelson Hungria, de segurança máxima.

Esta é a Penitenciária de Uberaba. São mais novas.

Esta é a nossa penitenciária de segurança máxima de Francisco Sá. Penitenciária de Três Corações, no sul de Minas Gerais.

Essas são nossas casas de albergados. São 2 atualmente no Estado. Esta é em Juiz de fora. São 3 desculpem. Esta é em Contagem, também, onde nós temos uma casa de albergado.

Bom, aí são as APACs, que têm convênios com o Estado de Minas Gerais. Nós temos, hoje, uma diretoria que trata da situação relacionada à APAC.

Aqui são os nossos hospitais de Barbacena, também muito antigos. São uma referência, também, para nós. Toxicômanos, em Juiz de Fora. O Centro de Apoio Médico Pericial, em Ribeirão das Neves.



Nós também temos aí a demonstração das nossas 3 superintendências que estão subordinadas à Subsecretaria de Administração Prisional. A de Articulação Institucional e Gestão de Vagas que trata da questão das parcerias de APAC e co-gestão e, também, na movimentação prisional no Estado.

Esta é a Superintendência de Segurança Prisional que trata da área de segurança interna e externa das unidades prisionais. Os agentes penitenciários.

Esse é o Grupo de Intervenção Tática de uma de nossas unidades, que seria o primeiro esforço, em caso de algum problema interno.

Este é o nosso CFTV, que nós temos em várias unidades do Estado.

Esse aí é uma formação de agentes penitenciários. Isso é um curso prático que a gente faz através, eu vou falar mais à frente, dos nossos procedimentos operacionais padrões, de escolta, de algemação e outros. Isso é uma turma em formação.

Aí temos a Superintendência de Atendimento ao Preso que trata de todo o atendimento do preso, trabalho, educação, saúde. CTC — que é a Comissão Técnica de Classificação. E o jurídico. Aí são alguns projetos que a gente vem desenvolvendo em algumas cidades do Estado. São presos trabalhando para a Prefeitura. Aí na construção de casas, casas populares.

Este é o vídeo.

Sr. Presidente, nós temos outro vídeo, se o senhor quiser ver, sobre a videoaudiência também que está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Nós queremos algumas perguntas. Quantos presos provisórios e quantos presos no sistema hoje em Minas Gerais.

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Bom. Nós temos, hoje, em torno de 17,7 mil presos provisórios no Estado, hoje. No total, nós temos, hoje no Estado, em torno de 40.711 presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esses 17 mil estão em cadeias públicas?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Não. Estão entre cadeias públicas e no sistema prisional também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos estão em cadeias públicas?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Hoje, são — deixe-me ver... São 14.425 presos em cadeias públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esses presos que estão em cadeias públicas eles não passam para o sistema porque há também essa disputa lá... igual no Paraná ou...

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Muito pelo contrário. Nós temos um trabalho, hoje, em conjunto com a Polícia Civil do Estado, inclusive foi criado um Comitê Institucional de Política Prisional em que participam os entes da Segurança Pública do Estado, visando repassar todos esses presos para a Subsecretaria de Administração Prisional. Essa transferência de presos está sendo feita paulatinamente. Inclusive esta semana 2 unidades já foram transferidos da Polícia Civil para o sistema prisional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como está ocorrendo a transferência.

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Exatamente. Ontem, por exemplo, tivemos em...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Secretaria de Defesa vai assumir todos os presos do Estado?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - É. A meta do Estado até 2011 é assumir 100% dos presos. Hoje, nós conseguimos uma meta, conseguimos um fato atípico no Estado, conseguimos ultrapassar a Polícia Civil, que era uma coisa que não existia no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o déficit, hoje, de vaga no Estado?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Em torno de 11 mil vagas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas vagas estão sendo construídas?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Só este ano nós estamos construindo cerca de 5 mil vagas. Até 2010, serão 12 mil vagas. É importante...



Eu, eu gostaria de falar... A gente passou o vídeo sobre a APAC. Eu gostaria de falar porque eu anotei aqui a questão da municipalização da pena. E hoje é um... Desses 40.711 presos, em torno de 800 presos, a gente está contabilizando aqui, eles já se encontram na metodologia APAC, em unidades que têm convênios com o Estado. E esse preso ele é custodiado pela sociedade civil, através dessas entidades intituladas APACs. O Estado entra aí com a contrapartida financeira, no intuito desses presos serem custodiados e ressocializados.

Hoje, nós temos 15 a 16 APACs conveniados com o Estado. Já temos mais ou menos umas 10 em fase de convênio, também. Além de financiar a manutenção das APACs, o Estado, também, financia a construção das APACs nos diversos municípios do Estado. Pois não.

O SR. MAURÍCIO KUEHNE - O custo do preso pelas APACs?

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - O custo do preso. (*falha na gravação*) médio que a gente faz para a APAC, a mais cara, hoje, está em torno de 600 reais. Mas a gente está... A média é em torno de 500 reais o repasse que a gente faz na metodologia APAC, que é bom que se frise que hoje trabalha com o preso condenado. E outra coisa, aí, sim, nós temos aqui a municipalização da pena, em que o preso, ele só é... Cada Comarca tem os presos daquela Comarca. Não, não temos presos de Comarcas, presos fora da sua Comarca. Eles ficam na sua Comarca de origem.

Gostaria, também, de falar da questão da regionalização que foi citado aqui. A gente, também, está trabalhando com esse propósito de regionalizar as unidades prisionais com o intuito de dar um pouco, de melhorar a situação do preso frente às famílias. Nós tínhamos um problema maior anteriormente, mas com as novas construções a gente está conseguindo melhorar essa situação. Nós estamos conseguindo atingir todo o Estado nas construções, nas novas construções do Estado. É bom que se frise que somente em andamento no Estado, hoje, nós temos 12 unidades prisionais em construção, sendo uma financiada pelo DEPEN, que é penitenciária, um presídio em Ribeirão das Neves. Inclusive este mês já estaremos entregando novas 3 unidades em construção. E neste ano vão ser geradas 5 mil vagas. Temos mais 5 ampliações, também, sendo feitas nesse momento no Estado.



Quanto à APAC também nós estamos financiando este ano em torno de 250 novas vagas em APACs. Certo?

Eu gostaria de falar também que foi citado aqui a questão da falta de padronização em todo... ou no Estado ou no País.

Nós, no início do Governo, no primeiro Governo Aécio Neves, foi contratado uma consultoria de uma empresa de fora do Estado, que nos prestou essa consultoria e, a partir daí, foram implantados no Estado os Procedimentos Operacionais Padrão, conhecidos POP, em que a gente padroniza nas unidades prisionais do Estado como deve ser feita toda a movimentação do preso, toda a transferência, toda a movimentação interna do preso. Então, a gente busca, dentro desses Procedimentos Operacionais Padrão, demonstrar. Por exemplo, uma simples algemação de um preso, ela tem que ser padrão. Tem que existir um padrão para isso. Então, na movimentação do preso, como movimentar um preso? Então, a gente tenta, a todo o momento, trabalhar com essa padronização. Logicamente, a gente tem algumas falhas, e estamos tentando acertar. Para corrigir essas falhas também, junto com os procedimentos operacionais padrão, foram criadas a secretaria e as auditorias setoriais nesse sentido. Então, da área de segurança, vão ser adotados os procedimentos para que esses não sejam feitos errado. Então, uma equipe da área de segurança, eles são auditores, eles vão e auditam determinada unidade para saber se os procedimentos estão sendo implantados.

Gostaria de falar também a respeito do Raio X, que também está sendo implantado no Estado. Temos agora 5 Raio X de alimento, que estão sendo implantados, já foram comprados, já estão em 5 unidades nossas. E também está em fase de teste, vamos iniciar o teste também, de Raio X de pessoa. Como foi falado do Rio, também a gente está querendo iniciar esse processo em Minas.

A videoaudiência também está funcionando no Estado, na Vara de Execuções de Belo Horizonte. Não estamos tendo nenhum problema, está nos ajudando bastante na questão da locomoção do preso. A gente está conseguindo fazer as videoaudiências.

Estamos também em fase de teste do monitoramento eletrônico dos presos, domiciliar, em que eles ficam em casa com o monitoramento eletrônico.



Basicamente, a respeito dos assuntos aqui, é isso que a gente tinha a dizer. Gostaria de ficar aberto a perguntas, a questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Gostaríamos, antes de mais nada, como membro desta CPI, como mineiro e como sendo da área de segurança, de parabenizar o Secretário, Dr. Maurício Campos, e o Governo de Minas, principalmente pela forma com que recebeu esta CPI no Estado, abrindo toda a questão do sistema para que pudéssemos diagnosticar e tendo a humildade de reconhecer, o tempo todo, as deficiências, as dificuldades enfrentadas, conseqüência de uma demanda reprimida de décadas de investimento, buscando, com criatividade, inovar e buscar soluções para esse sério problema nacional, que é a questão penitenciária do Brasil.

Quero dizer que, com essa criatividade, com o monitoramento eletrônico, bem como... Hoje, lá em Minas Gerais, temos um efetivo da SUAPE maior mesmo do que o da polícia judiciária.

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Já ultrapassamos o número de agentes da polícia judiciária com a SUAPE. Então, além de agregar o sistema penitenciário, veio dar condições de a Polícia Judiciária cumprir o seu mister que é investigar e fazer política criminal.

Para encerrar a questão de Minas Gerais, passamos a palavra ao Dr. Edilson de Brito, Superintendente do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás. *(Pausa.)* Ah, é o Piauí. Dr. Magsaysay da Silva Feitosa, do Estado do Piauí.

O SR. MAGSAYSAY DA SILVA FEITOSA - Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Dr. Maurício, Dr. Damázio, Srs. Secretários, Srs. Deputados, queria poder começar, se me permite, Sr. Presidente, de trás para a frente, já que tocamos muito nesse assunto, que é um problema recorrente em todo o sistema carcerário, a questão da entrada da droga, por muitas das vezes através das visitas, dos visitantes, em especial do sexo feminino.

No Piauí, estamos inovando, se bem que eu não conheço a realidade de outros Estados, mas estamos utilizando agora no plano piloto o aparelho de ultra-som em substituição ao aparelho de Raio X. Entendemos que o ultra-som, ele é



menos danoso ao corpo, ao ser humano e o resultado é aceitável, é favorável ao sistema carcerário, com índice de aprovação de 100%.

O ultra-som que estamos utilizando na Casa de Custódia, que é o nosso maior presídio, já detectou a droga no ventre das mulheres, celulares, serras e até brocas. Então, é uma alternativa para quem não pode comprar o Raio X, como o Estado do Rio de Janeiro, que está adquirindo por 2 milhões de reais, um aparelho de Raio X portátil pode-se comprar por 100 mil reais. Não requer treinamento nem investimento de alto custo. Um ultra-som portátil acoplado a um pequeno *notebook*, a uma CPU, traz resultados fantásticos, principalmente para nós, alguns Estados da Federação, com menor número de presos e recursos parcos, como nós, nordestinos. Bem, Srs. Deputados, para o Piauí, para este ano, de recursos do Governo Estadual, temos previstos menos de 4 milhões de reais para investimentos na construção de uma pequena casa de detenção provisória e para a compra de algumas viaturas. Do DEPEN, temos algo em torno de 7 milhões para a construção de 2 unidades prisionais, excluindo a do PRONASCI, fomos contemplados também com uma penitenciária do PRONASCI, para jovens e adultos. O Piauí, hoje, conta, Sr. Deputado, apenas com 2.400 detentos no sistema carcerário e pouco menos de 500 nas delegacias sob a jurisdição da Secretaria de Segurança. Temos 14 unidades prisionais, dentre elas 2 femininas, 2 casas de albergados, apenas 1 casa de detenção provisória e as outras 7 unidades prisionais, além de uma colônia agrícola e de um hospital penitenciário para tratamento dos nossos doentes e de transtornos mentais. São números pitorescos, ou até provincianos, mas, de 2003 para cá, esse número duplicou. Tínhamos 1.200 presos, em 2003, e hoje temos 2.400 detentos, entre eles, mais de 1.300 são provisórios, 800, condenados, cento e poucos, no semi-aberto e apenas 90 mulheres no ambiente carcerário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário Magsaysay, na nossa visita ao Estado do Piauí, percebemos que a maior reclamação no Estado era a tortura a que alguns presos eram submetidos. Numa visita feita à unidade, acompanhados por V.Sa., constatamos que realmente alguns presos haviam sofrido algum tipo de tortura, inclusive submetemos a exame de corpo de delito, no Instituto Médico Legal, e alguns ficaram comprovados. Quais têm sido as providências



tomadas pelo Estado do Piauí em relação à denúncia de tortura de presos cometidos por alguns agentes e policiais?

O SR. MAGSAYSAY DA SILVA FEITOSA - Bem, Sr. Deputado, como deve ser de seu conhecimento, afastamos imediatamente o diretor da unidade prisional, foi exonerado, afastamos também 3 ou 4, 3, se não me falha a memória, 3 agentes envolvidos ou que foram identificados até por V.Exa., pelos outros Deputados, quando visitamos a Casa de Custódia, por volta de 11 h da noite. Os outros agentes foram remanejados para outras unidades prisionais e está em curso a sindicância administrativa. Foi encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado e às outras autoridades judiciais para as providências judiciais que forem cabíveis. Na Polícia Federal, após pesquisa junto aquela instituição, não há nenhum procedimento instaurado, não obstante ter V.Exa. determinado àquela instituição a apreensão daqueles aparelhos celulares supostamente com vídeos ou fotografias de sessões de tortura ou espancamento. Até hoje não recebemos o laudo pericial desses telefones, oportunidade em que solicito ao senhor que nos encaminhe fotocópia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI recebeu a resposta, e a Perícia da Polícia Federal nos informou não tinha como recuperar supostas imagens de torturas que poderiam ter sido filmadas por aqueles aparelhos. Então, foi informado pela Polícia Federal que não haveria como recuperar a imagem, tendo em vista que, se elas tivessem ocorrido e tivessem sido deletadas, ficava praticamente impossível recuperar as imagens dentro daquele *chip*.

Então, já chegou o laudo para nós, oficial, em relação a esse episódio. Não foi possível recuperar a imagem das supostas gravações ou das filmagens feitas por aqueles aparelhos em relação às torturas que nós constatamos que aconteceram, porque, a olho nu, nós vimos sinais ali de ferimentos causados pela tortura, mas foi comprovado, através também do exame de corpo delito, a tortura em 4 ou 6 presos, não naquele grupo total de 14 que foram enviados para exame de corpo de delito pelo Instituto do próprio Estado do Piauí. Mas nós vamos enviar ao Secretário. Solicito à Secretaria da Comissão que possa enviar cópia do laudo pericial feito pela Polícia Federal em relação aos 3 aparelhos para a Secretaria do Estado do Piauí.

O SR. MAGSAYSAY DA SILVA FEITOSA - Sr. Deputado, se me permite insistir nesse assunto, na questão da tortura, que V.Exa. bem disse que identificou



como tal, mas se o senhor atentar bem para as respostas, a quesitação dos delegados, as respostas às quesitações feitas pelos peritos, você vai identificar que o médico legista, ele não responde positivamente como sendo resultado de tortura ou outro meio cruel às lesões que apareceram naqueles detentos. Ele responde como que prejudicado. Então, o médico legista não tinha condições de diagnosticar ou de afirmar livremente que aquelas lesões eram produzidas por tortura, conforme requisição do delegado de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas para nós ficou evidente na ocultação, viu, Dr. Maurício, como ocorreu no Estado do Piauí. Fomos, então, à unidade prisional. Nós tínhamos a unidade com várias celas, e tinha uma cela que estava vazia no meio das demais, que estavam lotadas. E nós perguntamos, pela manhã, por que aquela cela estava vazia, já que havia alguns pertences. A informação foi a de que os presos haviam sido para trabalhar. À tarde, depois de haver denúncia de tortura de alguns presos, escolhidos aleatoriamente pela CPI, nós fomos informados por aqueles presos, que prestaram depoimento sigilosos à CPI, que aquela cela que estava vazia, que havia um grupo de presos que havia sido torturados, e eles foram colocados em uma outra cela dentro do sistema para que não fosse visto pela CPI. Naquela mesma noite, acompanhado do Secretário, nós voltamos à noite, às 10h da noite, à unidade e fomos à cela que estava vazia, e agora os presos estavam lá. E solicitamos a retirada de todos eles para fora da unidade, filmamos, fotografamos, e vários deles apresentavam sinais de tortura, de ferimento, inclusive ainda com sangramento, mas a tortura havia ocorrido há cerca de 1 semana atrás, mas as feridas de alguns foram mais expostas. Nós encaminhamos todos eles ao exame de corpo delito, e ficou comprovado em alguns ferimento; em outros, não. Então, para nós, fica evidente que só o fato de a direção do presídio esconder um grupo de presos que haviam supostamente sido torturados ou não da CPI, e após a denúncia, nós voltamos à noite, de surpresa, e constatamos que os presos que pela manhã não estavam na cela, estavam todos na cela, e que eles mesmo informaram que foram tirados naquela manhã às presas para uma outra cela no fundo do presídio, evidenciou que a denúncia era denúncia verdadeira. Para nós, não resta dúvida, apesar de as imagens não terem sido recuperadas, onde os presos informaram que alguns agentes haviam filmado a sessão de tortura, mas



para nós não resta dúvida de que realmente houve ali um episódio lamentável por parte dos agentes, mas os senhores nos informam que alguns já foram afastados para evitar que aquele clima continuasse acirrado.

O SR. MAGSAYSAY DA SILVA FEITOSA - Se me permite ainda, Excelência, estando lá no presídio, naquela hora, naquele horário, naquele dia, com o senhor, o senhor se deparou com essa mesma cena comigo, e ambos estavam surpresos, e eu não sabia lhe responder por que aquela cela estava vazia, não obstante os pertences dos presos estarem lá. De modo que, logo em seguida, no dia anterior, depois de acalmados os ânimos, nós fomos verificar e descobrimos o seguinte: que havia na noite anterior, no dia anterior, ocorrido uma fuga, e isso ficou constato no relatório do dia anterior, e eles furaram um buraco no teto, na laje, que não é concreto, é laje mesmo de alvenaria, alguns se arranharam por lá, porque foi um buraco estreito, ofereceram resistência aos policiais militares que estavam na guarita externa superior do presídio, e houve a contenção física e o uso da força para tanto. Falhou o Diretor do presídio, porque temeu — acredito que ele temeu, teve medo mesmo — encontrar aqueles presos naquela situação, naquele exato momento. Foi ingênuo, não é? Não confiou no seu poder de ver ou no seu estrito dever de cumprimento legal na hora da contenção dos presos que estavam em fuga, ingenuamente, eu acho que mal orientado por outros servidores, não é, terminaram por fazer o que o senhor acabou de descrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos ao Dr. Magsaysay, do Estado do Piauí.

Dr. Maurício, não sei se quer fazer o uso da palavra para alguma consideração. *(Pausa.)* Dr. Damázio. *(Pausa.)*. Se não, nós queremos agradecer a presença a todos os Secretários de Estado aqui. Agradecer aos Estados por onde nós passamos, que nos acolheram e prestaram as informações. Nós temos alguns Estados que têm pendência de algumas informações, mas são poucos que estão enviando para a Comissão. E o objetivo desta Comissão, com certeza está sendo alcançado, que é trazer esse assunto para o debate, e, juntamente com o DEPEN, buscamos a solução para os problemas encontrados dentro do sistema prisional brasileiro.



Antes de chegarmos à parte final desta CPI, nós queremos colocar aqui em pauta um requerimento.

Em discussão o Requerimento nº 202, do Deputado Neucimar Fraga, que requer, nos termos regimentais, sejam convocadas para prestar esclarecimentos as seguintes pessoas: Dra. Marília Muricy, Secretária de Justiça do Estado da Bahia; Luciano Patrício, Ex-Diretor da Penitenciária Lemos Brito; Dr. Eduardo Reis, Promotor de Justiça; Francisco Leite, Superintendente de Assuntos Penais; e Maurício Vieira da Silva, vulgo "Cabeção" e Joseval Bandeira, vulgo "Val Bandeira", traficantes rivais do "Perna", interno do Complexo Penitenciário na Unidade Especial Disciplinar; e Genilson Lino da Silva, "O Perna", o traficante. Todas essas pessoas foram flagradas pela operação Big Bang, desencadeada no dia 02/06 pelo Ministério Público do Estado da Bahia, com auxílio de Policiais Cíveis e Militares, que prendeu na cela do traficante Genilson, interno da Penitenciária Lemos de Brito, a importância de 280 mil reais em espécie, 6 telefones celulares, 2 pistolas e drogas. A operação foi coordenada pela Promotora Ana Rita Nascimento.

Então, esse é o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO o requerimento.

Então, serão convocados para prestar depoimento a esta Comissão a Secretária de Justiça do Estado da Bahia, que foi convocada e não esteve presente conosco; o Ex-Diretor do presídio que foi afastado, além de 2 presos. Aqui fica o "Perna" passando a perna

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO - o Perna, a esta altura, deve estar voando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade. Vai ser incluído, vem depor. Um traficante com de 280 mil reais dentro de uma cela, com 6 celulares, 2 pistolas e drogas demonstra a fragilidade de um sistema, em que percebemos que a única forma de entrar esse material é a conivência. Não tem outra explicação. Então...



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Hoje de manhã, Sr. Presidente, o senhor não viu o noticiário que num Estado do Nordeste, não me lembro qual agora, a Polícia Federal, numa ação hoje, constatou dentro do presídio a construção de 5 casas, com luxo, com televisão de plasma, que os próprios presos construíram lá dentro do presídio. Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na Paraíba?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É, na Paraíba. Campina Grande, exatamente. Serradão. Como é o nome do presídio lá? Uma coisa assim, Serradão, uma coisa assim. Hoje de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, nós queremos agradecer a todos a presença.

Declaramos encerrada esta audiência.